

HIDROVIA ARAGUAIA - TOCANTINS

BORORO

PARTE 1 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1- NOME DO GRUPO

2- LOCALIZAÇÃO

3- TERRITÓRIO

3.1- Aspectos da Ocupação Tradicional

3.2- Histórico do Contato Interétnico

3.3 - Situação atual do território

3.4 - O Movimento Bororo para recuperação e preservação do território

4 - POPULAÇÃO

4.1 - Aspectos Históricos

4.2 - Distribuição da população

4.3 - Composição da população

4.4 - Deslocamentos e fluxos migratórios

4.5 - Situação de saúde da população Bororo

4.5.1 - Morbidade

4.5.2 - Mortalidade

5 - MODO DE VIDA E USO DOS RECURSOS NATURAIS

5.1 - Organização Social e Meio Ambiente

5.1.1 - Aspectos Básicos

5.1.2 - Prestígio e Poder

5.1.3 - Ritos e Cerimônias

5.1.4 - Organização política e territorialidade

5.2 - Exploração do Meio Ambiente

5.2.1 - As Atividades dos Bororo

5.2.2 - O Conhecimento da Natureza

5.2.3 - Definição do Ciclo Anual de Atividades

5.2.4 - Distribuição Atual das Atividades

5.2.5 - Uso e ocupação do solo na A.I. Meruri

6 - A RELAÇÃO DO GRUPO INDÍGENA COM A SOCIEDADE REGIONAL

6.1 - Aspectos da Mudança Cultural

6.2 - Produção e Prestação de Serviços

6.3 - Intercâmbio Social e Representação Política

6.4 - Projetos Governamentais e Não Governamentais na Região

7 - CONDIÇÕES DE VIDA

7.1 - Alimentação

7.2 - Habitação, Saneamento e Energia

7.3 - Serviços de Saúde

7.4 - Serviços de Educação

8 - ANEXO

Mapa 4 - Uso e ocupação do solo na Área Indígena Meruri

9 - LISTAS DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES E MAPAS

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

O termo de compromisso assinado entre o IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e a Funai- Fundação Nacional do Índio com a Companhia Docas do Pará veio determinar com prudência que o Estudo de Impacto Ambiental abarcasse em sua análise a influência da Hidrovia Araguaia-Tocantins nas áreas indígenas Bororo da bacia do Rio Araguaia.

Sem dúvida, os impactos ambientais a princípio terão maior intensidade sobre a Área Indígena Meruri e Área Indígena Sangradouro, onde existem um grupo de Bororo ocupando terras da Missão Salesiana, uma vez que a influência direta da Hidrovia Araguaia-Tocantins, definida no Projeto Executivo abrange uma parte importante do território tradicional do grupo que será afetado inicialmente pelos trabalhos de derrocamento e dragagem do Rio Araguaia e posteriormente pela dinamização do uso das terras agricultáveis. No entanto, as outras áreas Bororo localizadas na Bacia do Rio São Lourenço, parte central do território tradicional de ocupação, poderão vir a ser afetadas, considerando-se basicamente a rede de relações intratribais desenvolvida com aldeias Bororo da Bacia do Rio Araguaia.

A conceituação jurídico-antropológica de terra indígena torna-se fundamental e necessária para a análise dos impactos da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre a população Bororo, pois esta leva em consideração a orientação e o conceito de território de ocupação tradicional e não apenas a situação das áreas indígenas.

O atual território Bororo reflete situações históricas do contato interétnico que vieram suprimir e desmantelar o território tradicional, criando situações críticas para a sobrevivência desta população indígena.

Desta feita, como será apresentado ao longo do diagnóstico, deve-se levar em conta as soluções desenvolvidas por esta população quanto à exploração e uso daquela porção do território tradicional, hoje ocupada pela população regional, mas que ainda permanece na memória tribal como uma referência básica de sua existência.

A expressão indígena de ocupação imemorial é de concepção totalmente distinta das adotadas pelas sociedades onde existe a escrita e/ou documentos. Esta concepção se estrutura no bojo da memória tribal, passa de geração a geração, sob várias formas de manifestações sociais e culturais, e é o principal documento de que dispõe o Bororo para provar a antigüidade de sua ocupação.

A dimensão antropológica da conceituação da terra do índio já mereceu destaque na abordagem de João Mendes Júnior (1912) na figura jurídica do Indigenato, e no seu aspecto prático de aplicação da lei mereceu a arrojada fundamentação da defesa da terra dos índios kadiwéu pelo Ministro Victor Nunes Leal (Recurso extraordinário nº 44.585-MT).

Se no texto citado acima a matéria é discutida com profundidade e especialidade, no item nº 6 da “Declaração de São José sobre Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina” (UNESCO, 11/12/81), a conceituação jurídico-antropológica da terra do índio está extraordinariamente assim definida:

“Para os povos indígenas a terra não é só apenas um objeto de posse e produção. Constitui a base de sua existência nos aspectos físicos e espirituais, enquanto entidade autônoma. O espaço territorial é o fundamento e a razão de sua relação com o universo e a sustentação de sua cosmovisão.” (Declaração de San José).

Desta forma, os dispositivos constitucionais de 1988 nada mais fazem do que consagrar os direitos fundamentais dos índios e de suas comunidades em relação às terras por eles habitadas. Ou seja, ao reconhecer a relação fundamental entre a terra tradicionalmente ocupada e a reprodução física e cultural, a Constituição Federal incorpora à conceituação jurídica o conceito da terra indígena na sua dimensão antropológica.

O artigo 231 da Constituição Federal assim declara:

“São reconhecidas aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”

§ 2º. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.”

1- NOME DO GRUPO

No que se refere as informações procedentes de documentos históricos coincidentes, pode-se afirmar que a ocupação Bororo na bacia do Rio Araguaia data de pelo menos três séculos ininterruptos, caracterizando esta região como parte do território tradicional Bororo.

Inúmeros autores, viajantes, etnólogos, indigenistas, missionários, etc., escreveram e registraram em documentos a presença indígena constante na extensa faixa territorial, outrora dominada pela nação Bororo. Entre estes pode-se enumerar: Albisetti, E. e Venturelli¹, Baldus, Colbacchini, A; Steinen, K.V.D.; Florence, H.; Lévi-Strauss, C.; Rondon, F.; Taunay, A.; C. Nimuendajú, etc.

A partir desses documentos é possível reconstruir o histórico do contato interétnico. Entretanto, antes de iniciar esta reconstrução histórica, torna-se necessária a elucidação de algumas denominações recebidas pelos Bororo nos registros históricos. O termo Bororo, segundo a língua indígena se refere ao pátio central da aldeia (Cf. E.B.I.: 516), que entretanto, foi usado pelos primeiros exploradores para identificar os membros da tribo.

Assim, abordam esse tema os missionários Colbacchini, A. e Albisetti, C. (1942: 21-22) e, mais recentemente, de forma resumida, o missionário Mário Bordignon (1987, 1):

“O termo Bororo foi usado pelos primeiros exploradores para identificar os membros da tribo. Outros apareceram, ao longo da história, como Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororos Ararivá ou Bororos da Campanha, Bororos Cabaçais, Bororos Ocidentais, Bororos Orientais (...)

Eles, porém, denominam-se a si mesmos de “Boé”, que quer dizer índios bororos. Os de outras tribos e os invasores ocidentais não são Boé. São barége, isto é, animais. (...)

¹No decorrer do Diagnóstico, as citações da ENCICLOPÉDIA BORORO, Vol. I (1962), de autoria de C. Albisetti & A.J. Venturelli, serão abreviadas para EB-I, 1962.

Quem, em 1851, descobriu que todos esses nomes se referem a mesma tribo foi Augusto Leverger, o Barão do Melgaço, geógrafo, presidente e defensor de Mato Grosso. Sendo, porém, a forma BORORO usada em antropologia e, até, pelos índios, nós também a empregaremos” (Bordignon, 1987).

Alguns autores adotaram as denominações de Bororo Orientais e Bororo Ocidentais. Esta classificação derivou de uma situação histórica de contato, que será abordada mais adiante.

Outra denominação usada para designar a nação Bororo é o termo indígena ORÀRI MÒGO DÓGE que no entanto se refere apenas à autodenominação de uma das partes dos Bororo Orientais. Albisetti e Venturelli, assim abordam esta classificação indígena:

- Bóku Mògo ou Bóku-Mogorége, ‘habitantes dos cerrados’, a Leste de Cuiabá. Correspondem aos Bororo das Aldeias de Meruri, Garças e Sangradouro.
- Itúra Mogorége, ‘habitantes das matas’, correspondem aos Bororo das Aldeias de Jarudori, Pbojári, Pobóre e Tadarimana.
- Orári Mògo-Dóge, ‘habitantes das plagas do peixe pintado’. Essa é uma autodenominação usada, em geral, pelos Bororo Orientais, mas vem designar propriamente os grupos de curso inferior do rio São Lourenço. Correspondem, grosso modo, aos Bororo das ‘Aldeias do Kejari, Córrego Grande, Colônia e Piebága’.
- Tóri Ókua Mogorége, ‘habitantes dos sopés das montanhas’. Essa autodenominação corresponderia, aproximadamente, aos grupos Bororo que habitavam as regiões adjacentes à Serra de São Jerônimo.
- Útuço Kúri-Doge ou Kádomogarége, ‘os que usam longas flechas’ ou ‘os que habitam os taquarais’. Essa autodenominação corresponde ao grupo Bororo da aldeia do Perigara, em pleno pantanal fisiográfico que se diferencia dos outros grupos por algumas diferenças lingüísticas e por uma história de contato particular”.(EBI: 281-3).

2- LOCALIZAÇÃO

Segundo os autores da Enciclopédia Bororo, o território tradicional de ocupação Bororo pode ser delimitado pela latitude sul 14° - 19° e pela longitude oeste de Greenwich 51° - 59°, o que perfaz uma área de 350.000 Km² (cf. EBI.273). Este território imemorial corresponde, segundo Darcy Ribeiro (1970), a uma área de ocupação que se estendia a oeste até a Bolívia; a leste até o centro sul de Goiás, onde confinava com a Caiapônia; ao norte até as margens da região dos formadores do Xingu; e, ao sul, até próximo do Rio Miranda (...) (Ribeiro, Darcy, 1970: 77).

Segundo Bordignon, os grupos principais da nação Bororo, antes do contato com os bandeirantes, podem ser divididos da seguinte forma:

- "Os da bacia do rio Cuiabá, também chamados Coxiponês, nome derivado do Rio Coxipó, afluente do Cuiabá;
- os da bacia do Rio São Lourenço, também denominados Porrudos;
- os que moravam no alto do Rio das Mortes, na bacia do Rio das Garças e nos dois lados do alto Rio Araguaia. (...)
- os do sul, os da Serra de São Jerônimo e os dos rios Taquari e Coxim;
- os da margem direita dos rios Paraguai e Jauru, também denominado de Ararivás ou Bororos de Campanha;
- os do Rio Cabaçal, perto de Cáceres, apelidados de Cabaçais.

Além desses grupos dos quais se tem notícias, provavelmente haviam outros. É difícil fazer um cálculo do número de Bororos, antes da chegada dos bandeirantes, alguns autores falam em 10.000 índios." (Bordignon, 1987: 2).

3- TERRITÓRIO

3.1- Aspectos da Ocupação Tradicional

No que se refere às informações científicas procedentes da área de Arqueologia, a ocupação humana na região central da ocupação imemorial Bororo, pode ser datada de pelo menos 7.000 anos antes de nossa era, conforme atestam as escavações realizadas pela arqueóloga Irmhild Wust da Universidade Federal de Goiás. que desenvolve desde 1982 o projeto denominado Projeto Arqueológico e

Etnoarqueológico da bacia do Rio São Lourenço-MT, conjuntamente com pesquisadores da Universidade de São Paulo.

A análise desenvolvida a partir das escavações de 145 sítios arqueológicos permite, segundo Wust, o estabelecimento de uma seqüência temporal das diversas ocupações pré-coloniais, bem como a formulação de hipóteses sobre os processos culturais envolvidos na ocupação humana dessa área.

Os resultados publicados até então atestam que na região do Rio Vermelho (afluente do Rio São Lourenço), nas imediações da Área Indígena Tereza Cristina, a ocupação pela sociedade indígena conhecida etnograficamente como Bororo é de pelo menos quatro séculos. Entretanto, a medida que as escavações arqueológicas prossigam, espera-se um recuo maior nesta data de ocupação.

Os resultados preliminares desse projeto arqueológico e etnoarqueológico atestam a imemorialidade de ocupação Bororo e certamente daqueles grupos que vieram originar esta sociedade indígena remanescente.

3.2- Histórico do Contato Interétnico

Segundo Bordignon (1987:7) é bem possível que o primeiro contato dos Bororo com os civilizados ocorreu no século XVII, quando algumas bandeiras organizadas pelos jesuítas de Belém subiam pelo Rio Araguaia, entravam no Rio das Garças, caminhavam 15 léguas por terra e desciam os rios Taquari, São Lourenço e Paraguai, a fim de manterem contato com os jesuítas espanhóis.

As informações mais precisas sobre a data do contato dos Bororo com os civilizados são fornecidas por Siqueira, 1898-99; Coelho, 1872 e Camello, 1863, que datam esse primeiro contato, em meados do século XVIII, com as Bandeiras Paulistas ². Bordignon, baseado nestas informações, descreve resumidamente este momento histórico:

“Em 1716, Antonio Pires de Campos partiu com sua bandeira rumo à Serra dos Martírios. Já estivera nela ainda garoto, com o pai dele, Manoel de Campos Bicudo, em 1675. Chegou ao Rio Cuiabá, onde, na barra do Rio Coxipó, avistou uma grande aldeia Bororo. Sendo os primeiros civilizados que chegavam nesses lugares foi fácil atacar a aldeia e arrasá-la, ‘levando centenas de algemados’ de volta para São Paulo. Encontrou-se Antonio Pires de Campos com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral que quis repetir a façanha. Este, em 1718, chegou à aldeia destruída e subiu o Rio Coxipó. Na confluência com o rio Motuca encontrou não mais pacíficos índios mas valentes guerreiros que o atacaram fazendo cinco mortos e

²Vale indicar que Viertler (1982: 17-28) apresenta informações mais detalhadas sobre este período histórico do contato dentro do contexto da história econômica regional.

quinze feridos.

Voltou perseguido pelos índios que teriam acabado com a bandeira se outra bandeira, a de Fernando Dias Galvão, não o socorresse. Descendo o Rio Coxipó, os homens de Pascoal Moreira Cabral descobriram o ouro, o “meríri ekuréu” ou ‘metal amarelo’ com o qual os Bororos faziam alguns de seus enfeites. Acamparam-se na barra do Coxipó, com o Rio Cuiabá, num lugar chamado São Gonçalo Velho. O chefe da bandeira queria continuar a prear índios; seus homens preferiam buscar ouro. Prevaleceu a opinião destes. Voltaram a subir o rio e acamparam num lugar denominado Forquilha onde fundaram a primeira lavra de ouro do Mato Grosso. Era o dia 8 de abril de 1719.

No mesmo ano a bandeira de Fernando Dias Galvão ‘desinfestou as minas do gentio (índio) bravo’. Extinguiu outra aldeia a jusante do Rio Cuiabá, num lugar mais tarde chamado Porto do Borralho, perto da atual cidade de Santo Antonio de Leverger. Voltou a São Paulo para buscar mais ferramentas, munições e trabalhadores para construir a nova cidade.

Depois da primeira bandeira de Antonio Pires de Campos, muitas outras bandeiras rumaram para Cuiabá e enfrentaram índios. Entre elas, lembramos a dos irmãos Antônio e Gabriel Antunes Maciel, a dos irmãos João e Lourenço Leme e a de Miguel Sutil.

Antonio Pires de Campos continuou a ‘prear índios’. Nesse período encontrou-se com o amigo Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, quando voltava de uma expedição contra os índios Araés, **‘aquém do Rio das Mortes’**. Há nessa região um seu afluente que até hoje, conserva o nome Bororo de Noidóri, Rio do Morro do Babaçu. Esse hidrônimo afasta qualquer dúvida sobre a identidade dos Araés: eram mesmo Bororo”. (Bordignon, 1987: 7 e 8).

A partir de 1719, os Bororo recém-contatados passaram a auxiliar os bandeirantes e os povoadores do Centro-Oeste nas expedições punitivas aos diferentes grupos que habitavam a região. Segundo Carvalho (1937: 93) e Caldas (1887: 11), Antonio Pires de Campos com seu exército de Bororo derrotou os Paiaguá em 1734. Por volta de 1742, o mesmo bandeirante auxiliado pelos Bororo varreu todas as aldeias Kayapó, desde os rios Verde, Sucuriú, Aporé, Serra Pelada, Rio dos Bois (...) (cf. Carvalho, 1937). Há muitas outras informações sobre a participação dos Bororo contatados na manutenção das terras recém-colonizadas e principalmente na defesa das fronteiras, mas também há outras sobre a grande maioria de Bororo que continuava arredia.

Contra esses grupos arredios, muitas expedições punitivas foram organizadas até que se consumou a divisão da tribo (Vide Mapa nº 1).

Segundo Albisetti e Venturelli:

“Finalmente desbaratados, (os Bororo) afastaram-se das minas de modo que os invasores acabaram ocupando permanentemente a localidade, dividindo a poderosa tribo em duas partes que não tiveram mais relações

entre si e que originaram a atual denominação de Bororo orientais e Bororo ocidentais, respectivamente a leste e a oeste dos rios Cuiabá-Paraguai” (EBI: 217-8).

A partir de 1777, com a definição das terras de Portugal e de Espanha retoma-se o fluxo de colonizadores muito mais interessados na instalação de fazendas de gado do que na mineração. A partir deste movimento novas lutas e expedições punitivas são organizadas contra os dois ramos Bororo arredios. “Iniciou-se, assim, o quarto grande ataque à nação Bororo. O primeiro foi pelo Rio Cuiabá; o segundo, pela estrada Cuiabá-Goiás; o terceiro, pela estrada Cuiabá-Vila Bela e agora, pela Cuiabá-Uberaba” (Bordignon, 1987: 19).

Os Bororo ocidentais ou os Bororo da Campanha e os Bororo Cabaçais que viviam em constantes conflitos com os moradores e viajantes que de Cuiabá iam à Vila Maria (Cáceres) e de lá à Vila Bela, foram vítimas de várias expedições. Entre 1810 e 1816, os Bororo da Campanha foram massacrados pelo coronel João Pereira Leite, dono da fazenda Jacobina. Em 1842, depois de várias derrotas os Cabaçais foram “pacificados” pelo Pe. José da Silva Fraga e assentados numa fazenda no Registro de Jauru (cf. Bordignon, 1987: 19).

As últimas notícias sobre os Bororo Ocidentais são da Missão Rondon (1906) e de Petrucco (1932). A Missão Rondon constata o processo final de aculturação dos Bororo Cabaçais numa fazenda perto de Pau Seco (cf. Viertler, 1982:46). Petrucco, em suas visitas em 1932, observou uma aldeia de Bororo da Campanha chamada Laguna, cujos remanescentes denotavam alto grau de aculturação. Em síntese, segundo Ribeiro, os Bororo ocidentais foram destribalizados a ponto de sustentar a idéia de extermínio (Ribeiro, 1970: 76).

Os Bororo Orientais, mais comumente denominados de Coroados até então, senhores do médio e alto São Lourenço, são a partir de 1836 protagonistas das páginas mais sangrentas da história do Mato Grosso. A necessidade de novas vias de ligação com São Paulo e Minas, bem como o interesse de colonizar áreas férteis do Vale do São Lourenço, levou o governo da Província de Mato Grosso a abrir uma estrada que passava pelo sopé da serra de São Lourenço ou dos Coroados, atravessava o Rio Piquiri e de lá rumava às cabeceiras do Rio Sucuri, atravessando o Rio Paranaíba, chegando até Uberaba, em Minas Gerais (cf. Caldas, 1987).

A abertura dessa estrada foi o estopim de uma guerra que durou até 1887, quando se deu a rendição desse grande ramo dos Bororo Orientais. Durante meio século, os Bororo do médio e alto Rio São Lourenço empreenderam vários ataques aos destacamentos militares à beira da estrada, às fazendas e aos viajantes, o que motivou a organização de várias expedições punitivas que pouco a pouco foram destruindo aldeias e massacrando seus moradores (cf. Bordignon, 1987: 19-20, Viertler, 1982: 49-54).

Em 1885, o governo da Província resolve por fim às atrocidades, buscando uma via pacífica para a atração dos Bororo. O alferes Antonio José Duarte, auxiliado pela lendária Rosa Bororo, convenceram um grupo a depor as armas, o que foi concretizado em 16/06/1886 com o batizado pelo Presidente da Província de 28 Bororo. Em janeiro de 1887, um grupo de 400 Bororo aceita a paz e guiado pelo

cacique Mugúiu Kúri vai depositar as armas aos pés do capitão Duarte, encerrando-se a longa resistência Bororo.

Logo após a pacificação, os Bororo foram reunidos em duas Colônias Militares: uma na confluência do Rio Prata com o Rio São Lourenço, chamada Tereza Cristina; outra na confluência do Rio Piquiri ou Correntes com o Rio São Lourenço, chamada Colônia Isabel (cf. Steinen, 1940: 573; cf. Rego Mello, 1895: 94). As impressões deixadas por K. Von de Steinen, que visitou a Colônia Tereza Cristina em 1888, dá uma noção exata do fracasso da administração da mesma pelos militares, a ponto da direção da Colônia ser confiada aos salesianos, a partir de 1895. Em 1898, intrigas políticas fizeram com que os salesianos fossem afastados da Colônia e estes se dirigiram para a região do Rio das Mortes onde fundaram a Colônia do Sagrado Coração de Jesus e deram início ao trabalho de pacificação e catequese dos últimos remanescentes dos Bororo Orientais, ainda arredios.

Ainda durante a direção salesiana, conforme consta do memorial de demarcação, Rondon demarcou uma área de 65.000 hectares para a Colônia Teresa Cristina, aprovada pelo governo de Mato Grosso, em 1897.

A demarcação de Teresa Cristina encerra o período mais violento da história do contato interétnico, onde os Bororo perdedores de grande parte de seu território imemorial aceitam a paz em troca da garantia dessa área reservada. Neste período de paz, quando extensas áreas são ocupadas, a linha telegráfica cruza o território indígena pelos braços dos Bororo.

Se os Bororo do Médio Rio São Lourenço estavam aceitavelmente “pacificados”, os dos rios das Garças, Araguaia, das Mortes e alto São Lourenço continuavam em conflitos sangrentos com os brancos. Aos fazendeiros goianos, há tempo estabelecidos na região, vieram a acrescentar-se os destacamentos das estações telegráficas e um grande número de nordestinos que, fugindo da seca, refugiavam-se em Mato Grosso em busca de melhor sorte nos garimpos de diamantes da bacia dos rios das Garças, Mortes e São Lourenço. Nasceram assim, no começo deste século, novos povoados e vilas que mais tarde se transformariam em cidades como Barra do Garças, Poxoréo, Alto Araguaia, Alto Garças, Rondonópolis, Guiratinga e General Carneiro. A maioria delas surgiram em lugares de antigas aldeias Bororo, gerando, muitas vezes, sérios conflitos.

Em 1890, na região do Araguaia, foi assassinada a família de Manoel Inácio em vingança a um delito cometido por um feitor de Goiás que, envenenando a água de um poço, matou quase 200 Bororo (cf. Viertler, 1982-59).

Em 1891, os Bororo mataram três soldados do destacamento da linha telegráfica nos lugares chamados Barreiro de cima e das Bateias.

Em 1897, os Bororo assaltaram a fazenda Tatu, perto de Araguaiana, matando os familiares do fazendeiro Clarismundo. Em represália, ele organizou uma expedição que encontrou os Bororo no Córrego Aldeia, afluentes do Rio das Garças, e matou mais de cem.

Foi para esta região que se dirigiram os salesianos afastados da Colônia Teresa Cristina . Em 18 de janeiro de 1902, acamparam num lugar freqüentado pelos Bororo denominado Tachos. Enquanto esperavam algum contato com os índios, cultivavam roças. Finalmente, resolveram, em agosto do mesmo ano, aproximar-se pacificamente. Iniciou-se assim, a Colônia do Sagrado Coração.

Em 1905, os salesianos fundaram outra colônia nas margens do Rio das Garças, perto do Córrego Araci e, em 1906, uma terceira, numa fazenda chamada Sangradouro. Cessaram as hostilidades com os brancos e os missionários começaram trabalhos agrícolas, profissionais, de alfabetização e de catequese religiosa.

Em 1923, a Colônia do Rio das Garças foi abandonada por causa de uma epidemia e a dos Tachos mudou-se para um lugar mais rico de água, chamado **Meruri**, hoje a maior aldeia Bororo. Nesta época tornaram-se freqüentes os ataques dos Xavante que os Bororo não deixavam de revidar. Esse conflito provocou muitas mortes em ambas as tribos, até 1935.

Em 1956, duzentos Xavante refugiados e doentes e famintos vieram ao Meruri pedir ajuda. Vinham da Lagoa (Área Indígena Parabubure) , além do Rio das Mortes, limite natural que os separava dos Bororo. Temendo que se iniciassem as antigas brigas, foi cedido um lote das terras Bororo, a uns trinta km do Meruri, onde hoje existe a aldeia de São Marcos, a maior aldeia Xavante. Os Bororo ficaram assim com um lote de Dom Aquino (25.000 ha) e algumas terras que a missão tinha adquirido.

Como em outras áreas Bororo, pequenos e grandes fazendeiros começaram a invadir a reserva, alguns deles com títulos fornecidos pelo Estado. Os Bororo teriam perdido também essa área se não tivessem começado a exigir insistentemente que a Funai demarcasse essas terras. Vencida longa burocracia, em 1976, foi iniciada a demarcação. Os invasores da área resolveram embargar a demarcação e não aceitar nenhuma proposta de indenização. No dia 15 de julho, chefiados pelo fazendeiro João Mineiro, cerca de 60 homens armados apareceram na Missão. Assassinaram o Padre Rodolfo e o Bororo Simão, deixando ainda quatro feridos. Mesmo assim, a área foi demarcada sem nenhuma indenização aos invasores e aos poucos que tinham títulos legais.

Em resumo, pode-se afirmar que, o processo de contato interétnico levou os Bororo Ocidentais à extinção. No caso dos Bororo Orientais o processo desenvolveu-se sob três formas diferentes de contato:

- Os do Médio Rio São Lourenço encontraram primeiramente os destacamentos militares, depois o S.P.I. e posteriormente a Funai da qual dependem até hoje.
- Os do Alto São Lourenço e do Rio Vermelho, o contato com o S.P.I. não foi determinante, aliás, o S.P.I. e a Funai os deixaram propositadamente sem qualquer assistência empurrando-os para o convívio dos brancos de tal forma que muitas aldeias desapareceram e os poucos remanescentes se mudaram para outras áreas. Hoje resta apenas a área de Jarudori, demarcada,

homologada e completamente invadida por uma cidade sem mais nenhum Bororo ali residindo.

- Os Bororo da região dos rios Garças e Araguaia, encontraram os missionários salesianos e deles dependem até hoje.

Hoje, caracterizam-se em relação ao tipo de assistência dois grupos de Bororo: aqueles que estão sob os cuidados do governo (Funai) e aqueles que estão sob os cuidados dos missionários (Missão Salesiana). Todos eles procurando se ajustar à nova realidade para sobreviver. Funcionários públicos e missionários não são os únicos agentes neste processo. Com o passar do tempo outros grupos de pessoas começaram a se relacionar com os Bororo, num ritmo cada vez mais crescente: fazendeiros, peões, garimpeiros, mascates, pescadores, antropólogos, jornalistas, políticos, etc.

3.3 - Situação atual do território

O resultado do processo de contato dos Bororo com a sociedade nacional se resume não só no esbulho da maior parte de seu território tradicional como também na drástica redução de sua população.

Atualmente, o território Bororo compreende seis áreas indígenas que apresentam situações específicas de ocupação. Este território é descontínuo e corresponde a uma área 300 vezes menor do que o território tradicional calculado em 35 milhões de hectares (EBI: 273) e metade daquele território demarcado pelo Marechal Rondon. Acrescente-se ainda que as atuais áreas, embora demarcadas, não estão isentas de invasões, como é o caso de Jarudori e Teresa Cristina (Vide Mapas nºs. 2 e 3).

Entre 1896 e 1930, Rondon reserva aos Bororo da bacia do Rio São Lourenço quatro lotes de terras que ficaram sob cuidados do SPI:

**Tabela nº 1-
Lotes de Terras Reservadas por Rondon para os Bororo**

LOTE	ÁREA (Ha)
Colônia Teresa Cristina	65.923
Colônia Isabel (Perigara)	10.740
Pobore (Tadarimana)	9.785
São João do Jarudore (Jarudori)	±100.000
TOTAL	186.448

Fonte: Serpa, 1988.

Essas áreas reservadas compreendiam parte do território tradicional ocupado por dezenas de aldeias na sua maioria hoje extintas. Os lotes “Pobore” e “Colônia

Isabel” foram os únicos que lograram permanecer quase inalterados. Os lotes “Teresa Cristina” e “Jarudori”, apesar da administração do S.P.I., tiveram grande parte de suas terras griladas e ocupadas pelas fazendas.

**Tabela nº 2 -
Situação Atual das Áreas Bororo**

Áreas Indígenas	Hectares	Decreto de demarcação	Aldeias	Situação Jurídica
Teresa Cristina	34.149	Port.M.Justiça nº 299 de 17/05/96 "posse permanente"	Gomes Carneiro Piebaga	Invadida por fazenda necessita reidentificação
Tadarimana	9.785	Homologada.Reg.CRI e SPU - Dec.nº300	Tadarima, Jurigui, Pobore, Praião	-----
Meruri	82.301	Homologada.Reg. SPU- Dec.nº94014	Meruri, Garças	-----
Perigara	10.740	Homologada.Reg.CRI e SPU- Dec.nº 385	Perigara	-----
Sangradouro	anexo à área Xavante	Homologada. Reg.CRI e SPU- Dec. nº 249 de 29/10/91	Sangradouro	Área não definida Os Bororo ocupam terras da Missão Salesiana
Jarudori	4.706	Reservada/SPI. Reg. CRI e SPU	-----	Invadida por cidade
TOTAL	141.681			

Fonte: Serpa, 1989., ISA, 1997

Conforme indicado na tabela acima, o reduzido território atual Bororo apresenta três problemas fundiários que são tratados resumidamente a seguir:

Área Indígena Teresa Cristina

A antiga Colônia Teresa Cristina foi demarcada em 1896 por Rondon, com uma superfície total de 65.923 Ha, representando uma parcela reduzida do *habitat* dos Bororo da bacia do Rio São Lourenço..

A partir da década de 50, o Governo de Fernando Corrêa da Costa passa a expedir

títulos de propriedade na área da Colônia Teresa Cristina, até então respeitada pelos governos estaduais. Somente em 1965, o S.P.I. toma a iniciativa de mover uma ação judicial contra os detentores de títulos definitivos incidentes na área reservada por Rondon. Em 1966, a ação é arquivada e após entendimento com o Ministro da Agricultura, Sr. Ney Braga, o governador do Mato Grosso, Sr. Pedro Pedrossian, propõe a celebração de um “convênio” que além de ratificar os títulos expedidos pelo Estado, reduziu em 38 % a área original demarcada por Rondon.

A demarcação realizada em 1976, sob a supervisão da Funai, veio concretizar o processo de expropriação territorial dos Bororo confirmando uma área de apenas 25.694 ha.

Essa situação perdura até hoje, estando os Bororo confinados numa área de terras pouco aproveitáveis (cerrado e brejo), uma vez que as melhores e as mais férteis estão ocupadas pelas fazendas vizinhas. Como se não bastasse, novas invasões e desmatamentos são registrados nas áreas decretadas, o que denota o descaso e ineficiência do órgão tutor na defesa desta terra indígena.

Atualmente, os Bororo reivindicaram junto à Funai uma demarcação definitiva frente às situações abaixo descritas:

- O primeiro caso é o da Fazenda Santa Maria do Ibitinga, encravada no centro da área. Esta invasão foi confirmada pelo Decreto nº 64.018 de 22/01/69, em função de pressões políticas e que exclui cerca de 3.000 ha dos limites das áreas indígenas interditadas naquela época para fins de demarcação.
- O segundo caso é a necessária redefinição dos limites das áreas indígenas na Serra dos Coroados. Os Bororo reivindicam a anexação de uma área tradicionalmente explorada em caçadas de araras e coletas de frutas do cerrado, como a mangaba. Esta área foi usada pelos Bororo até 1987, quando foi desmatada pelo proprietário da Fazenda Coroados.
- O terceiro caso é o da reintegração de posse das Fazendas “Campina” e “Pantanal”, localizadas nas propriedades da aldeia Piebaga. Os Bororo recentemente conseguiram efetivá-la, após 29 anos de tramitação de uma ação judicial inusitadamente movida pelo S.P.I. contra o fazendeiro José Pinto, pretense proprietário dos citados imóveis rurais.
- O quarto caso é o da definição dos limites da área nas nascentes do Córrego Grande.

Área Indígena Jarudori

O lote “São João do Jarudore” reservado por Rondon, compreendia uma área de aproximadamente 100.000 ha, no vale do Rio Vermelho, onde localizavam-se as aldeias de Jarudori, Aijere, Pobjári, Tugoparu e Toriparu.

Na década de 40, uma onda de invasão de colonos, fazendeiros, criadores de gado e garimpeiros se abateu sobre essas terras, levando o S.P.I. com o Governo do

Estado de Mato Grosso a lotear essa área, reservando aos Bororo uma área de apenas 4.700 ha. Neste período, as aldeias Aijere, Tugoparu e Toriparu foram dizimadas pela gripe e tuberculose. A aldeia de Pobjári (Paraíso) foi desmantelada e seus moradores refugiaram-se no Meruri ou em Tadarimana, em 1966. A aldeia de Jarudori resistiu até 1983, quando jagunços e moradores da Vila Jarudori, apoiados por políticos locais expulsaram os últimos Bororo e se apossaram da área demarcada.

No presente momento, a FUNAI pressionada pelos Bororo apoiados pelo CIMI e pelo Ministério Público , retomou o processo administrativo iniciado na época da ditadura militar para buscar uma solução definitiva dessa situação fundiária. A reivindicação unânime de todos as lideranças Bororo reunidas em setembro passado é a troca dessa área por uma outra de igual valor que será incorporada à Área Indígena Teresa Cristina.

Área Indígena Sangradouro

A inexistência de uma área para os Bororo de Sangradouro deriva de uma situação histórica iniciada pela ação da Missão Salesiana no início deste século e concretizada pela FUNAI, que privilegiou os Xavantes , demarcando-lhes uma área própria, em detrimento aos Bororo , moradores tradicionais dessa região. Hoje observa-se um movimento embrionário que reivindica uma área exclusiva para esse pequeno grupo Bororo remanescente das aldeias Toriparu, Jarudori e outras. Esse grupo minoritário frente aos Xavantes e muitas vezes esquecidos nas repartições dos escassos recursos oferecidos pelo órgão tutor.

3.4 - O Movimento Bororo para recuperação e preservação do território

O surgimento de um movimento reivindicatório Bororo, no final dos anos 70, reflete o alto grau de insatisfação em que se encontrava este grupo, depois das violentas etapas do processo de contato com a sociedade nacional.

O histórico da perda das terras tradicionais, o degradante processo de depopulação e a lastimável situação médico-sanitária e educacional, fizeram brotar uma consciência reivindicatória e um forte desejo de lutar pela sobrevivência do grupo. A vontade coletiva de resolver a situação instável das terras reservadas é o que levou o movimento Bororo atuar nas diferentes situações jurídico-fundiárias dessas áreas, como por exemplo, na situação das áreas de Teresa Cristina, Jarudori e Pobjári.

Historicamente, os Bororo sempre revidaram o avanço da sociedade nacional sobre suas terra. Em fins do século XIX, com a “pacificação” dos Bororo da bacia do Rio São Lourenço, encerrou-se a guerra que havia durado mais de 150 anos.

Entretanto, a resistência não terminou, mas renasceu muitas vezes em situações de confronto com representantes da colonização, principalmente nas áreas de garimpo.

O melhor exemplo de resistência aconteceu na região do médio São Lourenço, sob o poder carismático do Boeimejera Cadete, que durante décadas comandou uma confederação de várias aldeias Bororo, conseguindo impor limites à gana espoliativa das fazendas sobre o território tribal. Seu poder, respeitado por Rondon, salvou aos Bororo muitas áreas que foram posteriormente reservadas para eles.

A morte de Cadete, em 1953, aconteceu na década mais violenta do contato, quando os Bororo foram expulsos de suas melhores terras, quando muitas aldeias desapareceram devido às doenças que se abateram sobre uma população totalmente desassistida pelo SPI, período este em que o movimento de resistência desapareceu.

No início dos anos 70, na área da Missão Salesiana, onde a ação dos agentes tinha sido mais forte em termos aculturativos, é que renasce o movimento de recuperação das terras. O movimento do Meruri veio reivindicar a demarcação das terras que estavam sendo ocupadas pelos fazendeiros vizinhos, sendo que muitos deles haviam sido colocados ali pelos próprios salesianos.

O início dos trabalhos de equipe de agrimensores da Funai juntamente com a equipe de Bororo, veio acirrar os atritos com os fazendeiros, que, apoiados por políticos e investidores de projetos agropecuários da região, organizaram um movimento contra a demarcação e contra a averiguação dos títulos das terras cuja autenticidade era questionada.

O conflito explode em 15 de julho de 1976, quando a Missão é atacada por 62 fazendeiros armados, que mataram o Padre Diretor, Pe. Rodolfo Lukenbein, e o índio Simão, ferindo outros quatro Bororo. O massacre do Meruri, como ficou conhecido este acontecimento, revelou à opinião pública a realidade da situação fundiária das terras indígenas e mostrou aos Bororo que tipo de inimigo ele teria que enfrentar, o que fez solidificar uma aliança temporária com os vizinhos Xavante, os tradicionais inimigos Kaiamo, reforçando a continuidade da luta nas situações que posteriormente o grupo teria que enfrentar em outras áreas reivindicadas.

O massacre do Meruri não intimidou o movimento Bororo e este foi vingando nas outras áreas, ora manifestando-se contra a política emancipacionista dos projetos de desenvolvimento implantados pela Funai e contra a atuação de funcionários corruptos, ora cobrando a obrigação do próprio órgão tutor na demarcação das terras.

Em agosto de 1983, realizou-se na aldeia do Garças (Jakorequewau), recentemente levantada por famílias dissidentes da Missão Salesiana, uma reunião das chefias Bororo. O 1º Encontro Bororo contou com a participação de vários líderes das reservas de Perigara, Teresa Cristina, Tadarimana, Sangradouro, Meruri e Garças, que discutindo os problemas específicos de cada aldeia chegaram ao ponto comum da necessidade de união entre os Bororo e destes com as outras nações indígenas.

O Primeiro Encontro Nacional dos líderes Bororo pode ser considerado um marco histórico na luta indígena pelos seus direitos e passou a ser um exemplo a ser imitado pelas demais nações indígenas do Estado do Mato Grosso.

A partir desse encontro a participação das lideranças Bororo no Movimento Indígena Nacional tornou-se destacada. Os Bororo participaram intensamente da criação da UNI, das lutas pela deposição dos delegados da 5a. DR e da Ajudância de Barra do Garças, dos movimentos ocorridos na sede, em Brasília.

Ao longo do processo de abertura política, os Bororo apoiaram a candidatura de Mário Juruna e participaram assiduamente junto à Comissão Permanente do Índio, criada pela Câmara Federal dos Deputados, logo após o movimento contra o Decreto Federal de Emancipação do Índio.

Os rumos da política indigenista oficial, sob a Nova República, que pouco se diferenciava da política dos Coronéis incentivou o movimento Bororo, agora reforçado pela possibilidade de alguns Bororo participarem da máquina burocrática do órgão tutor, a levar em frente o trabalho de conscientização sobre a necessidade de união, organização e de luta por seus direitos. As recentes invasões na área de Teresa Cristina, o momento político criado com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e a crise administrativa atual do órgão tutor, levaram os Bororo ao planejamento de um novo encontro de lideranças na aldeia de Córrego Grande.

Apoiados política e financeiramente pela UNI, pelo CIMI e até pela Superintendência de Cuiabá (Funai), os Bororo se reuniram durante três dias em 1987 na aldeia de Córrego Grande, onde discutiram os rumos do movimento para a resolução dos problemas fundiários, de saúde, de educação e de administração de seu território atual.

O resultado do 2º Encontro Nacional de Líderes Bororo veio selar um compromisso entre as chefias Bororo e os diferentes agentes (Funai/Cimi/UNI/antropólogos, etc.) para a solução da questão fundiária, bem como das questões de assistência e administração dos postos indígenas.

Nos últimos anos, o movimento Bororo acompanhou os trabalhos de campo, para a redefinição dos limites da Área Teresa Cristina, que não foi aceito pela Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai, tanto que, atualmente, vem sendo desenvolvidos novos estudos (Processo FUNAI/BSB/0344/94), para a solução dos principais problemas fundiários desta Área Indígena.

Em 1989, os Bororo de Teresa Cristina participaram ativamente da perícia antropológica realizada na área ocupada pela família do Sr. José Pinto (Processo: Ação Civil Ordinária nº 1.172-4/Procuradoria da Justiça Federal de Mato Grosso). Este processo resultou numa ação de reintegração de posse de 3.700 ha, no ano de 1994.

Ainda, em 1989, os Bororo de Teresa Cristina, preocupados com as notícias sobre a construção de uma Ferrovia em suas terras, acionaram a Procuradoria Geral da República, nos termos do item XXXIV do artigo 5º letra "a" da Constituição Federal, em defesa de seus direitos (Processo MPF/PGR nº 08100.003321/89-91).

A partir de 1995, tendo em vista os trabalhos de campo para a elaboração do EIA/RIMA da FERRONORTE, o Movimento Bororo acompanha com atenção os procedimentos e programas propostos para mitigar ou minimizar os impactos ambientais que advirão com a construção e operação da Ferrovia.

Em reunião realizada em setembro de 1996, na aldeia de Córrego Grande, as lideranças de todas as aldeias Bororo estavam presentes e apresentaram de forma unânime a não aceitação do traçado proposto pela FERRONORTE e sugeriram conforme apresentado no EIA/RIMA, a proposta de alteração do traçado e a criação de um grupo de trabalho com a participação de representantes de todas as aldeias a fim de negociar e adequar as ações mitigadoras e os programas compensatórios. Estas propostas, até o momento não foram implementadas, principalmente pelo fato de que a FUNAI encontra-se despreparada para encabeçar essa ação, apesar da constante cobrança da Procuradoria da República em Mato Grosso.

Além desse impasse criado pela FERRONORTE, outras questões como a Hidrovia Paraguai-Paraná, a solução definitiva da área Indígena Jarudori e a nova demarcação da Área Teresa Cristina, levaram a realização de uma reunião geral das lideranças Bororo, em setembro último. Nesta reunião três documentos reivindicatórios foram elaborados e serão entregues à FUNAI e à Procuradoria Geral da República.

Em síntese, o Movimento Bororo reivindica :

- a troca da área Jarudori por uma área de mesmo “preço comercial” adjacente à Área Indígena Teresa Cristina;
- a inclusão dos Bororo no EIA/RIMA da Hidrovia Paraguai-Paraná;
- a criação de um Grupo de Trabalho para analisar a mudança de traçado da ferrovia FERRONORTE.

Hoje, tendo em vista os trabalhos de campo para a elaboração do EIA/RIMA da Hidrovia Araguaia-Tocantins, os Bororo se defrontam novamente com mais um sério problema para sua sobrevivência.

4 - POPULAÇÃO

4.1 - Aspectos Históricos

Outro resultado do processo de contato é a drástica redução de população sofrida pelos Bororo. Esta situação que pode ser vista no quadro-resumo abaixo, indica o alto grau de vulnerabilidade dos Bororo aos efeitos letais do convívio pacífico, tanto que, ao analisar o censo de 1932 do SPI, Darcy Ribeiro (1977: 293) observa as

condições de extrema desorganização e a intensiva redução de população Bororo e prediz que a situação do grupo não indicava nenhuma estabilização demogenética mas sim as últimas etapas de um processo de extinção.

Atualmente o censo da população Bororo (1987, 1992, 1994 e 1997) tem indicado uma situação de crescimento que será analisada ao longo do diagnóstico.

Tabela nº 3

Quadro-Resumo do Processo Histórico da Depopulação Bororo

BORORO ORIENTAL			BORORO OCIDENTAL		
Fonte/Ano	População	Aldeia	Fonte/Ano	População	Aldeia
Caldas (1886)	3.595	34	Caldas (1842)	117	?
Cook (1901)	5.000-10.000	8	Chamberleim (1849)	290	?
Salesianos (1907)	3.907	10	Caldas (1886)	220	?
R. Hay (1919)	3.000-5.000	13	Koslowski (1894)	100	?
Baldus (1935)	1.000	?			
Saake (1952)	700-1.000	?			
Montenegro (1959)	700	?			
Uchoa (1979)	626	5			
Cedi (1987)	738	8			
Saúde/Funai (1994)	914	9			
Funai/Missão (1997)	1.024	10			

Fonte: Diversos autores como especificados

4.2 - Distribuição da população

Os Bororo da Bacia do Rio Araguaia compreendem, atualmente, uma população de 452 indivíduos distribuídos em duas aldeias localizadas na Área Indígena Meruri e de um grupo localizado na Fazenda Sangradouro da Missão Salesiana de mesmo nome.

Os dados demográficos foram coletados nos relatórios bimestrais (janeiro e abril de 1997) e anuais (1995 e 1996) fornecidos pela Administração Regional Barra do Garças /Funai. Para a Área Indígena Meruri usou-se o censo recente elaborado em outubro de 1996 pela Missão Salesiana.

A **Tabela nº 4** apresenta a distribuição dessa população por área e por comunidades, numa série histórica que sugere um processo de crescimento vegetativo.

Tabela nº 4
Distribuição da População Bororo por Área Indígena e Aldeia, 1979-1997

Área	Aldeias	População				
		1979	1988	1994	1996	1997
Meruri	Meruri	167	365	240	296	328
	Garças	61		70	59	61
Sangradouro		24	30	52	51	63
Bororo Bacia do Araguaia		252	395	362	406	452
Jarudori		15				
Tadarimana	Tadarimana	105	76	124		
	Pobore			23		173
	Praião			38		
	Jurigui			17		
Teresa Cristina	Córrego Grande	152	168	167		254
	Piebaga			83		66
Perigara	Perigara	102	99	80		79
Outras aldeias				08		
Rondonópolis				12		
Bororo Bacia S. Lourenço		359	343	548	576	572
Pop. Bororo Total		626	738	914	982	1.024

Fontes: 1979 (P. Ochoa, 1980); 1988 (Serpa, 1989); 1994 (M. Bordignon, 1995); e, 1994 (Saúde/Funai); 1996 (Saúde/Funai); 1997 (Missão Salesiana/Funai).

Uma primeira característica da dinâmica populacional das aldeias Bororo, tanto do passado quanto do presente, é a alta mobilidade que o quadro anterior sugere. Este aspecto demográfico muitas vezes confirmado pelos censos e história de vida dos Bororo pode ser explicado, por um lado, como uma consequência do processo de contato e mudança e, por outro, como uma prática tradicional anterior ao contato com a sociedade nacional.

Entre os motivos que influenciam a mobilidade populacional das aldeias figuram, principalmente a morte de parentes, rixas internas, o término de obrigações cerimoniais, a escassez de recursos e os conflitos com o branco (missionários, Funai e regionais).

Essa mobilidade que, se apreende por um controle mensal e anual da dinâmica

populacional das aldeias, vem apresentar implicações relevantes para o estudo do impacto ambiental da Hidrovia Araguaia-Tocantins .

4.3 - Composição da população

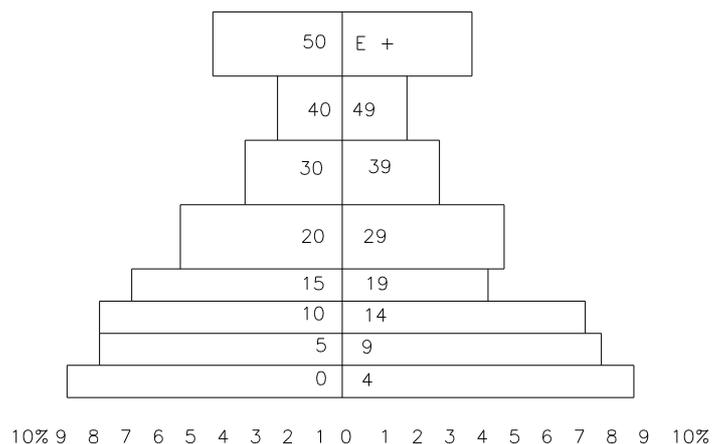
O comportamento das estruturas demográficas da população Bororo e principalmente dos Bororo da bacia do Rio Araguaia é ilustrado por pirâmides demográficas construídas a partir das seguintes fontes:

- a pirâmide demográfica da população Bororo no Estado do Mato Grosso foi elaborada por dados censitários coletados no relatório preliminar da comissão Funai/Prodeagro (1992);
- a pirâmide demográfica da população Bororo da Área Indígena Meruri foi constituída a partir do censo fornecido pela Missão Salesiana Meruri , dados estes que correspondem a população das aldeias de Meruri e Garças em outubro de 1996;
- a pirâmide demográfica da população Bororo da Bacia do Rio São Lourenço foi constituída a partir de dados fornecidos pela ADR de Rondonópolis (1994).

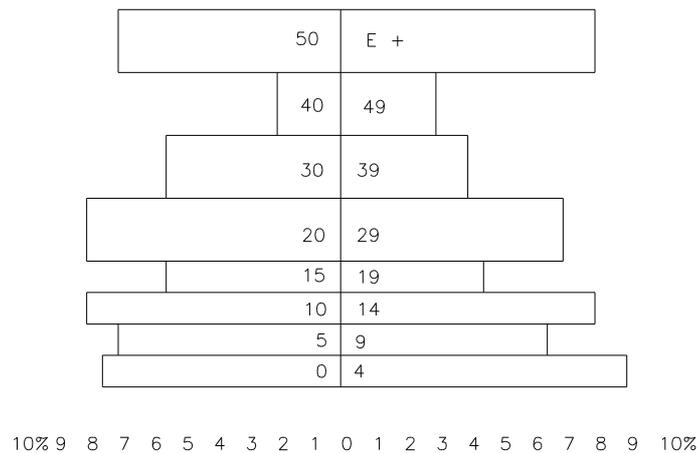
a precariedade dos dados sobre o grupo Bororo assistido pela Missão Salesiana de Sangradouro impossibilitou a construção de uma pirâmide demográfica;

Ilustração nº 1 - Pirâmides Populacionais dos Bororo 1992/ 1994/1996

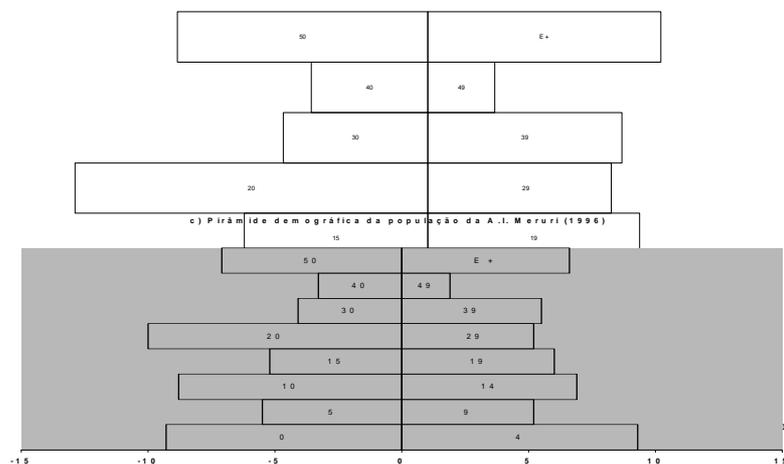
a) Pirâmide populacional Bororo no Estado de Mato Grosso (FNI/Prodeagro/1992)



b) Pirâmide demográfica dos Bororo da bacia do rio São Lourenço (1994)



c) Pirâmide demográfica da população da A.I. Meruri (1996)



Mesmo considerando-se as limitações impostas pela utilização de anos diferentes (92, 94, 96 e 97), algumas inconsistências dos censos e os diferentes níveis de distribuição da população, é possível observar:

- o comportamento das estruturas demográficas da população Bororo revelam uma taxa alta de natalidade associadas a uma taxa baixa de mortalidade;
- uma população predominantemente jovem, com um expressivo contingente de idosos e um estrangulamento da faixa etária de 30 a 50 anos;
- a inclinação acentuada da pirâmide, de 0 a 40 anos, reflete as altas taxa de mortalidade entre crianças menores de 5 anos nos últimos 30 anos que sem dúvida corresponde à etapa recente do contato, quando ocorreu à ocupação do Centro-Oeste brasileiro e à conseqüente deterioração das condições de vida dos Bororo, com o comprometimento

da esperança de vida ao nascer dessa população;

- que o pequeno número de indivíduos na faixa etária de 35 a 65 anos (15 % da população), em relação às faixas etárias inferiores pode estar representando uma recuperação do crescimento populacional nos últimos 30 anos; e,
- que em relação à população menor de 5 anos cuja taxa se encontra acima de 15 % nas três pirâmides, pode significar, uma vez controlada a mortalidade dentro desta faixa, uma recuperação no crescimento da população Bororo.

Tomando como parâmetros os dados do setor de Saúde da Administração de Barra do Garças , é possível determinar alguns indicadores demográficos gerais desta população indígena. A Tabela nº 5 abaixo, apresenta índices surpreendentes em termos dos coeficientes de natalidade, mortalidade e fecundidade dos Bororo. Dada a qualidade dos dados demográficos disponíveis para o grupo Bororo assistido pela Missão Salesiana de Sangradouro, só foi possível apresentar a dinâmica da Área Indígena Meruri, comparativamente à da população Bororo da área em estudo.

Os indicadores apresentam uma taxa média de natalidade anual de 2,7%, contrastando com uma baixa taxa de mortalidade geral de 0,85%. No período de análise (95-97) observa-se, entretanto, uma alta taxa de mortalidade registrada na população de + 50 anos (12%) e uma taxa média de mortalidade infantil (3,6%).

Tabela nº 5
Indicadores Demográficos Gerais

Local	Ano	Pop.Abs (nº hab)	Taxa mort. (%)	Cresc.Dem og. (%)	Taxa Nat. (%)	Taxa Fec. (%)
A.I. Meruri	1995	349	1,43	2,01	3,44	-
	1996	355	0,28	1,69	1,97	10,29
	1997	389	0,77	0,32	1,09	-
Bororo da Bacia do Rio Araguaia	1995	390	1,28	2,30	3,58	-
	1996	406	0,74	1,23	1,97	-
	1997	422	0,94	0,00	0,94	-
Bororo da Bacia do Rio São Lourenço	1994	548	0,91	2,55	3,46	17,75

Fonte: Saúde/Funai, 95, 96 e 97.

Com relação aos coeficientes gerais obtidos para a Área Indígena Meruri deve ser

levado em conta a mobilidade dos Bororo caracterizada pelo fluxo constante entre as aldeias, o que muitas vezes dificulta o controle censitário. Entretanto, a média dos índices de natalidade e de fecundidade comparado à da população Bororo da Bacia do São Lourenço, são similares, destacando-se apenas o coeficiente de fecundidade que é maior no Vale do São Lourenço.

Tomando como base os indicadores demográficos gerais dos Bororo da Bacia do Rio Araguaia (1996) que apresenta uma taxa anual de crescimento da ordem de 1,23% e a projeção para os Bororo da Bacia do São Lourenço, segundo o EIA/RIMA da FERRONORTE (pg.21), pode-se estimar que a população Bororo apresentará as seguintes projeções:

**Tabela nº 6 -
Projeções de População para o período 2000-2015**

População	Anos				
	1997	2000	2005	2010	2015
Bororo Bacia do Araguaia	452	469	498	529	562
Bororo Bacia do São Lourenço	572	616	695	784	884
Bororo Total	1.024	1.085	1.193	1.313	1.446

Fonte: Quadro Distribuição da População/Saúde-Funai, 1994e 1996; Missão Salesiana, 1997.

4.4 - Deslocamentos e fluxos migratórios

No passado, os Bororo desenvolviam na época da seca, “Joru Butu”, grandes viagens de exploração do território tradicional. Estas viagens denominadas de *Maguru* empregavam quase toda a aldeia, que permanecia até quatro meses caçando, pescando e coletando todo tipo de recurso natural. Muitas vezes estas viagens objetivavam a caça de onças, animal fundamental para concretização das prestações cerimoniais relacionadas com o funeral Bororo.

A ocupação do território tradicional pelas cidade e fazendas contribuiu para o desaparecimento das atividades nômades do grupo. O *Maguru* foi barrado pelas contingências criadas com o estabelecimento das reservas e pelas condições impostas pelos agentes da “pacificação”. A perda de nichos ecológicos de exploração, a extinção de espécies e a quebra das cadeias ecológicas são os principais fatores que comprometem não só o deslocamento sazonal, mas a própria importância da caça/pesca e coleta nas áreas reservadas.

Atualmente, os deslocamentos são esporádicos e não compreendem um montante

expressivo de população. O que se observa é que as rotas de Maguru ainda são referências vivas para a coleta de alguns bens naturais necessários para o desenvolvimento de atividades religiosas. Na Área Indígena Teresa Cristina algumas famílias da aldeia do Córrego Grande ainda se deslocam para áreas de fazendas vizinhas em busca de matéria prima (folhas de palmeira, barro, penas de aves), na lufada do lambari, etc. Estes deslocamentos duram poucos dias e não representam mais um padrão nômade. Entretanto, o uso dessas áreas veio sustentar a reivindicação dos Bororo quanto á mudança do traçado da Ferrovia-FERRONORTE, incidente nessas áreas localizadas em terras particulares, mas que constituem nichos importantes de exploração.

Na Área Indígena Meruri a prática do Maguru segue sendo desenvolvida por algumas famílias nos meses de julho a agosto. Estes deslocamentos acontecem apenas no território reservado, nas áreas de lamedouro e lagoas . Esta prática

também foi incorporada no calendário escolar que tem previsto o prolongamento das férias de julho evitando comprometer o bom desempenho dessa atividade. Conforme indicado no Mapa nº 4 , algumas área tradicionais de maguru foram exploradas até pouco tempo e cessaram devido a problemas com os vizinhos Xavante e fazendeiros. Dentre a principais , destacam-se :

- **Torimakudaga** (morro da janela) localizado além do Rio das Mortes;
- **Noidori (morro do babaçu) elevação na margem esquerda do Rio das Mortes, área atualmente explorada pelos Xavantes;**
- **Tomúgu-dóge E-iao (rib. dos Índios) afluente do Rio Garças , local de matrinxã explorado até 1983;**
- **Bariga Jao (local de sílex) nas imediações da reserva Meruri.**

O que se observa hoje nas áreas Bororo são os deslocamentos motivados por questões religiosas e políticas. O funeral Bororo, a principal e a mais complexa manifestação da cultura Bororo, tem criado situações de deslocamento de algumas famílias e/ou parentelas para a aldeia onde se realiza o cerimonial.

Fatores históricos que levaram ao reagrupamento dos sobreviventes das aldeias extintas e as conseqüências deletérias do contato expressas pela grande mortalidade de velhos conhecedores das tradições culturais, têm criado um contínuo deslocamento interaldeias com duração de três a mais meses até que se concretize as etapas principais do funeral. Este deslocamento muitas vezes cria instabilidade nas aldeias, ora pelo abandono da áreas de cultivo pelas famílias enlutadas ou pelas famílias que se deslocam, ora pela prática do “roubo” do defunto por sua parentela, que procura garantir o verdadeiro funeral numa aldeia onde há condições para tanto.

Durante as duas últimas décadas os pesquisadores tem registrado um intenso deslocamento de parentelas juntamente com o corpo do morto para a aldeia de Córrego Grande, dada a concentração de velhos conhecedores da tradição. Na

área de estudo, o mesmo fato tem sido registrado, em menor escala, na aldeia do Garças, onde é realizado o funeral tradicional sem interferência dos ritos católicos.

O fluxo migratório motivado por questões políticas ocorreu com mais intensidade na década de setenta . Os pesquisadores registraram o deslocamento de muitas famílias da aldeia Meruri para as aldeias de Tadarimana e Córrego Grande. Este fluxo foi motivado de um lado pela vontade de libertar-se da tutela missionária e de outro, pelas pressões políticas relacionadas a reconquista das terras invadidas pelos fazendeiros. O fluxo Meruri -Bacia do Rio São Lourenço cessa de intensidade quando uma facção de Meruri se desloca e funda , em 1980, a aldeia do Garças em moldes tradicionais.

Outro movimento migratório registrado ocorreu em 1984 quando um grupo de aproximadamente 37 Bororo se deslocou do Perigara para o antigo retiro da Colônia Teresa Cristina e lá fundaram a aldeia Piebaga. Este fato veio por fim a uma rixa tradicional entre os UtuguKuri (Perigarenses) e os Toritadawugue (Córrego Grandense) e garantir a proteção desta área da reserva Teresa Cristina, culminando com a reintegração de posse, em 1994, de uma área invadida por fazenda.

4.5 - Situação de saúde da população Bororo

Esta parte do diagnóstico tem o objetivo de levantar as informações existentes (registradas ou não) sobre a saúde Bororo, sistematizando-as de modo a viabilizar a construção de "indicadores de saúde". A partir destes indicadores torna-se possível o planejamento de ações e atividades que se farão necessárias, dados os impactos que a Hidrovia Araguaia - Tocantins poderá acarretar nesta porção do território Bororo.

A análise parte de uma avaliação geral da situação de saúde dos Bororo da Bacia do Rio Araguaia, destacando os coeficientes de morbidade e mortalidade. A análise da assistência da Funai e os programas de saúde governamentais propositadamente é feita no item - Condições de Vida.

As informações que fundamentam essa análise compreendem os dados obtidos em relatórios de saúde bimensais (jan-abr/97) e anuais (1995 e 1996) produzidos pela ADR Barra do Garças , bem como informações coletadas nas entrevistas realizadas nas áreas indígenas Meruri e Sangradouro junto aos agentes (chefe de posto, atendentes de enfermagem, professores, missionários) e lideranças das aldeias.

O principal problema da análise dos dados secundários fornecidos pelos relatórios anuais é o fato de que não há separação no registro das ocorrências das diferentes etnias assistidas pelo setor de saúde da ADR Barra do Garças. Este fato impossibilita distinguir questões próprias dos Bororo, em termos quantitativos e qualitativos, uma vez que os Xavante representam 90% da população sob assistência desta administração da Funai. Entretanto esta crítica não vem desmerecer a alta qualidade dos relatórios, cujas observações e conclusões apresentam importantes contribuições para a análise da situação de saúde das populações indígenas dessa porção da Bacia do Rio Araguaia.

4.5.1 - Morbidade

A morbidade foi levantada por consulta aos relatórios de 1995 e 1996 e por informações obtidas nas áreas indígenas junto aos agentes da Funai e da Missão Salesiana (chefes de posto, professores, administradores) e monitores indígenas de saúde.

A análise das informações qualitativas e quantitativas indicam que o padrão de morbidade Bororo é relativamente constante e reflete principalmente a precariedade das condições em que vive a população. A grande maioria dos agravos se constituem de doenças infecto parasitárias e doenças ligadas ao saneamento e aos hábitos de higiene. Já se percebe também, comparando-se com a série histórica (90, 91, 92) das informações gerais da saúde da população

indígena de Mato Grosso ³, que está ocorrendo um aumento na detecção de problemas ligados ao envelhecimento e ao modo de vida - problemas cardiovasculares, neurológicos, reumáticos e diabetes.

As doenças classificadas no grupo IRA (infecções respiratórias agudas) apresentam um índice de agravo que chama a atenção. Esta situação reflete principalmente as deficiências biológicas adquiridas ao longo do contato histórico, isto é, a grande incidência de tuberculose pulmonar aliada aos hábitos e costumes Bororo é considerada a causa principal da extinção de muitas aldeias ao longo deste século.

As doenças respiratórias perpetuam-se, por um lado, devido à precariedade da assistência médica nas últimas décadas e por outro, pela dificuldade de desenvolvimento de um tratamento completo dado o alto índice de alcoolismo entre o grupo. Neste caso, instalou-se nessa população o círculo vicioso: alcoolismo - desnutrição - tuberculose/IRA, que vem solapando as resistências orgânicas do grupo. Contribuem, também, os hábitos e costumes da população no uso de lamparinas à querosene, o uso de fogueiras dentro da casa, o consumo coletivo do mate e outros hábitos que propiciam o contágio entre os não infectados.

Este perfil nosológico da população Bororo é mais ameno na Área Indígena Meruri devido principalmente a qualidade dos serviços de saúde ali desenvolvidos pela Missão Salesiana. Entretanto na Área Indígena Sangradouro o número expressivo de casos de tuberculose notificados em 1995, entre os Xavante, causa apreensão com relação ao grupo Bororo ali residente e indica a necessidade de ações de curto prazo.

Ressalte-se que a questão do alcoolismo entre os Bororo é anterior ao processo da ocupação de suas terras pelas fazendas, a partir da década de 60.

Em 1888, K. Von de Steiner já apontava a prática dos vícios de alcoolismo e prostituição estimulados pela administração das Colônias Militares, prevendo assim o desastre desta prática indigenista e os efeitos deletérios para a cultura Bororo.

Vários outros etnólogos (Saake, 1953; Montenegro, 1963; Crocker, 1967; Viertler,

³ Diagnóstico da situação de saúde da população indígena do Mato Grosso Quadro II, pg. 4., FNS/Prodeagro/1994.

1982), deixaram impressões sobre o problema em destaque, mas o trabalho mais ilustrativo é de Muccilo, R. (1978), por conter informações específicas sobre o problema e por colocar a questão dentro de um contexto psicossocial; sem dúvida iniciado com o processo de redução do território tradicional e superdimensionado, no caso de Teresa Cristina, pelo fracionamento da área e a paulatina destruição do recurso sócio-cultural da comunidade.

Na Área Indígena Meruri e entre os Bororo de Sangradouro, a questão do alcoolismo é também preocupante. Os autores do relatório de 1995 afirmam que se o alcoolismo fizesse parte dos atendimentos médicos, seria facilmente verificado que é o **maior problema de saúde** da população Bororo

O segundo grupo de agravos (diarréia, verminose, dermatose) refere-se às doenças típicas da falta de saneamento e hábitos higiênicos. Neste caso, o padrão cultural é o fator determinante, destacando-se o consumo de água de fontes e rios contaminados, a contaminação do solo nas imediações das casas pelas fezes humanas e de animais (principalmente dos cachorros), a ausência de hábitos higiênicos no trato das roupas e utensílios usados na alimentação, a relação de contato íntimo com os cachorros doentes (verminose e sarnas) e o hábito de deixar as crianças em contato direto com a terra do chão.

Algumas doenças predominantes vem refletir muitas vezes as condições próprias do meio ambiente onde se destacam as dermatoses, a lechimaniose e as conjuntivites. Outras indicam mudanças alimentares, no caso das diabetes, hipertensão (20% da população) e problemas gastro intestinais e, é possível que as doenças classificadas como neuro-psiquiátricas têm profundas relações com o alcoolismo e traumas psicológicos adquiridos nas épocas violentas do contato.

A distribuição dos agravos também é influenciada pelo grupo etário considerado, sendo que, de modo geral, pode-se dizer que alguns problemas respiratórios e as diarréias são os agravos que mais acometem as crianças menores de um ano. Na faixa de um a cinco anos, associam-se os problemas respiratórios, as verminoses e os problemas de pele. A partir dos cinco anos é que surgem com mais freqüência os problemas gênito-urinários, os problemas cardio-circulatórios, reumatológicos e os acidentes e traumatismos.

Com relação aos problemas genito-urinários, principalmente entre mulheres a partir dos 10 anos, deve-se levar em conta, além dos hábitos higiênicos, a prática sexual Bororo e sua liberalidade. Há poucas informações sobre doenças venéreas, mas há dados impressionantes sobre a alta incidência de infeções bacteriológicas caracterizadas pelos problemas inflamatórios detectados em das lâminas coletadas pelo programa de prevenção e controle do câncer ginecológico.

Não existe nenhum caso de AIDS entre os Bororo, mas causa apreensão a incidência de doenças via relacionamento sexual, a liberdade sexual entre os Bororo e o contato sexual na cidade, o que vêm caracterizar um comportamento sexual de risco.

4.5.2 - Mortalidade

No item relativo à demografia Bororo, o coeficiente de mortalidade geral obtido nas

informações censitárias disponíveis é de 0,85 %, o que caracteriza uma baixa taxa de mortalidade anual.

As informações dos relatórios anuais de 1995 e 1996 e as coletadas em campo, para o ano de 1997, são precárias para uma análise do coeficiente de mortalidade do grupo Bororo. Os dados indicam um montante de 13 mortes, sendo que 53% dos óbitos não apresentam a “causa mortis”. As informações disponíveis indicam que as razões de mortalidade proporcional por idade e por causa são aquelas referidas enquanto morbidade, ou seja, na faixa de 0 a 4 anos (33%) as causas são doenças do grupo IRA e GECA e na faixa de 50 anos e mais (50%) , são doenças cardiovasculares e outras não notificadas

Nos estudos realizados por Serpa (1995), na Bacia do Rio São Lourenço, as razões de mortalidade são também relacionadas as doenças do grupo IRA e GECA. Desta forma, baseando-se nos índices de Swaroop & Uemura (1957) e na curva de Moraes (1959), o autor afirma que os Bororo apresentam como razão de mortalidade proporcional um índice de 70 % que, segundo o indicador Swaroop e Uemura, denota uma condição regular de saúde. Já com relação à proporção de óbito por idade, a curva de Moraes vem classificar os Bororo no Tipo III, o que denota também um nível de saúde regular.

Portanto, considerando os quadros disponíveis da morbidade e da mortalidade dos Bororo da Bacia do Rio Araguaia, pode-se concluir que, tal como afirma Serpa (1995) para os Bororo da Bacia do Rio São Lourenço, a situação de saúde da população Bororo na ADR Barra do Garças é precária quando comparada aos padrões gerais da população regional, já que a maior parte dos problemas de saúde (e causas de óbito) encontra-se no grupo das doenças evitáveis com medidas de atenção primária à saúde, cuidados básicos de saúde e melhoria das condições de higiene, saneamento, moradia e alimentação. Assim, o grupo Bororo situa-se num estágio inicial da transição epidemiológica onde a minoria chega a viver para ter a chance de ser acometida pelas doenças crônico degenerativas.

5 - MODO DE VIDA E USO DOS RECURSOS NATURAIS

5.1 - Organização Social e Meio Ambiente

Na literatura etnográfica do Brasil, os índios Bororo receberam, desde Lévi-Strauss, um destaque especial devido à sua organização social extremamente complexa. Na classificação tipológica das culturas indígenas sul americanas, proposta por Steward (1946/50), os Bororo são considerados como uma das sociedades “marginais” que habita o cerrado brasileiro. Esta classificação inclui várias sociedades tribais do Planalto Central Brasileiro pertencente ao grupo lingüístico Macro-Gê (Xavante, Xerente, Ericbatsa, Suyá, KreenAkarore, Kayapó, Apinayé, Krahó, Krikati, Gaviões e outras) e que preenchem as seguintes características culturais:

- ciclo anual caracterizado pela sazonalidade, alternância entre atividades de caça, pesca e coleta numa época do ano, e horticultura em áreas ribeirinhas, na outra parte do ano;
- forma circular da aldeia;
- grupos domésticos baseados em famílias extensas uxori-locais;
- existência de metades e intrincada vida cerimonial e de grupos baseados na idade e na transmissão de nomes;
- aldeias tradicionalmente grandes quando comparadas com as das sociedades da 'floresta tropical'.

5.1.1.- Aspectos básicos

A unidade política é a aldeia (Boe Ewa), idealmente construída em terreno ligeiramente inclinado para Oeste, próximo a um curso d'água e formada por um conjunto de casas dispostas em círculo, tendo no centro uma casa central, a casa-dos-homens, denominada de Bai Mana Gejewú (Baito). Ao lado oeste do Baito encontra-se a praça cerimonial, o "Bororo". Ali se realizam os cantos e danças por ocasião de uma caça ou pesca, benzimento da colheita e da caça, nominação de crianças, os enterros primários e grande parte das cerimônias ligadas ao ciclo funerário.

A organização espácio-social é elaborada da seguinte forma: a aldeia é formada por duas metades - os *Exerae* e os *Tugarége* - cada uma subdividida em quatro clãs principais. À metade *Exerae* pertence: os *Baado Jebáge Cobugiwu* ("os construtores da aldeia à Leste"), os *Bokodóri Exerae* ("os tatus-canastras"), os *Kíe* ("as antas") e os *Baado Jebáge Cebugiwu* ("os construtores da aldeia à Oeste"). À metade *Tugarége* pertence: os *Iwagudo-doque* ("as gralhas"), os *Aróroe* ("as larvas"), os *Apiboréque* ("os donos do acurí) e os *Páiwoe* (os bugios).

Os clãs estão subdivididos em diversas categorias de nomes, expresso pelos diversos títulos identificados com grandes chefes do passado mítico ou da atualidade. Cada sub-clã ou *ledaga* tem a primazia sobre certas parte do patrimônio clânico (animais, espíritos, danças, técnicas de fabricação de certos objetos, enfeites, motivos decorativos, pinturas faciais e corporais, diversas espécies de cerimoniais, mitos, títulos honoríficos), o que determina uma hierarquia de prestígio diferencial dentro de cada clã. (Vide Ilustração a seguir).

Ilustração nº 2-

Modelo clássico da aldeia Bororo com as divisões em duas metades exógamas e clânicas com os grandes heróis e chefes de cada clã. (Adaptação: Viertler, 1978)

Viertler, 1982: 462).

5.1.3. -Ritos e cerimônias

Os Bororo têm uma intensa vida cerimonial, muitas cerimônias são consideradas “mori”, por significar “recompensa” por um favor recebido ou “vingança” pela morte de alguém.

As principais cerimônias Bororo são: o funeral; a imposição do nome às crianças; a perfuração dos lóbulos das orelhas e do lábio inferior; a festa do milho novo; a preparação para a caçada ou a pescaria; as festas do couro da onça, do gavião real e do matador da onça (cf. Bordignon, 1994).

Dentre as cerimônias Bororo, o funeral merece destaque, uma vez que vem assumindo na atualidade, tal como afirma Viertler (1982: 586), uma estratégia de adaptação e/ou reação ampla e flexível desenvolvida pelos Bororo, a fim de propiciar a coesão interna das aldeias frente o momento atual do contato interétnico.

O funeral é o mais longo de todos os rituais da sociedade Bororo podendo durar até três meses, contados a partir da morte do indivíduo até o enterro secundário. O morto é enterrado no centro da aldeia (“Bororo”), numa cova rasa que é diariamente aguada para acelerar o processo de decomposição das carnes. Um mês depois, os ossos são desenterrados, lavados e, uma vez ornamentados, são depositados num cesto de palha enfeitado e enterrados definitivamente numa “baía” ou no campo. Estas atividades são permeadas por uma sucessão de cantos, danças, caça, pesca, refeições coletivas e representações cerimoniais.

O ciclo funerário é também um importante momento de transmissão de conhecimentos da cultura onde os velhos ensinam os mais novos, possibilitando a socialização dos jovens nas práticas e valores específicos desta sociedade.

“A morte de um indivíduo implica na perda de um membro da sociedade dos vivos, que deve reorganizar-se. Um indivíduo determinado é escolhido para lembrar e representar aquele que morreu. Assim, como o corpo do morto desaparece, também a casa em que ele morava será destruída, por ocasião da sua morte. Entretanto, a identidade social do morto não se perde, pois é recuperada pelo seu representante e no espaço em que se encontrava a sua casa, nova habitação será construída. É desta forma que os Bororo efetuam a transição daqueles que deixam a sociedade dos vivos, para entrarem na sociedade dos mortos” (Araújo *et alli*, 1987).

O representante do morto não está só, para ele foram também escolhidos um “pai” e uma “mãe”, rituais que dependerão vitaliciamente da caça por ele ofertada e da qual receberá uma parte cozida. Esta aliança baseada na prestação alimentar cerimonial se amplia, caso este representante cace uma onça, vingando a morte daquele indivíduo. Cria-se a partir da entrega do couro desta onça, para a parentela

enlutada, o que os Bororo denominam de “pensão” (Uroréboe). Esta pensão é vitalícia e sempre que o morto é lembrado nas cerimônias denominadas “banquete das almas”, sua parentela tem a obrigação de lhe oferecer alimentação.

A complexidade e a importância do funeral Bororo são sintetizadas por Caiuby Novaes (1993), assim :

“ Não consigo deixar de ver o funeral Bororo como um ritual em que a sociedade não só reorganiza a sociedade dos vivos, como recria o próprio sentido da vida. O funeral é para os Bororo, um momento de socialização, em que os mais velhos se dedicam a passar, às gerações mais jovens, mitos, cantos, danças, os segredos da confecção de objetos e demais aspectos da elaborada cultura Bororo. É um ritual através do qual a sociedade dos vivos se reorganiza e cria novos vínculos entre seus membros, através do intrincado sistema de parentesco ritual que eles elaboraram. É a fase em que são suspensas as atividades de subsistência introduzidas com o contato (principalmente a agricultura mecanizada) e que se volta às caçadas e pescarias coletivas, às atividades de subsistência que, neste contexto ritual, têm uma enorme importância. É através do funeral que a sociedade Bororo reconhece, formalmente, seus novos membros: os rituais de iniciação masculina são sempre realizados durante o longo período, de até três meses, que pode durar todo o ciclo funerário. Sem os funerais, a sociedade Bororo, paradoxalmente, não poderia se reproduzir enquanto tal, permitindo que todos os seus mortos (lembrados nestes momentos por seus representantes vivos) se encontrem com a sociedade dos seus vivos. Para os Bororos é, literalmente, a morte que recria a vida e, assim, toda a possibilidade de reprodução da vida social” (Caiuby Novaes, 1993: 92-93).

5.1.4 - Organização Política e territorialidade

Em termos da organização política, as aldeias Bororo mantêm sua autonomia e apresentam situações próprias que são resultados das diferentes soluções derivadas ao longo do processo histórico do contato.

Nas aldeias da Bacia do Rio São Lourenço, a organização política ainda se orienta de forma tradicional, onde o poder se estrutura sob a figura do Boe E-Imejera, o “capitão”, geralmente recrutado entre os membros dos clã de maior prestígio. Essa é a situação das aldeias de Tadarimana e Córrego Grande, onde se concentra a maioria da população desse ramo bororo. Nas outras aldeias, Perigara, Piebaga, Paulista, Praião e Pobore a estrutura parece seguir a orientação tradicional. Entretanto, outros fatores como as características do agrupamento, o número de habitantes, a origem da “aldeia”, a não celebração do funeral, etc... vem determinar situações diferenciadas que muitas vezes descaracterizam a própria definição de aldeia no sentido tradicional Bororo.

Nos três agrupamentos Bororo da Bacia do Rio Araguaia, a organização política apresenta situações particulares. Na “aldeia” do Sangradouro, observa-se recentemente, seu reconhecimento enquanto unidade política pelas outras aldeias da região, a partir do processo de resgate cultural consolidado com a celebração de um grande “batizado” tradicional de vários indivíduos, na maioria de crianças. Este fato vem contribuindo para a afirmação dessa “aldeia” bororo em terras da Missão Salesiana, enquanto unidade política, conferindo-lhe o status de aldeia participante na organização política do movimento reivindicatório bororo.

A aldeia do Garças, que se formou no final da década de 70, por uma facção da aldeia de Meruri, é um exemplo de resistência cultural. Ao contrário do Meruri, nesta aldeia todas as casas são de palha e estão dispostas num círculo, tal como no modelo tradicional. Sua autonomia política advém, portanto, de sua independência da interferência salesiana e na consolidação de funerais tradicionais, muitos deles de moradores da aldeia Meruri.

A aldeia do Meruri, onde o processo de contato, mais precisamente, a ação missionária, criou uma profunda mudança na morfologia da aldeia, a situação da autonomia política vem sendo consolidada a partir da luta pela terra e pela crescente recuperação da tradição.

Na aldeia do Meruri, os Bororo moram em casa de alvenaria alinhadas em duas ruas, de modo a formar um ele. Essa situação criada pelos Salesianos procurava mudar a própria concepção de sociedade estruturada pela disposição circular das casas. Este tipo de interferência contribuiu, muitas vezes para desequilibrar a autonomia política dos merurenses, mas a luta pela terra e o processo de auto determinação vieram suplantá-la a ponto de que mesmo morando numa aldeia com casas disposta em ruas, a orientação tradicional da relações sociais manteve-se presente.

O aspecto político mais relevante da aldeia do Meruri é a forma de sua representação política atual. O “cacique” é escolhido por eleição direta e pela maioria relativa dos votos dos maiores de 16 anos. O mandato é anual e a reeleição é sempre possível. No cenário político detecta-se três facções que se revezam no poder, muitas vezes através de acordos, rearranjos e alianças. Há uma tênue orientação de moldes tradicionais na escolha dos candidatos ao posto de “cacique”, entretanto, é clara a separação da representação política com a representação tribal tradicional, onde muitas vezes o político se confundia com o cerimonial (religioso).

Em termos da relações sociais, políticas e cerimoniais entre as aldeias Bororo, chama a atenção a relação simbiótica entre as aldeias do Meruri e Garças. A aldeia Meruri apresenta-se como uma solução estratégica em termos de recursos infra-estruturais (transporte, educação, saúde) e a aldeia do Garças, como uma base de apoio cultural. Essa complementariedade levou à criação de uma associação de moradores denominada de “CIBAE”, objetivando o desenvolvimento de projetos comunitários independentes das orientações da Missão Salesiana. Apesar da presidência dessa associação estar vinculada ao “cacique” eleito na aldeia de Meruri, os outros cargos de direção são repartidos de forma a garantir a igualdade e a representação da aldeia do Garças.

A relação da “aldeia” do Sangradouro com as aldeias de Meruri e Garças é estratégica, tanto em termos políticos como sociais, pois muitas vezes assume o papel de área de refúgio para famílias que estejam vivendo algum tipo de tensão em sua aldeia de origem.

A relação das aldeias da Bacia do Rio Araguaia com as aldeias da Bacia do Rio São Lourenço são principalmente relações políticas visando a defesa dos interesses do povo Bororo, como por exemplo, as questões atuais criadas pela FERRONORTE, pela Hidrovia Paraguai-Paraná, etc.... Além do mais, observa-se, atualmente, uma profunda relação de dependência e intercâmbio cultural entre a aldeia do Garças e a aldeia de Córrego Grande, tendo em vista os trabalhos cerimoniais do funeral tradicional Bororo.

5.2 - EXPLORAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

5.2.1 - As Atividades dos Bororo

Apesar das transformações acarretadas pelo processo histórico de contato interétnico, em termos gerais, o sistema econômico Bororo se caracteriza, ainda hoje, pela combinação das atividades de coleta, de caça, de pesca e de agricultura. Estas atividades são organizadas dentro de um ciclo anual de produção no qual a mobilização da energia dos produtores segue as determinações do meio ambiente.

Desde os anos 70, algumas alterações no sistema econômico Bororo vem sendo observadas, devido, principalmente, pelas orientações da política indigenista oficial. Assim, o desenvolvimento de grandes projetos agropecuários comunitários, a aposentadoria de muitos velhos, o emprego de mão de obra indígena nos quadros da Funai e a intensificação da produção e venda de artesanato, são fatores que vem pouco a pouco minando a ordem econômica tradicional e criando um sistema econômico misto. A venda de mercadorias e a renda do trabalho assalariado e das aposentadorias são realidades presentes em quase todas as aldeias, gerando conflitos e indicando novos rumos para essa população.

O sistema econômico Bororo se define, portanto, como um Modo de Produção Doméstico, onde a produção está organizada principalmente pelas famílias e para as famílias, mesmo que não seja sempre realizada como uma atividade doméstica.

Na atividade agrícola, a família é a célula produtiva que satisfaz a divisão sexual do trabalho. A produção da roça é uma atividade doméstica e as relações entre marido e mulher, pai e filho são relações de produção. Esta célula produtiva é um grupo de cooperação permanente, tanto ao nível da produção, quanto ao nível do consumo

do produto do trabalho.

Nas atividades de caça, pesca e coleta, individuais ou coletivas, a relação de produção segue os mesmos níveis estabelecidos pela organização da produção agrícola. A distribuição do produto destas atividades está submetida tanto às relações que prevalecem entre os membros da célula produtiva, quanto às relações que prevalecem entre os grupos domésticos, no contexto das prestações rituais do alimento. Em síntese, na economia Bororo a circulação do produto do trabalho está integrada sob duas formas: a reciprocidade e a redistribuição. A reciprocidade dirige a cooperação econômica entre a célula produtiva e a comunidade. A redistribuição se apresenta como a forma de integração econômica tanto no seio da célula produtiva, na forma de compensação de energia despendida, quanto na relação dos grupos domésticos, na forma de prestação ritual de alimentos (Uorororé Bóe), cujas regras são instituídas pelas alianças vicárias celebradas nas cerimônias do funeral Bororo.

Por sua vez, essas atividades, que os Bororo desenvolvem em seu território, têm por base o conhecimento da natureza, suas potencialidades e restrições. São portanto as implicações ecológicas do seu *habitat* que vêm configurar um ciclo anual de exploração do meio ambiente, e que indicam inclusive as transformações ocorridas ao longo do contato interétnico. Desta forma, é apresentado a seguir, sumariamente, o conhecimento empírico que os Bororo detêm sobre o meio ambiente e na seqüência as práticas tendo em vista sua subsistência.

Por último, usando recursos cartográficos e tabelas é espacializada a situação atual do uso e ocupação do território da Área Indígena Meruri, onde estão localizadas as aldeias do Meruri e do Garças.

5.2.2 - O conhecimento da natureza

Estudos recentes tem enfatizado o conhecimento considerável sobre a percepção indígena das divisões “naturais” nos mundos biológicos e nas relações planta-animal-homem, dentro de cada divisão. Neste campo de estudo, denominado Etnoecologia, procura-se entender estes conhecimentos definidos por categorias ecológicas não isoladas e, também, tratar com as percepções de interrelações entre as divisões “naturais”.

É neste contexto que os dados obtidos junto aos Bororo da Bacia do Rio Araguaia serão apresentados. Buscar-se-á enfatizar o conhecimento do meio ambiente da

Área Indígena Meruri, com o interesse voltado para as implicações que ocorrerão com a instalação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, principalmente pela pressão que exercerá sobre as áreas de uso e exploração dos Bororo.

Os Bororo vêem seu meio ambiente terrestre numa ampla série de “zonas ecológicas” e “sub zonas”. As três principais divisões são: *Bóku* (cerrados), *Boe Éna J’aka* (transição mata/cerrado) e *Itúra* (mata). Há, entretanto, subdivisões maiores dentro de cada zona e várias diferenciações que estão indicadas na tabela nº 7

Tabela nº 7 - Principais Zonas e Sub-Zonas Ecológicas Reconhecidas pelos Bororo

Zonas Ecológicas	Sub-Zonas Ecológicas
Bóku (Cerrados em geral)	<ul style="list-style-type: none"> -<i>Boe Guigadu</i> ou <i>Boe Guiguduri</i> (cerrado com capim baixo, beira de brejo). -<i>Boe Iaguedo</i> (áreas estéreis dos cerrados) -<i>Bóku</i> (cerrado e campos cerrados - vegetação climax). -<i>Bóku Rugudo</i> (cerrado limpo) -<i>Ipoguru Tóru</i> ou <i>Bokodiwo Kurodure Boe</i> (cerrado com árvores bem desenvolvidas, sem vegetação rasteira - “cerrado que não é sujo”) -<i>Kiaóreu</i> (cerrado com capim alto, cerrado fechado e sujo, concentração de capim navalha e tucum-mirim)
Boe Éna Jaka (Transição mata/cerrado)	<ul style="list-style-type: none"> -<i>Boe Jipá</i> (beira da mata ou do campo) -<i>Boe Kú Méki</i> (várzea entre uma cabeceira e o cerrado - “Bóku molhado”) -<i>Kaiarewo</i> (cerrado, meio mata, muito sujo) - <i>Boe éna boru</i> (parte limpa entre dois capões de mata)
Itúra (Mata em geral)	<ul style="list-style-type: none"> -<i>Boe Akari</i> (mata à beira das cabeceiras ou nas várzeas) -<i>Boe Barugwa</i> (clareira da mata, área de cipoal e espinhos) -<i>Boe éna boru</i> (mata sobre um espigão) -<i>Boe epa Codu</i> (capoeira de roça) -<i>Boe óto Kajejewu</i> (mata na encosta da serra)

- Itúra Aworáe* (mata alta, clímax)
- Ituguru* (mata de palmeiras, cabeceiras)
- *Marido guru* (buritizal)
- Tóri éna Turu* (mata na sumidade da serra)

Fonte: Serpa - 1988 (Adaptado para a Área Indígena do Meruri)

Num sentido mais amplo, este reconhecimento de zonas ecológicas específicas veio contribuir para a auto-denominação dos vários grupos Bororo, que num passado recente se distribuíam num grande território de ocupação (veja classificação dos Bororo Orientais).

Cada zona ecológica está associada com plantas e animais específicos. Conhecendo o comportamento animal, o Bororo sabe quais as plantas associadas a cada espécie. Algumas plantas estão também associadas a certos tipos de solo. Observa-se que cada zona ecológica é um sistema integrado de interações entre plantas, animais, a terra e o Homem.

A Tabela nº 8 sumariza as relações sistêmicas selecionadas nas três principais zonas ecológicas. Estas relações levam os Bororo a selecionarem terras agrícolas e os tipos de cultivos mais adaptados, como também formular estratégias de caça e coleta, baseando-se nas épocas de frutificação e caída das frutas, que atraem a caça.

O Bororo distingue quatro tipos principais de solos: *Moto* (terra), *Roto* (barro), *Kugaru* (areia) e *Noari* (tabatinga). Cada tipo apresenta diferentes gradações em termos de cor, textura e mistura. Observam que os quatro tipos principais podem ser encontrados em misturas homogêneas ou em camadas diferenciais, que caracterizam situações particulares de formação dos solos da região.

A cada tipo ou sub-tipo de solo está associado uma ou mais zonas ou sub-zonas ecológicas e esta relação vai determinar o tipo de planta que será cultivada na área de roça.

Tabela nº 8 - Relações entre Solo-Planta-Área de Cultivo nas Principais Ecozonas

Solo	Sub-Tipos	Ecozonas	Planta Propícia para cultivo
Moto	-Moto Remao	Bóku, Itura ³	A, G, D, C, F, B,
	-Moto Coreu	Itura ²	E, I
	-Moto Kujagureu	Kiaoréu	A, D, E
	-Moto Kigaduréu	Boeiaguedo	E, G
	-Moto Coreu + Kujaguréu	Kiaoréu +	(não nasce nada)
	Kigaduréu		D
Roto	-Roto Remao	Boe Akari	A, D, E, G, C
	-Rótaowade	Boe Barugwa	C, G
Kugaru	-Kugaru	Boe Kú Méki	B
	-Noari ⁵	Pagarogo Uta, Itúra,	A, H
	-Moto Kugaru	Kiaoréu, lagu-Guru ¹ ,	A, D, F, E, B

		Itúra/Bóku, Pagarogo Uta	
Mistura	-Moto Rótu	Itúra	C, G
	-Moto Okoi Kugaru Kaldo	Bokodiwo Kurodue Boe, Ipoguru Toru ⁴ Kiaoréu ⁶	B, I, H, D, F A, E
	-Moto Okoi Roto Kaldo	Pagarogo Uta, Itogururéboe ⁷	C, G A, C, F, G, E, B, D
	-Róto Kugaru Moto -Kugaru Róto	Kaiaréu	

Fonte: Serpa, 1988 (Adaptado para a área Indígena Meruri).

Siglas: A: arroz; B: batatas e carás; C: cana de açúcar; D: milho; E: mandioca; F: feijão; G: banana; H: cítricos; I: melancia.

Notas: (1) associa-se: angico, kuiada I, Jukoréu eígo, Babaçu

(2) associa-se: Piúva, Cedro, Noakodo í

(3) associa-se: Taboca, Bacuri, Angico, Kuiada í, Carne de vaca, Baúva, Feijão Crú, Abobreira, Jangada, Mutamba, Angico Branco, Tucum e Tucum Mirim

(4) associa-se: Pequi, Fruta de Veado, Joko Kúietái, Coqueirinho do Cerrado, Coqueirinho para vassoura, Bocaíuva, Taro, Boca Boa, Porekareú, Caju do Cerrado, Olho de Boi, Burdão

(5) associa-se: Noari - barro para uso cerimonial

(6) associa-se: Capim, Tucum Mirim, Capim Navalha

(7) associa-se: Piruxinga, Apido, Tugure ito, Bokoréu Uoweiga, Nonogo à Boareu, Parori í, Burudu í.

Está bem documentada nas obras dos Salesianos (Enciclopédia I e II), como também no estudo de Hartmann (1967) sobre a classificação etnobotânica, a grande variedade de espécies vegetais e animais conhecidas pelos Bororo. Entretanto, o caráter inventorial de tais estudos diz muito pouco sobre a percepção destes recursos naturais no ambiente de exploração.

Os Bororo observam que dentro de cada zona ecológica específica há um extensivo e variado inventário de recursos naturais utilizáveis. A partir de sua percepção do ambiente, pode-se distinguir as categorias a seguir.

- Plantas Selvagens

Hartmann (1967) constata que o Bororo divide o mundo vegetal em duas grandes categorias. Uma refere-se exclusivamente às palmeiras, que recebem a designação genérica de ITO; a outra, inclui todas as demais plantas, subdivididas segundo as formas em que se apresentam: I (árvore), Ípo (árvore do cerrado), Íka e Iwára (arbustos), Ikurédu (cipós) e Iwo (canas e taquaras). Além do mais, afirma Hartmann que a partícula I, comum às denominações das duas categorias, parece indicar o substrato vegetal de ambas (1967: 25).

Arrolam-se mais de 400 plantas na Enciclopédia Bororo, Vol I, que são utilizadas como alimentos (frutas, cocos, tubérculos e cerne), vegetais medicinais, matéria-prima para pintura somática, artesanato, iscas e lenha. Um inventário de plantas selvagens utilizadas pelos Bororo pode ser encontrado em Anexo. A organização

destes dados em termos da localização da planta nas diferentes zonas ecológicas e dos diferentes usos que o Bororo levou à produção da **Tabela 9**.

**Tabela nº 9-
Localização e Uso das 171 Espécies Vegetais Arroladas pelos Bororo**

Ecozona	Nº de plantas		Uso									
			Alimentação				Variados					
			A	B	C	total	D	E	F	G	H	total
Bóku	47	27,5 %	13	4	9	26	----	12	13	1	1	27
Boe Éna J'aka	9	5,3 %	3	2	4	9	----	1	4	-----	---	5
Itúra	115	67,2 %	11	14	32	57	7	10	53	5	2	77
Total	171	100 %	27	20	45	92	7	23	70	6	3	109

Fonte: Serpa, 1988. (Adaptado para a àrea Indígena Meruri).

Siglas: -Uso na alimentação: A: Frutas; B: bebidas; C: farinhas, mingaus, assados e palmitos -Uso Variado: D: pintura e ornamentação corporal; E: farmacopéia, fumos, cariapé e defumadores; F: artesanato (madeira, embiras, folhas, sementes, resinas); G: lenha; H: isca para caça e pesca.

A tabela acima indica que das 171 plantas arroladas, 67,2 % são da Itúra, 27,5 % do Bóku e 5,3 % das áreas de transição. Com relação ao uso, tem-se que, das 171 plantas, 46 % são usadas na alimentação e 54% usadas com fins variados. Das plantas usadas na alimentação, 63 % provém da Itúra, 28 % do Bóku e 10 % do Boe Éna J'aka. Com relação às plantas usadas para fins variados, tem-se que 70,5 % provém da Itúra, 25 % provém do Bóku e 4,5 % do Boe Éna J'aka.

- Plantas Domesticadas

A zona ecológica denominada Boe Epa Codu é ainda cenário do processo de domesticação de vários cultivos Bororo. Nesta zona, destacam-se duas áreas próprias de cultivo. A área denominada Boe Epa compreende a roça, propriamente dita, onde são cultivados os principais produtos da alimentação e a denominada de Akujei, é uma área adjacente às casas, onde são cultivadas uma variedade de plantas utilitárias.

Uma listagem das principais plantas cultivadas é encontrada na **Tabela 10**, a seguir. Há uma grande variedade de cultivos que os Bororo dizem ser nativos e que são pouco conhecidos fora da região Bororo. Dentre eles destacam-se os tubérculos e embiras semi-domesticados nas áreas de Akujei, nele também pode-se encontrar várias plantas para fins medicinais, cerimoniais e artesanais.

Tabela 10- Plantas Cultivadas pelos Bororo

Nome			Localização	Uso	Varied.
Bororo	Popular	Científico			
Akígu Ika	algodão	<i>Gossypium arb.</i>	Akujei	tecelagem	1
Bako Ito	banana*	<i>Musa paradisíaca</i>	Boe epa	alimento	6
Bie í	jenipapo	<i>Genipa americana</i>	Akujei	alim./corante	1
Ju Ika	mandioca*	<i>Manihot sp</i>	Boe epa	alimento	8
Kuiada	milho	<i>Zea mays</i>	Boe epa	alimento	2 (7)
Méa Ika	tabaco	<i>Nicotiana tabacum</i>	Akujei	fumo	?
Nóa Mótó Tadawu	amendoim*	-	Boe epa	alimento	?
Nonógo Ika	Urucum	<i>Bixa Orellana</i>	Akujei	corante	1
Nonoguje Ika	Urucum	<i>Bixa sp</i>	Akujei	corante	1
Oce	Coroatá	<i>Bromeliacea</i>	Bromeliácea	alimento	?
Pogóbo	cabaça	<i>Cucurbitacea</i>	Akujei/ Boe epa	recipiente	?
Powári	cabaça	<i>Cucurbitacea</i>	Akujei/ Boe epa	recipiente	?
Ri Boaréu	abóbora	<i>Cucurbita pepo</i>	Boe epa	alimento	?
Takoreu	cana	<i>Saccharum off.</i>	Boe epa	alimento	?
Arroi	arroz	<i>Oryza sativa</i>	Boe epa	alimento	?
Mamão	mamão	<i>Carica papaya</i>	Akujei/ Boe epa	alimento	3

Feijão	feijão	<i>Phaseolus vul.</i>	Boe epa	alimento	?
Batata doce	batata	<i>Ipomea batatas</i>	Akujei/ Boe epa	alimento	?
Batata Arroba	batata*	<i>Solanum tuberosum</i>	Akujei/ Boe epa	alimento	?
Tadari	cará	-	Akujei/ Boe epa	alimento	?
Laranja	laranja*	<i>Citrus sp</i>	Akujei	alimento	?
Goiaba	goiaba	<i>Psidium guayava</i>	Akujei	alimento	?
Manga	manga*	<i>Manjfera indica</i>	Akujei	alimento	?
Bucha	bucha	<i>Luffa cylindra</i>	Akujei	higiene	?
Melancia	melancia*	<i>Cucurbita citrullus</i>	Akujei/ Boe epa	alimento	?
Oce	abacaxi*	<i>Ananas sativus</i>	Akujei	alimento	?
Urugo	guiné	<i>Petiveria sp</i>	Akujei	remédio	?
Koco	caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Akujei	alimento	?
Kodobíe	embira	<i>Vard. Tiliaceae</i>	Akujei	trançado	?
Baráe Ekeraréu	batata*	-	Akujei	alimento	?
Mici	cará	-	Akujei	alimento	?
Kumára	pimenta	-	Akujei	alimento	?

Fonte: Serpa1988. (Adaptado para a área Indígena Meruri)

5.2.3 - Definição do Ciclo Anual de Atividades

Duas espécies de fenômenos naturais concorrem para a caracterização geral do ciclo anual de atividades dos Bororo. Os fenômenos climáticos aliados aos fenômenos astronômicos vêm determinar o ritmo e o interesse das atividades econômicas e não econômicas, que configuram vários calendários de atividades (caça, pesca, coleta, cultivo e ciclos religiosos).

A ausência ou freqüência das precipitações pluviométricas vem dividir o ciclo anual em duas estações nítidas: Joru Butu (“a queda do fogo”), que corresponde ao período de seca (maio-setembro) e Butao Butu (“a queda da chuva”), que corresponde ao período de chuva (outubro-abril).

O aparecimento das Plêiades em fins de abril e seu desaparecimento no começo de setembro, além de coincidir com o início e o final do período da seca, assumem importância fundamental na caracterização do calendário agrícola e, num passado recente, no calendário das cerimônias de iniciação dos jovens (Akiri-Dogue É-wure Kowudu).

Essas oposições seca/chuva, Plêiades/não Plêiades orientam a distribuição das atividades ao longo do ano. Ao mesmo tempo, concorrem outros fatores ambientais correlatos que vêm definir os períodos propícios para o desenvolvimento de certas atividades.

Num passado recente, quando a região não tinha ainda sofrido o processo de ocupação regional verificado atualmente e quando os Bororo mantinham ainda vivo

o calendário tradicional de exploração, as atividades seguiam o seguinte ritmo:

- A Estação da Seca (Joru Butu)

No período de seca, ao contrário do que ocorre com a fauna regional, a população Bororo seguia um ritmo de vida nômade. Este fenômeno denominado de Maguru, compreendia o deslocamento de uma grande parte da população de uma aldeia, que, seguindo rotas estipuladas em função das áreas de concentração - “viveiros” - de caça, pesca e coleta, perambulava o tempo necessário para a obtenção dos produtos procurados.

Nesse período, concorria a facilidade de obtenção de caça nas áreas dos lamedouros (Nóa), pesca por represamento (Kago Bū) e por timbó (Kúdo). A pesca seria a atividade mais produtiva, nas condições naturais do período da “vazante” que produz o fenômeno da “piracema”, quando o ciclo vital da ictiofauna se completa com a saída dos peixes dos alagados e baías, para o leito dos rios. Com a “subida” dos peixes, criam-se as condições propícias que garantem a fonte proteica necessária para manter o ritmo reprodutivo da fauna alada, e com a chegada das aves migratórias, restabelece-se o equilíbrio ecológico das cadeias mais complexas.

No período da seca, ocorre a frutificação das espécies do cerrado (cerrado com floresta), sendo as mais expressivas o Jenipapo (Bíe), a Mangaba (Bato), o Jatobá (Bokwadi ou Rumága), a Mutamba (Éka) o Cumaru (Paróri) e o Babaçu (Noído). Seria a época de coletá-las, assim como também os diferentes cará, raízes e tubérculos das áreas de florestas (Tadári, Mici, Óko, Óto, Oturu, Pagaji, Pú, etc.). A época de seca também propiciaria a exploração das colméias e a coleta de resinas, cascas, embiras e outros produtos úteis para a indústria doméstica.

As Plêiades são os marcadores do período de perambulação e as posições observadas no final de sua rota vêm determinar a volta à aldeia dos grupos nômades, afoitos para dar início às atividades agrícolas de derrubada, roçado, queima e plantio.

- A Estação das Chuvas (Butao Butu)

As Plêiades anunciam o período das chuvas e, fins de setembro seria o período do plantio do milho, cabaças, algodão, tubérculos e abóboras. O tempo das chuvas determinariam um ritmo de vida sedentária e a ocorrência de ciclos cerimoniais, nitidamente relacionados com a agricultura (Kuiada Paru e Aroe Marido Kaúgue).

A pesca seria seriamente condicionada ao ritmo das enchentes. As condições propícias da época da seca já não seriam mais encontradas e o caminho de caça, o mais freqüentado. Procurar-se-iam as áreas de refúgio (“capões”), onde a fauna terrestre e anfíbia encontra as condições necessárias para o período de procriação.

Os Bororo aludem que é nesse período que a caça era mais abundante (o que se explicaria não pela fartura de presas, mas pela disponibilidade de mão-de-obra concentrada na aldeia, o que permitia a utilização de técnicas de caça mais eficientes). Afirma também que a fartura de carne, em coincidência com a época de maturação do milho, propiciaria o complexo alimentar - milho x caldo de carne- que,

nas situações cerimoniais, muito freqüentes nesse período, reforçaria as alianças e a sociabilidade do grupo.

A coleta assumiria papel de destaque nesse período, concentrando-se nas áreas periféricas dos agrupamentos e incidindo nas áreas florestais, com suas espécies em frutificação, destacando-se os cocos de Macaúba e Acuri (Akudo e Apido), os frutos das marmeladas (Ári, Bóko), o Pequi (Éko), o Tarumam (Ciocio) e o Cajá (Jatugo).

O espaçamento das chuvas, a vazante dos rios, o ressurgimento da “baías”, a volta das aves e o fim da colheita do milho, viriam marcar o início do novo ano indicado pela floração das piúvas (Ema-í) e pelo aparecimento, no horizonte, das Plêiades.

5.2.4 - Distribuição atual das atividades

Atualmente, a organização e distribuição das atividades anuais refletem as transformações que vieram com a ocupação regional, às quais os Bororo tiveram que se adaptar, criando um “*modus vivendi*” próprio.

Essas mudanças observadas no ciclo anual das atividades, bem como no próprio ritmo das atividades de subsistência dos Bororos, assumem diferentes graduações nas áreas Bororo, tendo em vista a relação de dependência com o agente da sociedade nacional com quem mantém contato.

O sistema de orientação baseado nas oposições seca/chuva e Plêiades/não Plêiades permanece inalterado. O mesmo ocorre para as atividades de pesca e coleta e, as vezes, para as atividades de caça.

A mudança mais visível é a do desaparecimento das atividades nômades. O Maguru foi barrado pelas contingências criadas pelo estabelecimento de fazendas e pelas condições impostas pelos agentes da “pacificação”. A perda dos nichos ecológicos de exploração, agora circunscritos pelas cercas das fazendas, a extinção de muitas espécies, fomentada pelos desmatamentos, pela exploração desenfreada e pela quebra das cadeias ecológicas, são fatores que comprometeram não só o funcionamento dos Maguru, mas também a própria importância das atividades de caça nas áreas reservadas.

Na Área Indígena do Meruri, como já relatado anteriormente (Item População) a situação do Maguru é mais dramática tendo em vista o fato de que os conflitos fundiários, na década de 70, criaram muitas animosidades com os fazendeiros vizinhos, impedindo qualquer tentativa de exploração de áreas de vegetação natural fora da área reservada. Por outro lado, dada a vizinhança com a Área Indígena de São Marcos e devido a pressão populacional dos Xavante ali registrada, observa-se cada vez mais o usos das áreas de exploração da reserva Bororo pelos seus vizinhos Xavante que usando a técnica da caçada com fogo tem rapidamente transformado os nichos de caça e coleta em áreas degradadas.

A Área Tereza Cristina na Bacia do Rio São Lourenço é um outro exemplo dessa situação. A redução da área reservada por Rondon, pela ocupação de fazendas de gado e agroindústria (soja, algodão, etc.) veio comprometer a caça e coleta de produtos vegetais nas matas-galeria beira rio, nos alagados e capões de mata nas áreas de fazendas ao sudoeste da reserva. Essa situação ficará mais crítica caso o traçado da FERRONORTE não seja modificado.

Com relação à coleta de frutas e outros produtos de origem vegetal, a situação também é crítica. Muitas áreas foram desmatadas para o cultivo das fazendas e muitas espécies da flora desapareceram ou estão escasseando.

Nessa situação, os Bororo sofrem ainda a concorrência com caçadores amadores que usam armamentos e armadilhas mais eficientes do que a tecnologia simples da caça Bororo e que praticam a caça predatória sem sofrer qualquer punição devido à falta de fiscalização e controle por parte dos órgãos de proteção ambiental.

A deficiência da caça é recompensada pela dinamização da pesca e pela continuidade da coleta nas áreas liberadas pelos fazendeiros vizinhos. A pesca nas áreas Bororo da Bacia do Rio São Lourenço é a atividade que fornece a base proteica da alimentação, embora em quantidade bem inferior do que se poderia obter no passado. Apesar do uso de uma tecnologia industrializada (anzóis, redes tarrafas), a técnica de obtenção do produto segue o padrão tradicional. Sobressaem as técnicas de represamento, uso do timbó, pesca subaquática com uso de fisgas e pesca com uso de arco/flecha e arpão.

Nas áreas Bororo da Bacia do Araguaia, a pesca é uma atividade importante para a aldeia do Garças, principalmente, por fornece a base proteica da alimentação daquela comunidade. Na aldeia Meruri, devido o assoreamento do Ribeirão Barreiro e o esgotamento das lagoas a pesca é uma atividade secundária para a alimentação do grupo. Entretanto, com já descrito, em épocas de maguru, muitas famílias do Meruri desenvolvem a pesca nas lagoas e no rio das Garças.

A coleta assume um papel secundário, se comparada com outras atividades. Entretanto, em situações de escassez alimentar, observa-se um período de dinamização desta atividade, principalmente nos meses que antecedem o período das chuvas, quando são consumidas grandes quantidades de frutas do cerrado (caju, mangaba, pequi, etc...) e coletadas e estocadas grandes quantidades de cocos de nas casas. As castanhas de babaçu, por exemplo, consumidas cruas, assadas ou em forma de farinha, substituem muitas vezes a necessidade proteica criada pela falta de peixe ou carne.

A grande mudança do ritmo das atividades está na agricultura. Observa-se a diminuição do período de vacância em oposição à crescente dinamização do trabalho na roça. Esta situação, observada nas áreas do Rio São Lourenço ocorre com maior intensidade, nas áreas Bororo sob influência das Missões Salesianas.

O caso de Tadarimana, observado por Serpa (1988), onde a produtividade da roça

de coivara era bem maior do que a produtividade da roça mecanizada do Projeto de Desenvolvimento Comunitário/Funai, pode servir de exemplo para indicar a visão errônea em classificar a agricultura praticada pelos Bororo como incipiente. Além do mais, é evidência clara de que não se justifica rotular o grupo de “caçador coletor”, em processo de sedentarização. As generalizações feitas por Steinen (1989), Steward (1946), Crocker (1964), etc., foram fundamentadas em dados de situações extraordinárias, não se levando em conta o caráter complementar e interdependente das atividades de caça, pesca, coleta e cultivo..

O ponto crítico das transformações pode ser encontrado se comparados os ritmos das atividades de caça e de cultivo. A medida que a caça se torna rarefeita, tem-se a aceitação de novas espécies de cultivo que muitas vezes vêm ultrapassar em importância as espécies tradicionais, principalmente o milho. Uma outra mudança que chama a atenção é o desaparecimento de duas épocas cerimoniais - *Akiri - Dogue* - *É-Wure Kowudu* e *Aroe Marido_Kaúque* - e a sobrevivência da Festa do Milho - *Kuiada Paru*, agora reduzida apenas ao ritual de purificação da colheita.

• Caça e Pesca

Os Bororo são tão entusiasmados e destros caçadores como são pescadores. No território tradicional de ocupação abunda uma rica variedade de mamíferos e aves. Ecologicamente são importantes quatro espécies de veados, anta, porco selvagem (caietu e queixada), capivara, tatus e tamanduás. Os Bororo também matam e comem muitas espécies de pequenos animais, tal como a paca, a cotia, o quati, os bugios e vários tipos de pequenos primatas. Qualquer ave grande é comida, embora o mutum, o jaó, o pato selvagem e certas garças são consideradas as mais saborosas. Os ovos da tartaruga são muito apreciados e as próprias são comidas de tempo em tempo; a carne do jacaré é vista como fétida e dura, é consumida somente quando necessária. Os Bororo são vivos observadores da vida animal e podem discutir por longo tempo muitas diferenças de forma e cor da plumagem e pele. Os padrões da habitação e da alimentação de várias espécies são bem conhecidos e os caçadores discutem as notícias sobre um bando de porcos selvagens ou uma anta, em uma dada vizinhança, como assunto de máxima importância (cf. Crocker, 1967).

Armas de fogo substituíram os arcos, entretanto, atualmente muitos homens Bororo são ainda competentes arqueiros. Um rifle ou espingarda são preferidos atualmente para todas as caças, embora as balas sejam caras e as armas viáveis raras. Muitas caçadas são feitas por um ou dois indivíduos, entretanto as caçadas coletivas são ainda usadas de tempo em tempo. Um bom caçador ganha considerável prestígio e as mulheres aspiram e são aconselhadas a desposar tal

homem. Tanto assim que a falta de habilidade em caça é considerado motivo bastante para a mulher se divorciar. Muitas caçadas e pescarias Bororo ocorrem num contexto religioso. Toda expedição coletiva feita pelos homens são precedidas por ritual, alegando serem supervisionados pelas almas dos ancestrais e acompanhados pelo ritual de distribuição da caça (cf. Crocker, 1967).

Na Tabela nº 11 estão registrados os tipos de caça mais consumidos pelos Bororo, bem como indicadas as principais ecozonas onde são caçados.

Tabela nº 11-Tipos de caça mais consumidos pelos Bororo

Bororo	Português	Científico	Zona Ecológica (1)
Júgo	Queixada	<i>Tayassu pecari</i>	C
Juí	Caitetu	<i>Tayassu tacatu</i>	C
Méa	Cotia	<i>Dasyproeta</i> spp.	C
Kí	Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	C
Ápu	Paca	<i>Cuniculus paca</i>	A/B
Júko	Macaco	Cebus gen.	C
Bokodóri	Tatu-canastra	<i>Priodontes giganteus</i>	A
Reá	Tatu-galinha	<i>Dasypus novencinctus</i>	C/B
Jerego	Tatu-liso	?	C
Okwáru	Tatu-peba	<i>Euphractus sexcinctus</i>	C
Jerigigi	Cágado	<i>Platunis chelidae</i>	C
Apógo	Tamanduá mirim	<i>Tamandua tetradactylus</i>	C
Kudóbo	Quati	<i>Nasua nasua</i>	B/C
Aipoboréu	Jaguatirica (2)	<i>Felis pardalis</i>	A/B/C
Enokure	Tatu-bola-do-campo	<i>Toripentes tricinctus</i>	A/B
Búke	Tamanduá-bandeira	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	A/B
Okiwa	Capivara	<i>Hydrochoerushydrochaerus</i>	C
Paí	Bugio	<i>Alouatta</i> sp.	C
Upe	Tracajá	<i>Eunectes murinus</i>	C
Pobógo	Veado Mateiro (3)	<i>Mazama americana</i>	B
Adugo	Onça pintada (2)	<i>Pantera onca</i>	A,B,C
Jomo	Lontra	<i>Lutra platensis</i>	C
Uwái	Jacaré (3)	<i>Caiman jacare</i>	C
Bace	Garça	Ardeidae fam.	C
Nabure	Ararapinga	<i>Psittace chloroptera</i>	A, B, C
Kuído	Arara	<i>Psittace cacrulea</i>	A, B, C
Turubári	Pato selvagem	Antidae fam.	C
Kuritága	Papagaio corneteiro	<i>Amazona amazonica</i>	A, B, C
Curuí	Papagaio-urubu	<i>Gypositta vulturina</i>	A, B, C

Kiogororo	Passarinhos	Passeriformes fam.	A, B, C
Kérekére	Ararinha	<i>Ara manilata</i>	A, B, C
Manópa	Maraçanã	<i>Ara sp.</i>	A, B, C
Kurugugwa	Gavião caracarai	<i>Milvago chimango</i>	A, B, C
Ive	Ouriço	<i>Coendou prehensilis</i>	A, B, C
Okwa	Lobinho	<i>Cerdocyon thous</i>	A, B, C
Metugo	Pomba		A, B
Apodo	Tucano		A, B
Ó	Socó -Boi		B,C
Kuje	Mutum		B,C
Riwodo	Nambú		B,C
Béo	Seriema		A,B,C
Pari	Ema		A,B
Parigogo	Jacu		B,C
Parikiogodo	Perdiz		A,B,C

Fonte: Serpa, 1988.

(1): A: Bóku, B: Bóe Éna J'Áka, C: Itúra

(2) As onças (*Adugo* e *Aipoburéu*) não são usadas na alimentação, tem uso apenas cerimonial

(3) O veado e o jacaré, apesar das proibições de consumo, são consumidos por alguns indivíduos.

Segundo Crocker (1967), os rios são os elementos geográficos mais valorizados economicamente pelos Bororo e têm grande significância cosmológica. A grande ordem de orientação sócio-espacial Bororo é determinada pelo maior rio local. Para os Orari mogo-dogue a orientação é o Rio São Lourenço (Pogubo Xereu) e para os Boku mogo-dogue , o Rio Araguaia (Oroaribo Kurireu). O Bororo prende-se a uma importância quase mística para com o Rio São Lourenço. Falam dele como o próprio centro das terras tribais; quase todos sabem onde estão os sítios das aldeias tradicionais. Pode-se dizer que as aldeias estão localizadas não tanto na mata ou no cerrado, mas perto do rio.

O Rio São Lourenço que assume papéis importantes na mitologia Bororo e muitos destes papéis estão relacionados com vários eventos étnohistóricos e sobrenaturais. Debaxo de sua superfície moram muitas variedades de Aroe, um tipo de espírito associado com as almas dos mortos Bororo. Assim, pode-se enfatizar que é o rio, e não a água per se, que é o foco de atenção Bororo. Eles distinguem ritualmente tanto quanto linguisticamente a água (Pobo) da chuva (Bubutu) e do rio ou caldal (Po). O banho no rio é uma parte integral de muitas cerimônias e acompanha todos os rituais de passagem.

Contudo, os cursos d'água são também uma matéria de interesse para os Bororo devido a sua importância ecológica. Reconhecem 89 espécies e

subespécies, separadas entre duas classes, *Karo Birikedureu* (peixes não escamosos) e *Karo Botoreu* (peixes escamosos) (vide E.B.: 707-10). Geralmente, o peixe escamoso e o peixe de água fluente são considerados mais apetitosos do que aqueles encontrados nos lagos tranquilos.

As espécies mais comumente capturadas são: pacu (*Myletes* sp), pintado e surubim (ambos membros da família Scleridae), dourado, bagre, jau, peixe cachorro (“dog fish”, ou *Cynodon hydrocyon*) e piraputanga. Vários peixinhos, tal como o lambari (*Caracidium* sp), são consumidos em grandes quantidades durante a estação seca. A Tabela nº 12 apresenta os Principais Peixes consumidos pelos Bororo da Bacia do Rio Araguaia.

As técnicas de pesca podem ser individuais e de grupos. Os bororo usam redes, armadas no baixio de um rio ou baía e cachoeiras ou vertedouros de cardumes de pequenos peixes, uma flecha-arpão especial usada para matar grandes peixes nos baixios d’água; isto pode ocorrer conjuntamente com o envenenamento (timbó) de um pequeno lago ou laguna durante o curso de uma migração de desova quando o rio e baías estão cheios com todos os tipos de peixes. Em ambos os casos a prática é parte de uma pesca coletiva na qual várias técnicas são usadas simultaneamente.

Tabela nº 12
Principais Tipos de Pescado Consumidos pelo Bororo da Bacia do Araguaia

Nome Bororo	Nome Popular	Nome Científico
Róko	Corimbatá	<u>Prodochilodus sp</u>
Orári	Pintado	<u>Pseudoptatystoma sp</u>
Koma	Jeripoca	<u>Hemisorubim platyrhynchos</u>
Kudógo	Abotoado	<u>Pterodoras granulosus</u>
Birekigaduréu	Filhote	
Jatugúgo	Piau	<u>Leporinus sp</u>
Poro	Jaú	<u>Paulicea cf.</u>
Pobu	Pacú	<u>Mylossoma sp</u>
Jarúdu	Mandí	<u>Pimolodus sp</u>
Rekudo Kuriréu	Chicote	<u>Sorubimichtys planiceps</u>
Akáro	Jurupensén	<u>Hemisorubim platyrhynchos</u>
Kuaboréu	Cari	?
Iwo	(vr.cascudo)	<u>Loricaria gen.</u>
Juiréu	Cascudo	<u>Oxidorus nigar</u>
Barubádu	Cuiú-cuiú	<u>Pirinampus pirinampus</u>
Ruréu	Barbado	<u>Auchenipterus nigripinnis</u>
Méru	Palmito	?
	Var. Raia	

Atámo	Var. Raia	<u>Potamotrygeo sp</u>
Akurara	Pacú Peva	<u>Myleus sp.</u>
Méto	Lambari	<u>Astyanay gen.</u>
Tubore	Grande	<u>Caracídeos fam.</u>
Oitiréu	Lambari	
Karokigado	Matrinxã	<u>Hemiodus sp.</u>
Jukokuriréu	Voadeira	<u>Hydrolycus scomberoides</u>
Réko	Peixe cachorro	<u>Hoplias malabaricus</u>
Parotóri	Traíra	
Kudoróuo	Acarazinho	<u>Geophagus surinamensis</u>
Kidokia	Acará	<u>Phractocephalus hemiliopterus</u>
Pedago	Pirarara	<u>rus</u>
Bakuréu	Tuvira	<u>Rhamphichthys rostratus</u>
Okoguereu	Saicanga	<u>Caracídeos fam.</u>
Kurigui	Douradinho	
Otoréu	Peixe elétrico	<u>Electrophorus electricus</u>
Motoréu	Peixe agulha	
Botokuri	“sardinha”	<u>Triportheus gen.</u>
	Sairú	

Fonte: Serpa, 1988 (adaptado para a Área Indígena Meruri)

• Roças

Os locais das roças são selecionados cuidadosamente, usando critérios do tipo do solo, predominância da cobertura vegetal e do índice pluviométrico, e a distância da aldeia. As terras baixas (várzeas) localizadas perto de um grande curso ou rio com boa drenagem e exposição (ao ar) são preferidas. Solos pretos com um alto conteúdo de húmus, tal como é geralmente o chão na mata compacta, são considerados os melhores para muitas colheitas. O solo pantanoso, Noari, é considerado adequado para o arroz, banana e cana-de-açúcar, enquanto Moto KuGaru, “terra arenosa”, é boa somente para banana e arroz.

Uma vez limpo pelos métodos de “derrubada e queima”, o sítio pode ser usado por três anos consecutivos. Depois disto, o solo fica muito desgastado para prover uma boa colheita e é deixado descansando por 6 a 8 anos. Então, pode ser roçado e replantado, entretanto, quanto maior o período de descanso maior a colheita subsequente.

Geralmente cada homem derruba, queima e planta sua roça, ajudado por sua esposa e filhos solteiros. Algumas vezes os homens casados de uma simples casa trabalham juntos num lote, entretanto cada um tem um local separado. As roças têm um tamanho médio de 0,5 ha, porém alguns homens conseguem produzir roças muito grandes.

A seqüência temporal das atividades agrícolas iniciam no meio da estação seca

(junho ou julho), com a limpeza geral e a derrubada do novo sítio selecionado ou da roça da estação passada: árvores e moitas são deixadas no local aonde elas caem. Em meados de agosto o Conselho dos Homens decide que é tempo para começar a queimar a vegetação derrubada, agora seca - os sítios fumegam quando as chuvas chegam e depois de algumas semanas chuvosas o Conselho dos Homens ordena uma data, porém não muito aproximada, para o plantio das sementes do milho.

É importante que todos os homens plantem seu milho nesse tempo, pois assim amadurecerão todos juntos para uma importante cerimônia que está relacionada com a colheita do milho (Kuiada Paru).

Há sanções sobrenaturais em consumir o milho antes dessa cerimônia, tão bem como fórmulas mágicas para serem ditas no plantio para garantir uma boa produção. Enquanto há decisões relacionadas com o do milho, não há organização coletiva na agricultura Bororo: as pessoas plantam o que elas querem, quando elas tem vontade, independentemente uma das outras.

Uma série típica de produtos na roça seria o arroz, milho, melancia, abóbora, mandioca, batata doce, mamão, cana-de-açúcar ou banana. Metade de uma roça é plantada com arroz, com alguns pés de cana-de-açúcar entre as eiras e a outra metade é devotada ao milho, com abóbora, batatas, mandioca e banana espalhadas entre si.

A atividade agrícola na Área Indígena Meruri é um grande motivo de preocupação para os agentes locais - os salesianos - dado o fato de que na medida em que a população aumenta as áreas de cultivo vão pouco a pouco diminuindo. Esta

situação explica-se pelos fatores que se seguem : 1) esgotamento da áreas de cultivo nas imediações da aldeia; 2) aumento da renda pelo crescimento do número de assalariados e dos aposentados, possibilitando a compra de generos de primeira necessidade no comércio local de General Carneiro; 3) escassez de recursos financeiros para o desenvolvimento das roças.

Para o ano de 1997, o orçamento disponibilizado pela Funai para a produção agrícola na Área Indígena Meruri é de apenas trinta mil reais , isto é , para a compra de sementes, instrumentos, combustível e manutenção dos tratores. Dentro destas condições só será possível garantir que 18 famílias , ou seja , 28% do total de famílias, venham produzir suas roças numa área conjunta preparada pelo trator que conseguiram com apoio de organizações não governamentais.

Digno de nota é o “**Projeto da Casa de Farinha**”, iniciado em 1991, com apoio da Embaixada da Suíça . Esta experiência desenvolvida e coordenada pelas mulheres da aldeia Meruri tem possibilitado a produção de farinha de mandioca cultivada numa área de 20 hectares. Outra experiência de iniciativa própria dos Bororo foi a da **sementeira** de braquiária , iniciada em 1995, com apoio da Missão Salesiana, mas que não logrou bons resultados . A produção do primeiro ano , de 4.500 kg de sementes não foi comercializada e a produção esperada para este ano foi perdida devido as chuvas de junho. Entretanto, este trabalho pioneiro levou a formação de 40 hectares de pasto , garantindo assim um futuro incremento da pecuária local.

- **Pecuária e outras atividades**

Os Bororo da Bacia do Rio Araguaia já dominam muitas técnicas necessárias para o cuidado com o gado. Na Área Indígena Meruri existem 90 hectares de pasto de braquiária e outras centenas de hectares de pasto natural. O rebanho atual compreende 280 cabeças, sendo que 40 são produtoras de leite. A metade do rebanho é de propriedade de alguns indivíduos Bororo e a outra pertence à comunidade. O leite produzido é usado na merenda escolar ou consumido por poucos indivíduos, já a carne é consumida por todos e garante a base protéica da alimentação. A grosso modo pode-se afirmar que 30% da população consome 10 kg de carne por mês e 70% apenas 5kg mensais.

Considerando que a caça está cada vez mais rarefeita, principalmente pela ingerência dos Xavante e considerando que a produção pesqueira tem diminuído ano a ano devido a sobrepesca no Araguaia e no Garças e aos processos de assoreamento e poluição dos rios provocados pela intensificação da agricultura na região, pode-se afirmar que a base protéica da alimentação Bororo está cada vez mais dependente da pecuária.

Neste contexto é que outras experiências para o incremento da produção de alimento estão sendo desenvolvidas. O projeto de piscicultura iniciado em três tanques não vingou devido principalmente a falta de recursos para a compra da ração. A experiência que tem dado resultado é a da apicultura que está sendo desenvolvida com uma família e com os alunos da 6ª e 8ª séries. Neste caso, as 12 caixas de colmeias vem produzindo um mel de boa qualidade e garantindo uma frequência constante que tem comprado à 10 reais o litro do produto.

5.2.5 - Uso e ocupação do solo na Área Indígena Meruri

A partir de informações obtidas em fontes bibliográficas, cartográficas e daquelas obtidas no trabalho de campo junto aos Bororo, foi possível elaborar o Mapa nº 4, onde estão mapeadas as seguintes situações:

- a) o padrão de ocupação Bororo através da localização de aldeias atuais e antigas;
- b) cemitérios;
- c) locais de acampamentos (Maguru);
- d) principais topônimos de referência territorial;
- e) áreas de exploração (caça, pesca, coleta e cultivo);
- f) instalações dos postos indígenas;
- g) áreas exploradas pelos Xavante;

O objetivo desta ilustração é o de apresentar de forma sintética o

uso do solo da Área Indígena Meruri, identificando as áreas de exploração econômica (caça, pesca, coleta , cultivo) e indicando as conseqüências das diversas pressões sobre esta porção do território Bororo, onde as condições ecológicas ainda propiciam um estoque importante de espécimes da fauna e da flora regional.

6- A RELAÇÃO DO GRUPO INDÍGENA COM A SOCIEDADE REGIONAL

6.1 - Aspectos da mudança cultural

Sobre os Bororo do Mato Grosso muito já se escreveu e nesta volumosa literatura ainda não se esgotou a análise da organização social desta sociedade em toda a sua complexidade e flexibilidade.

A superação pela antropologia daqueles conceitos etnocêntricos (“aculturados x selvagens”) comumente usados na classificação dos povos indígenas frente ao processo de contato interétnico, produziu uma linha de análise baseada no conceito de identidade étnica. Neste sentido, o caso Bororo é exemplar e mereceu atenção especial nesta literatura dada a notável resistência que a cultura Bororo conseguiu desenvolver ao longo de mais de duzentos anos de contato.

A grande maioria da população Bororo atual fala o português, usa o traje habitual dos moradores da região, emprega técnicas modernas na caça, pesca e cultivo e anseia desfrutar do conforto desenvolvido pela nossa sociedade. A despeito disso, os Bororo consideram-se um grupo étnico diferenciado: são índios, são Boe, são Bororo.

Para os efeitos de lei, os Bororo podem ser classificados, segundo o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, Art. 4º—, II) como índios “em vias de integração quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e meios de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento” (grifos nossos).

Entretanto, essa classificação genérica pouco fala do processo de contato vivido pelos Bororo, bem como das reações surgidas e das soluções encontradas para se adequarem à nova condição. Ribeiro (1977), no qual essa classificação do Estatuto do Índio parece ter sido baseada, define com maior precisão a situação de contato permanente:

“Incluimos nesta categoria os grupos que já perderam sua autonomia sócio-cultural, pois se encontram em completa dependência da economia regional para o suprimento de artigos tornados indispensáveis. No entanto, ainda conservam os costumes tradicionais compatíveis com sua nova condição, embora profundamente modificadas pelos efeitos cumulativos das compulsões ecológicas, econômicas e culturais que

experimentaram. O número de índios capazes de exprimir-se em português aumenta, alargando assim os meios de comunicação com a sociedade nacional. A população indígena tende a diminuir, chegando algumas tribos a índices tão baixos que tornam inoperante à antiga organização social”(1977: 433). (Grifos nossos).

A definição proposta por Ribeiro deriva de uma discussão teórica onde a especificidade cultural dos Bororo se apresenta como um caso de reação contra aculturativa desenvolvida ao longo do contato interétnico, que o autor denomina de processo de transfiguração étnica. Assim esclarece o autor:

“Uma vez estabelecido o convívio e à medida em que as relações se amiúdam e se estreitam, os índios se vêem submetidos a uma série de desafios, todos eles conducentes à transfigurações sucessivas no seu modo de ser e de viver. Nenhuma oportunidade lhes é dada de preservar seu substrato biológico, sua sociedade e sua cultura em sua forma original. Os desafios cruciais com que se defrontam são os de resguardar sua sobrevivência como contingentes humanos seriamente ameaçados de extermínio; o de resguardar, na medida do possível, sua identidade e autonomia étnica a fim de não se verem abruptamente subjugadas por agentes da sociedade nacional, a cujos desígnios tenham de submeter seu próprio destino” (Ribeiro, 1977: 220 - 1).

A reação contra aculturativa dos Bororo se apresenta como um caso concreto de relevante papel para a explicação etnológica desse processo de transfiguração étnica. O complexo sócio-religioso Bororo, que já mereceu estudos importantes, entre eles os de Crocker (1967 e 1969), Saake (1953), Mussolini (1946), Schaden (1945), Batelli (1968), Lévi-Strauss (1986), Kozak (1963), Zerries (1953), Viertler (1976 e 1982), Novaes (1979), Lévak (1971), Bloemer (1980), etc., se apresenta como um foco de interesse cultural que marca o perfil da cultura Bororo e que torna viável a resistência à aculturação.

Encontra-se em Ribeiro (1977) uma descrição sumária desse aspecto da cultura Bororo, uma clara visão do conservantismo da sociedade, frente o processo de transfiguração étnica.

A discussão apresentada acima, mesmo de forma sumária, demonstra que os Bororo, que podem ser considerados como índios em contato permanente e não integrados, permanecem índios porque sua aculturação não desembocou numa assimilação, mas sim no estabelecimento de um *modus vivendi* onde a expressão da identidade étnica se apresenta viva principalmente e devido à persistência da prática do funeral Bororo. A este respeito, Viertler (1982) afirma com profundidade e clareza:

“O funeral Bororo, em seu significado mais amplo, expressa portanto uma estratégia de adaptação ao ambiente que inclui o dominador branco e face ao qual é preciso organizar-se como unidade distinta, como Bororo - Boe -, em oposição aos Barae (os civilizados) e outros “índios” (Viertler, 1982: 596).”

Outras reações contra aculturativas dos Bororo, que não assumem uma expressão catártica da cultura tal como ocorre no funeral, são aquelas reações vividas em diferentes situações. Uma situação registrada se refere ao processo de implantação pela Funai, na década de 80, de projetos de desenvolvimento comunitário que visavam a mecanização da produção agrícola através de “roças comunitárias”. O malogro do projeto, já no segundo ano de desenvolvimento, ocorreu principalmente devido a sua interferência direta no sistema econômico tradicional, quer seja no nível de produção (Produção Familiar), ou no nível de distribuição e consumo (familiar e ritual). Neste sentido, a reação foi notável e já no segundo ano a maioria dos trabalhadores abandonam o projeto e retornam a produção de suas roças familiares.

Estudos mais recentes sobre os processos de mudança cultural entre os Bororo têm suplantado a visão catastrófica encontrada nos trabalhos de Crocker (1985) e Viertler (1982), e têm indicado que novas estratégias de resistência estão sendo desenvolvidas pelos Bororo. Assim, afirma Caiuby Novaes (1993): “A autonomia dos Bororos hoje se expressa, fundamentalmente, nas suas atividades culturais tradicionais- o funeral, por exemplo, que suspende todas as ‘atividades produtivas’. Através destes rituais os bororos transgridem a ordem que se quer estabelecer para eles e se contrapõem, firmemente, à ‘harmoniosa integração à sociedade nacional’ “ (1993: 132-133).

Outras situações que merecem destaque são aquelas em que a identidade étnica ora se transfigura, ora se transparece. No caso dos dias de baile ou forró, a representação de papéis do mundo branco é evidente, tanto no vestuário de homens e mulheres quanto nas danças e atitudes dos participantes. Na cidade, onde o Bororo é acuado e ridicularizado, sua identidade étnica transparece e ele assume o papel de índio mais do que nunca, e passa a ser visto e se vê como “bugre”. A partir daí, o alcoolismo e a mendicância se apresentam como formas de se colocar na cidade (Cf: Novaes, 1986: 29).

6.2 - Produção e Prestação de Serviços

Conforme descrito anteriormente, o sistema econômico Bororo se define como um modo de produção doméstico caracterizado por uma produção de subsistência combinando atividades de caça, coleta, pesca e cultivo. Esta produção tem garantido, apesar da situação de dependência com os agentes (Missão e Funai), o fornecimento de insumos (sementes, agrotóxicos, etc.) e instrumentos, a manutenção e a própria reprodução do sistema. Entretanto, a medida que a economia Bororo limita-se à produção de valores de uso, a necessidade de consumir bens industrializados tem criado soluções internas que assumem diferentes estratégias para produção de bens ou serviços usados nas relações de troca.

A economia Bororo atual se apresenta como uma coexistência dos diferentes setores econômicos, mas que podem ser reduzidos, em termos de importância, a três setores principais que obedecem a estruturas de produção, de partilha e de consumo diferenciados.

O setor de economia de subsistência continua sendo o principal; nele estão combinados a agricultura, a caça, a pesca, a coleta e alguma criação (aves e

porcos). A agricultura é o modo dominante, criando estruturas sociais de produção permanentes que são dominadas, muitas vezes, pelas relações de parentesco.

O segundo setor é o de prestação de serviços. Neste setor encontram-se indivíduos que mantêm relação de trabalho assalariado. Na Área Indígena Meruri, ao contrário das outras áreas Bororo, o número de assalariados é digno de nota. A Tabela nº 13, abaixo, apresenta a caracterização da mão de obra assalariada por função e por agente empregador.

Tabela nº 13 - Caracterização da Mão de Obra Assalariada da A. I. Meruri,

Número	Função	Empregador	Salário (unitário) em R\$
02	Atendente de Enfermagem	Prefeitura de General Carneiro	120,00
01	Chefe de Posto	Funai	900,00
02	Serviços Gerais	Funai	120,00
06	Professor 1	Estado do Mato Grosso	159,00
03	Funcionário de Escola	Estado do Mato Grosso	120,00
03	Serviços Gerais	Missão Salesiana	150,00
01	Meteorologista (?)	Governo Federal	?

Esta situação observada na A.I. Meruri vem indicar uma faixa da população com condições para consumir bens duráveis como rádios, televisores, fogões, geladeiras, parabólicas, etc.... Entretanto, uma parte desta renda auferida por estes indivíduos está destinada a aquisição no mercado de bens de primeira necessidade, bens estes que serão consumidos pelas famílias, mas que poderão em certas situações serem usufruídos pela coletividade.

O terceiro setor é o da economia de troca. Neste, estão agrupados as atividades de produção do artesanato para a venda direta ao turista ou para o comércio local, a venda de produtos excedentes (arroz, peixe e criações) e a venda de força de trabalho nas fazendas vizinhas, em troca de algum dinheiro, pinga ou benefício.

Na Área Indígena Meruri registra-se um número de cinco famílias que se dedicam à produção e venda do artesanato. Essa produção é negociada nas lojas de artesanato de Barra do Garças, onde prevalece a troca por alimentos cujo valor é quase sempre a metade do preço real do artesanato. Esta é uma atividade que tende a diminuir devido a escassez de matéria-prima, principalmente das penas necessárias à confecção do "Parico" (cocar bororo), devido ao desequilíbrio

ecológico provocado pela ocupação econômica da região.

Nas áreas Bororo da Bacia do Rio São Lourenço, essas situações são esporádicas e descontínuas, não caracterizando uma produção voltada para o mercado. A ação cessa quando a necessidade é satisfeita. Tanto que na Área Tereza Cristina, por exemplo, poucos Bororo trabalham em fazendas, nenhum excedente agrícola foi criado e nem mesmo o artesanato tem sido produzido em quantidade, apenas alguns peixes são vendidos.

Por outro lado, observa-se que a estratégia para a obtenção de dinheiro para o consumo de gêneros de primeira necessidade e de bens industrializados está baseada na obtenção de aposentadoria pelos velhos ou na arremetimento de aposentados pelas famílias nucleares dos mais jovens.

Na Área Indígena Meruri onde os aposentados representam quase 10% da população, este benefício assume papel importante na economia da comunidade, onde uma grande maioria dos grupos domésticos tem como chefe ou como agregado uma ou mais pessoas aposentadas. A renda possibilita a alguns indivíduos e indiretamente ao seu grupo doméstico adquirirem no mercado regional certos produtos básicos, tais como roupas, açúcar, óleo, querosene, fumo, linhas de pesca e outros artigos para a produção artesanal.

A estratégia das famílias baseada na aposentadoria de algum Bororo idoso tem criado situações de acomodação implicando a própria reprodução das condições objetivas da produção Bororo. Alia-se a esta situação o consumo desenfreado de álcool nos dias logo após o recebimento da aposentadoria. A situação fica mais complicada tendo em vista o não cumprimento das obrigações de prestação de alimentos instituídas pelas alianças celebradas durante o cerimonial do funeral Bororo.

6.3 - Intercâmbio Social e Representação Política

Vinte anos depois de terminado o conflito fundiário que culminou com o “massacre do Meruri”, observa-se que a inserção do Bororo na vida regional está mais desenvolvida em termos sociais e político do que econômico. Ao contrário do que ocorre nas áreas Bororo, na região do Rio Araguaia os casamentos com não índios são mais frequentes, os indivíduos “mestiços” têm mais expressão na vida da comunidade e as relações de compadrio com moradores não índios de fazendas, vilas e cidades vizinhas são mais acentuados.

Em termos de representação política a estratégia Bororo é exemplar. Após várias tentativas infrutíferas, devido as divisões internas à comunidade indígena, os Bororo lograram eleger nas últimas eleições um vereador Bororo para a Câmara Municipal de General Carneiro. Apesar da presença de dois candidatos indígenas, o escrutínio de 120 votos a favor veio pesar na própria eleição do Prefeito Municipal.

Essa estratégia Bororo, baseada na orientação de votos para partidos diferentes, veio garantir maior representatividade dos Bororos na região, como também usufruir de benefícios, tais como o fornecimento mensal de 400 litros de diesel divididos pelas duas aldeias.

Observa-se um processo de estagnação econômica no município de General Carneiro devido à mudança da produção agrícola para a pecuária o que tem levado ao enxugamento dos serviços públicos, ao desemprego no setor primário e ao exodo de 60 famílias no ano passado. Neste contexto a participação dos Bororo na economia local passou a ter um grande destaque por representar 50% da clientela do comércio varejista local. Assim, o Bororo passa a caracterizar-se como um consumidor potencial, principalmente, por sua diligência em estar sempre em dia com o pagamento de suas dívidas, uma forma de marcar sua identidade frente ao Branco, diferenciando-se dos Xavante.

6.4 - Projetos governamentais e não governamentais em curso na região

Nesta área de influência direta, na Bacia do Araguaia, o único projeto governamental em curso é o PRODEAGRO- Programa de Desenvolvimento Agro-Ecológico de Mato Grosso. Este programa governamental ainda não tem desenvolvido ações na agropecuária da região, mas tem garantido recursos para o setor de saúde indígena e para o desenvolvimento do “Projeto Tucum”, na área de educação, visando a formação do professorado indígena.

Tratando-se da população total Bororo, mais especificadamente, do território atual, registra-se a ocorrência dos projetos da FERRONORTE e da Hidrovia Paraguai-Paraná, ambos incidindo sobre as área Bororo da Bacia do Rio São Lourenço com resultados impactantes para a toda população bororo remanescente.

A ação de agências não governamentais é também registrada em vários projetos junto aos Bororo. Destaca-se a ação do CIMI e da Missão Salesiana em parceria com governos municipais e estaduais nos projetos de educação (“Tucum”) e de saúde/alimentação (“Prosol”).

7 - CONDIÇÕES DE VIDA

7.1 - Alimentação

Apesar do grande empenho e interesse que o Bororo tem pela caça, esta não é a sua principal alimentação. Ao contrário, a carne de caça e o peixe constituem atualmente menos de um quarto de sua dieta. Portanto, a base alimentar Bororo consiste de uma grande variedade de vegetais e frutas, obtidos através da coleta e principalmente da agricultura.

A coleta é esporádica e está determinada por um lado, pelas implicações do meio

ambiente (épocas de frutificação) e, por outro, pela possibilidade de ter áreas de coleta na área reservada, já que muitos nichos ecológicos foram destruídos ou ocupados pelas fazendas.

A agricultura é a base principal e foi a atividade econômica mais afetada pelo contato. Inicialmente houve a introdução de novos cultivos como a mandioca, o feijão, a batata-doce, bananas, cana-de-açúcar, etc., acompanhado com os novos métodos agrícolas. Alia-se a este fato o estabelecimento das fazendas que rapidamente destruíram grandes áreas de caça e esgotaram os cardumes de peixe, bem como as obrigações de cultivar e trabalhar nas roças do SPI e das missões a troco da produção, limitando assim as grandes viagens - Maguru - em busca das áreas tradicionais de caça. Em decorrência desta situação a agricultura tornou-se uma necessidade vital para o Bororo.

No caso das áreas Bororo da Bacia do Rio São Lourenço a situação é crítica devido, principalmente, aos seguintes fatores: a) a área atualmente ocupada é deficiente em terras agricultáveis; b) muitas áreas de roça estão esgotadas; c) a Funai é ineficiente no provimento de sementes e insumos para as roças e, d) a facilidade de obter dinheiro através da aposentadoria vem desestimulando a produção de roças por algumas famílias.

Nas área Bororo da Bacia do Araguaia a situação atual difere muito pouco. Observa-se, por exemplo, que na A.I. Meruri há falta de terras agricultáveis, pois as áreas passíveis de exploração agrícola, localizadas nas margens do Ribeirão Barreiro, estão esgotadas e as dotações destinadas pela Funai são insignificantes frente as necessidades das comunidades do Meruri e do Garças. A dotação de 30 mil reais é irrisória para a compra de sementes, instrumentos, combustível e manutenção de dois tratores e um caminhão que a A.I. Meruri dispõe para a atividade agrícola e transporte.

A grosso modo, a dieta na A.I. Meruri e na "Morada" Bororo da A.I. Sangradouro compreende basicamente o consumo de arroz, mandioca e feijão, reforçada esporadicamente por alguma carne de vaca ou de caça/pesca, de frutas coletadas ou produzidas nas roças (mamão/melancia) e de produtos industrializados como massas, enlatados, etc... Alia-se a estes o consumo desenfreado de açúcar dissolvido em água, bem como do mate e de produtos industrializados como massas, enlatados, etc...

Esta pobre base alimentar, pobre também em quantidade, vêm refletir na própria situação de saúde do grupo, bem como no desempenho da população escolar.

O diagnóstico de saúde deixa claro o papel da dieta deficiente na formação do quadro de morbidade do grupo e sem dúvida no próprio índice de mortalidade. Pode-se afirmar que há uma forte relação entre as principais doenças do grupo com a sua precária base alimentar. Esta deficiência vem refletir no desenvolvimento das crianças, bem como no resultado dos tratamentos de infecções e da tuberculose. Este quadro se generaliza levando-se em conta a precária situação de higiene e de saneamento ambiental.

Essa dieta deficiente também afeta o desenvolvimento da população em idade escolar, pois, freqüentemente, a maioria das crianças vai para a escola sem ter

recebido nenhuma refeição. Quando a situação se complica, dado o ineficiente abastecimento pela prefeitura da merenda escolar, o papel da Missão Salesiana é fundamental para, pelo menos, garantir uma refeição diária naquelas épocas mais críticas de escassez.

Outra ação digna de nota é o Programa de Reforço Alimentar (“Projeto PROSOL”) desenvolvido pela Missão Salesiana em parceria com o Estado de Mato Grosso, que compreende o oferecimento de uma refeição diária para a população de 0 à 5 anos, mulheres amamentando e gestantes. Neste caso os resultados são expressivos, principalmente, por garantir uma melhoria na qualidade de vida da população infantil e na diminuição do consumo de remédios.

Na área de Sangradouro, onde a situação dos Bororo é lamentável, o programa de cesta básica da Comunidade Solidária tem resolvido em parte a carência alimentar apesar de que muitas vezes os produtos oferecidos, por exemplo, o feijão, já estão em processo de deteriorização.

Por último, segundo os relatos obtidos em campo, junto aos Salesianos, a situação da alimentação é tão crítica que têm registrado um intensificação da coleta de cocos e frutas nativas (jatobá, cajú, mangaba, murici, etc...), principalmente, nos meses da seca. Essa estratégia alimentar não era observada desde a década de 80 e também tem sido cada vez mais comprometida pela ação da caça Xavante com sua técnica de queimada do campo-cerrado.

7.2 - Habitação, saneamento e energia

Como já apresentado anteriormente, o padrão de ocupação Bororo compreende a construção de aldeias em formato circular nas imediações de um grande rio. Esse padrão está mais presente nas aldeias da Bacia do Rio São Lourenço e só é registrado na Bacia do Rio Araguaia, na aldeia do Garças.

Na aldeia do Garças, as casas são construídas usando toda uma tecnologia tradicional que compreende o uso de caibros e palhas (babaçu, buriti ou acuri) na

cobertura do telhado e nas paredes. A casa típica compreende um espaço de 50 metros quadrados e não apresenta no seu interior nenhuma divisão ou separação. Os objetos de uso comum estão simplesmente depositados no chão ou dependurados nos caibros e ripas do telhado-parede. Há tantas fogueiras quanto as mulheres casadas e o fogo se mantém sempre aceso, pelo menos sob a forma de brasas.

Na Aldeia do Meruri e na “morada” Bororo de Sangradouro, a maioria da população ocupa casas de alvenaria construídas na década de 60 pelo Salesianos. Na Aldeia Meruri a estrutura da aldeia em forma de círculo vem interferir na própria orientação da organização social baseada na forma circular da disposição das casas. A este respeito, Caiuby Novaes (1983) afirma com propriedade :

“ Se o contato com a sociedade envolvente forçou uma modificação na disposição das casas (funcionários do SPI/Funai construíram as novas aldeias, não levando em conta a disposição circular, os missionários tentaram interferir na organização social bororo, introduzindo a aldeia em ele) não chegou, no entanto, a alterar a forma pela qual os bororo concebem a sua sociedade e a relação entre seus membros. É por isso que a forma circular continua sendo o modelo utilizado para expressar o modo pelo qual eles se representam. Mesmo quando situados em aldeias com casas dispostas em ruas, eles apontam para as casas como se elas estivessem dispostas em círculo, descrevendo deste modo as relações sociais entre seus moradores” ((1983:61).

As condições de habitação das casas de alvenaria são regulares, algumas estão necessitando de reformas no piso, telhados e paredes internas, principalmente àquelas onde é frequente o uso de fogueiras internas. Na aldeia de Meruri observa-se um incremento no número de novas casas, configurando um segundo semi-círculo de residências. As novas casas estão sendo construídas com diversos materiais, muitas delas com o uso misto de tijolo ou pau a pique com telhado de palhas, denotando um tendência em copiar e adaptar o padrão regional de moradia.

A grande vulnerabilidade dos assentamentos Bororo da Bacia do Rio Araguaia está na precária situação do saneamento básico - esgoto e lixo e do fornecimento de energia.

A qualidade da água consumida pelos Bororo é boa e provêm de uma cabeceira bem protegida, conforme informações dos Salesianos e dos agentes que tratam da situação de saúde, tanto que as principais doenças que afetam a população estão mais relacionadas as questões de saneamento e alimentação.

Nas aldeias Bororo da Bacia do Rio São Lourenço observa-se que, apesar dos esforços em levar a água de uma boa fonte até as casas, evitando-se assim o consumo das águas poluídas dos rios, os hábitos e costumes Bororo resistem às orientações dos agentes no cuidado em proteger não só o depósito de distribuição da água como também na limpeza e escoamento da água usada nos tratos, como a

lavagem de roupas e de utensílios da cozinha. O empoçamento da água criado pela retirada das torneiras, o rebaixamento do encanamento, o descuido no concerto dos vazamentos e o constante uso dessa área pelos animais domésticos criam condições para o surgimento de vetores de doenças.

Se o empoçamento da água nas imediações das habitações cria um foco de contaminação, a proximidade de áreas de uso para defecação e de disposição do lixo, vem ampliar ainda mais os focos de contaminação, principalmente nas épocas de chuva, quando o escoamento das águas desce pelo terreno da aldeia devido à

sua leve inclinação para o rio.

Esta é também uma situação preocupante nas aldeias Bororo da Bacia do Rio Araguaia. Nesta aldeias não existem fossas e as tentativas de introduzir banheiros nas casas resultou na criação de perigosos focos de contaminação. Na escola, o uso de banheiro é satisfatório dado o fato de existirem funcionários empenhados em mantê-los limpos. A questão cultural é o determinante neste caso e o uso do mato aliado a limpeza feita pelos cachorros tem garantido um baixo nível de contaminação. Entretanto, dado o crescimento da população, principalmente, da aldeia Meruri, torna-se necessário iniciar um programa de saneamento e de orientação higiênico-sanitário.

Com relação ao lixo, observa-se que algumas pessoas costumam queimá-lo ou dispô-lo em covas, entretanto a grande maioria apenas amontoa o lixo nas imediações da casa, depois de varrer o terreno. Na aldeia do Meruri muitas campanhas de coleta e limpeza vem sendo desenvolvidas pelas lideranças com forte apoio da população escolar.

Ao contrário das famílias Bororo da Bacia do São Lourenço, nas Área Indígena Meruri, mais especificadamente, na aldeia de Meruri, as famílias detêm um amplo inventário de eletrodomésticos. As condições da infra estrutura da Missão Salesiana e a obtenção de renda pelo trabalho assalariado tem propiciado o consumo de bens duráveis, em escala crescente, o que tem levado ao limite o consumo da geração interna de energia.

A Tabela nº 14, abaixo, mesmo incompleta, apresenta a situação atual do inventário de eletrodomésticos e do consumo de energia elétrica da aldeia Meruri.

Tabela nº 14 - Inventário de eletrodomésticos e consumo de energia elétrica

TIPO	NÚMERO DE CASAS
Iluminação elétrica	Todas as casas bororo e a casa dos homens (Baito)
Televisão	08 casas + Baito (com video)

Parabólicas	08 casas + Baito
Fogão à gás	12 casas
Fogão à lenha	casas
Rádio/Gravador (pilha ou eletricidade)	Maior parte das casas
Ferro elétrico	Várias casas
Lava roupa	01 casa
Liquidificador	várias casas
Máquina de Costura	várias casas
Geladeiras	09 casas
Freezer	02 de uso comunitário

A questão da demanda de energia é problemática na época da seca, quando a pequena hidroelétrica, mantida pela Missão Salesiana, ressurte-se pela falta de água. A tendência é que esse problema venha ocorrer até mesmo em época de chuva, dado o crescimento do consumo pelo aumento do número de eletrodomésticos e pela falta de orientação para a conservação de energia.

Além do consumo residencial, que compreende as casas bororo e as instalações da Missão Salesiana, na demanda diária deve também ser computada a energia gasta pela serraria (pequena fábrica de móveis e utensílios para consumo interno), pela casa de farinha, sem esquecer fato de que os Bororo mantêm a luz acesa dia e noite. Neste contexto, a geração de 48 kw vem caracterizar uma demanda no limite, implicando medidas urgentes como a ampliação da usina e a instalação de um novo rotor para garantir um aumento de 10% de rendimento.

Nas situações de black-out é acionado um gerador à diesel mantido pela missão, que devido a sua baixa potência leva as famílias à recorrerem ao uso de lamparinas.

Algumas tentativas para resolver essa questão de energia estão sendo encaminhadas pelas lideranças locais junto à concessionária estadual -CEMAT, usando a introdução da rede convencional na área do Meruri. Entretanto, essa estratégia é quase inviável, principalmente, pelo baixo consumo local que inviabiliza economicamente a realização da distribuição convencional e, por outro lado, a falta de renda da maioria da população indígena para cumprir o pagamento do consumo energético.

A solução mais viável é a apontada pela Missão, a partir da reestruturação da usina local, a realização de trabalhos para conservação de energia e a compensação da

demanda com a introdução de outras tecnologias renováveis como a fotovoltaica e a eólica.

7.3 - Serviços de Saúde

A responsabilidade pelos serviços de assistência à saúde indígena encontra-se, atualmente, numa situação muito complexa, o que reflete os avanços e retrocessos político-institucionais que tem sido evidenciados na última década. Esta situação tem repercutido diretamente e muitas vezes negativamente na organização de um sistema único de saúde para a população indígena nacional.

Desde 1992, cabe à Fundação Nacional de Saúde (FNS) a responsabilidade pela atenção à saúde indígena, entretanto o que ocorre atualmente é a convivência de várias instituições nem sempre articuladas, que vêm atuando junto às populações indígenas mato-grossenses. No caso dos Bororo, atuam a própria FNS, a Funai, a Missão Salesiana e as secretarias municipais de saúde cujos municípios abrangem as áreas indígenas Bororo.

O que se observa é que apesar de um número considerável de instituições atuando com os índios, não há um sistema ou uma política de saúde indígena no Mato Grosso e muito menos para a população Bororo. Esta situação vem caracterizar uma ação fragmentada onde cada instituição tem seu próprio modo de atuação e vê a saúde do grupo sob ótica própria e particular. Assim evidenciam-se duplicidade de atuação, intervenções técnica e conceitualmente conflitantes, como também sistemas próprios de informação, já que possuem instrumentos, propósitos, fluxos, prazos e períodos diferenciados de assistência e coleta de dados de saúde.

Um exemplo é a dificuldade em analisar a situação dos Bororo nas relatórios anuais das ADR's, uma vez que não há discriminação da etnia assistida. No caso da ADR de Barra do Garças, onde os Bororo são a etnia minoritária, os dados de atendimento médico são registrados sem diferenciar se o indivíduo é Xavante ou Bororo.

Portanto, a constituição de um sistema de informação em saúde dos povos indígenas do Mato Grosso é uma ação urgente, principalmente em se tratando de promover a integração entre as diferentes instituições, condição básica para a consecução de uma política de saúde indígena exequível.

Os serviços de saúde oferecidos aos Bororo da bacia do Rio Araguaia são os serviços desenvolvidos nas aldeias pela Missão Salesiana, pelos funcionários da Funai alocados na ADR-Barra do Garças, e apoiados em situações específicas pela FNS, SUS, Prodeagro e Prefeituras Municipais.

Atualmente, os serviços de saúde disponíveis são basicamente de atenção primária à saúde promovida de modo permanente ou intermitente pelas Missões Salesianas de Meruri e de Sangradouro com apoio de monitores indígenas de saúde com

nível elementar ou sem instrução ou pela equipe volante de saúde (EVS), tendo como referência a “Casa do Índio” (Funai), a rede de saúde dos municípios (SUS) e os hospitais públicos e privados onde o acesso, principalmente a nível de atenção secundária e terciária é, muitas vezes, dificultado ao índio.

Nas áreas indígenas da Bacia do Rio Araguaia a infraestrutura dos serviços de saúde são as instalações dos ambulatorios (“hospitais”) mantidos pela Missão Salesiana, que devido a carência de recursos estão sempre deficitários. Os recursos humanos disponíveis são, inicialmente, preparados pelas freiras ou por alguns cursos temporários oferecidos pela parceria Prodeagro/FNS ou por cursos práticos desenvolvidos pela entidade denominada Médicos Sem Fronteiras.

Na A.I. Meruri, o atendimento primário é feito por 02 atendentes Bororo de enfermagem pagos pela Prefeitura de General Carneiro. Na A. I. Sangradouro, não há nenhum Bororo neste serviço, todo o atendimento é feito por atendentes Xavante de enfermagem.

Considerando as informações apresentadas no EIA/RIMA da FERRONORTE (1995), pode-se observar que os serviços de saúde das aldeias Bororo do Rio São Lourenço estão concentrados na sede da administração regional de Rondonópolis, sendo que nas áreas indígenas a situação é precária. Nas três áreas Bororo, o trabalho de assistência está sob a responsabilidade de quatro monitores, destes apenas um é do quadro de funcionários da Funai e o restante, na época do estudo, não recebiam pelo trabalho devido à vinculação com o SUS, cujas verbas depende da vontade política da prefeitura local.

A situação dos monitores de saúde aliada às condições das instalações e infraestrutura das enfermarias das aldeias é de total precariedade e abandono. Aos monitores não tem sido oferecidos cursos de reciclagem e muito menos apoio logístico para o trabalho, uma vez que as condições dos postos indígenas em termos de infra-estrutura tais como transporte, energia, administração, comunicação, etc., é assustadoramente inexistente na maioria das aldeias visitadas.

Se nas A.I. da bacia do Rio Araguaia a assistência à saúde é regular , na “Casa do Índio” de Barra do Garças, outros problemas são detectados. Aliada à falta de recursos financeiros que tem prejudicado uma assistência contínua, há falta de recursos humanos necessários para uma população de quase 2.000 índios, o que reflete também a falta de uma política de recursos humanos da própria Funai.

Se de uma maneira geral a assistência de saúde da Funai oferecida aos Bororo é deficitária, a atuação da FNS e do SUS é quase inexistente. A FNS tem apenas

oferecido cursos de reciclagem e desenvolveu a prospeção de poços d’água nas aldeias Bororo da bacia do Rio São Lourenço, cujo resultado foi lamentável. O SUS atende a população Bororo, no caso dos Bororo da Bacia do Rio Araguaia, no Hospital de General Carneiro, que apenas faz atendimento de emergência (partos, acidentes, suturas, etc...).

Ainda com relação a situação da saúde Bororo outras questões merecem destaque:

1. Observa-se, nas A.I. do São Lourenço, o descaso para com o patrimônio indígena, principalmente com relação às instalações e infra estrutura das enfermarias dos Postos Indígenas.
2. A qualidade do abastecimento e distribuição da água é problemática em quase todas as aldeias Bororo apesar da ação da FNS.
3. A questão do alcoolismo entre os Bororo é também um desafio para a assistência de saúde. A questão merece um programa especial dada a sua dimensão sócio/cultural bem como o alto grau de interferência na qualidade da saúde do grupo.
4. A questão da aposentadoria (Funrural) tem também reflexo na qualidade de saúde da população, haja visto a relação de dependência das famílias por essa renda, o que leva ao desinteresse da produção do alimento básico (roças), criando assim sérios problemas na dieta alimentar do grupo.
5. A qualidade e a falta de uma política de recursos humanos na administração da Funai talvez possa explicar a ausência de uma ação de assistência social, já que não há nenhum programa de trabalho relacionado a mitigar os problemas criados pelo alcoolismo e pela renda auferida das aposentadorias.

7.5 -Serviços de Educação

Nas áreas Bororo da Bacia do Rio Araguaia toda ação educacional está sob os cuidados e orientação das Missões Salesianas que assistem esta população desse o início deste século.

Na A. I. Meruri a assistência escolar é desenvolvida no antigo colégio Salesiano adaptado para a população indígena. O nível de assistência é razoável e o ensino bilingüe vem colocá-la no rol das melhores escolas indígenas do Brasil. Esta escola representa hoje , para os Bororo um meio de recuperação cultural e de conscientização, instrumentos fundamentais para o processo de autodeterminação vivenciado pelo povo Bororo.

A escola do Meruri funciona em dois períodos. Pela manhã, o primário que compreende a pré-escola até a 4ª série, onde estão matriculados 85 alunos e onde

todos os professores são Bororo. À tarde, funciona o ginásio que compreende a 6ª e a 8ª séries, onde estão matriculados 28 alunos e onde há carência de professores indígenas preparados, cabendo aos Salesianos a tarefa educacional. Dada esta situação é que o projeto “Tucum” vem sendo desenvolvido nesta área indígena , no período das férias escolares. Este projeto propõe a formação e capacitação de magistério de 2º grau para professores bilingües Bororo de várias aldeias. A experiência tem sido um sucesso e até mesmo tem produzido casamentos de Bororo do Meruri com Bororo de Perigara (Pantanal).

Na A.I. Meruri há uma demanda de 35 indivíduos em condição de freqüentar o 2º grau. Este é um sério problema que merece ser resolvido localmente, uma vez que foram traumáticas as experiências de alguns alunos que saíram para estudar em General Carneiro ou em Barra do Garças. Além dos problemas enfrentados com o alcoolismo e a liberdade das mulheres, surgiram problemas com os Xavante e discriminação por parte da população regional.

Em termos gerais a infra-estrutura da escola é boa, mas há necessidade de uma biblioteca e de um espaço próprio para a distribuição da merenda escolar. Por isso pequenas reformas devem ser feitas visando separar fisicamente a escola das instalações ocupadas pelos Salesianos.

Na Aldeia do Garças, há uma pequena escola, vinculada à do Meruri, assistida por uma única professora. Nesta escola há um total de 10 alunos distribuídos na pré-escola até à 3ª série. A construção é adaptada ao clima local e existe uma televisão com vídeo acoplada a um sistema de energia solar e parabólica.

Na “Morada” Bororo de Sangradouro funciona uma pequena escola separada do “Colégio Salesiano”, hoje exclusivo dos Xavante. Esta escolinha tem um professor bororo que está sendo formado pelo projeto “Tucum” e que mantém assistida uma população escolar de 8 alunos distribuídos na pré-escola, 1ª, 3ª e 4ª séries.

PARTE 2 - RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DA HIDROVIA ARAGUAIA- TOCANTINS SOBRE AS TERRAS BORORO

A situação atual das áreas de ocupação dos Bororo, tanto da Bacia do Rio Araguaia quanto da Bacia do Rio São Lourenço, conforme analisado no Diagnóstico apresenta as seguintes questões :

- **A situação fundiária das terras Bororo é crítica e indefinida.** Neste caso destacam-se a A.I.Teresa Cristina, na Bacia do Rio São Lourenço que apresenta situações de invasões por fazendas e indefinições de limites, a A.I. Jarudori, totalmente invadida por uma cidade e, a situação do grupo Bororo de Sangradouro que não tem definida uma área própria;
- **A degradação das terras Bororo é problemática para a sobrevivência do grupo.** Neste caso destaca-se a situação da A.I.Teresa Cristina que apresenta uma grande porcentagem de terras degradadas pelos invasores e, por outro, muitas as áreas superexploradas pelas comunidades Bororo devido a redução de suas áreas de cultivo pelas invasões. Outro caso é a situação da A.I. Meruri que apresenta várias áreas de degradação devido aos grandes projetos agrícolas desenvolvidos em décadas passadas e devido a ação da caça Xavante que tem queimado grandes extensões do cerrado e explorado os últimos nichos de caça e pesca . Além do mais, registra-se que muitas áreas estão exauridas pela agricultura de subsistência que se encontra limitada à áreas úmidas das margens do Ribeirão Barreiro.
- **A ocupação desordenada da região é causadora de vários processos de desequilíbrio ambiental.** Neste caso destacam-se os grandes desmatamentos e os acidentes ecológicos provocados pelas atividades agropastoris que são desenvolvidas nessa região do Mato Grosso. Os desmatamentos têm contribuído para o desaparecimento de muitas espécies da fauna e da flora, fundamentais para a sobrevivência das comunidades indígenas e a falta de uma política de planejamento (zoneamento agro-

ecológico) e de preservação ambiental (Unidades de conservação , corredores de fauna, etc) tem acelerado o processo de extinção da fauna regional. O uso das terras pelas atividades agrícolas mecanizadas, muitas vezes sem qualquer orientação técnica, tem provocado vários tipos de problemas ambientais. Em decorrência dessa ação têm-se registrado o assoreamento do Alto Araguaia, do Rio Garças e do Rio das Mortes, que tem transformado as condições de sobrevivência de várias espécies da fauna ictiológica e da mastofauna de hábitos aquáticos e semi-aquáticos. Por outro lado, as atividades agrícolas e pecuárias tem contribuído para a ocorrência de acidentes ecológicos constantes, principalmente, com relação à fauna ictiológica, que é a mais afetada pela poluição provocada pelos resíduos de agrotóxicos (inseticidas, pesticidas e herbicidas) carreados pelas águas das chuvas ou pela lavagem das embalagens.

- **As condições da assistência são precárias e ineficientes para garantir a qualidade de vida dos Bororo.** O diagnóstico apresenta com bastante detalhes a situação da assistência e dos serviços de saúde e educação nas áreas Bororo, tanto da Bacia do Rio Araguaia, quanto da Bacia do Rio São Lourenço. Em termos gerais a situação é de total precariedade, com exceção dos serviços de educação desenvolvidos pela Missão Salesiana do Meruri. As questões problemáticas são aquelas relacionadas aos serviços de saúde, que carecem de recursos financeiros e da qualificação e capacitação dos recursos humanos, e aos aspectos administrativos relativos ao desenvolvimento das atividades de produção de alimentos (agricultura e pecuária), que carecem, principalmente de dotações orçamentarias condizentes com as necessidades anuais das comunidades Bororo.

D) IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS :

Os impactos identificados, sobre as Terras Bororo, serão avaliados e qualificados, quanto aos seus efeitos, às suas probabilidades de ocorrência, magnitude do efeito, duração, área de influência, mitigabilidade, implicações e relevância, em função de dois grandes indicadores: 1) as atividades de construção e operação da Hidrovia Araguaia-Tocantins e 2) as atividades e pressões sociais induzidas pelo empreendimento.

A Área de Influência do Empreendimento

A porção do Território Tradicional Bororo identificada na Bacia do Rio

Araguaia, onde está localizada a A.I. Meruri, reservada aos Bororo e a A.I. Sangradouro, reservada aos Xavante mas comportando um grupo Bororo, **é área de influência direta do empreendimento**. Essa caracterização se justifica pelo fato de que essa região de ocupação Bororo está situada entre os **Rio das Mortes e Rio das Garças**, afluentes do **Rio Araguaia** e, portanto, rios sujeitos, direta e indiretamente, às ações de construção e operação da Hidrovia e pelo fato de possuir uma grande extensão de áreas de cerrado propícias a agricultura mecanizada de soja e outros produtos, como também de grandes áreas de pastagens que podem vir a ser usada pela agricultura. A outra porção do território Tradicional Bororo identificada na Bacia do Rio São Lourenço, onde estão localizada as A.I. Tadarimana, Jarudori, Teresa Cristina e Perigara pode ser classificada como **área de influência indireta do empreendimento** se considerar apenas as ações de operação e construção da Hidrovia, mas os efeitos diretos do empreendimentos em termos das pressões regionais não são descartáveis, principalmente por ser uma região de ampla produção de soja, milho, algodão e arroz. Além do mais, considerando a integridade e a vulnerabilidade da população Bororo frente aos impactos de um empreendimento deste porte, é possível a ocorrência de profundas interferências sobre as relações sociais existentes entre as comunidades Bororo. Assim, não é descartada a amplitude de sua **influência direta**.

Os Impactos Ambientais provocados pelas Atividades Antrópicas decorrentes da Construção e Operação da Hidrovia

- **Extensão da obra** - A construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins abrangerá, no Rio Araguaia, o trecho entre a cidade de Barra do Garças-MT e a confluência deste rio com o Tocantins e no Rio das Mortes, no trecho compreendido entre Nova Xavantina -MT e a confluência deste rio com o Araguaia.
- **Derrocamentos** - Ao longo dos cursos dos rios Araguaia, Tocantins e das Mortes muitos afloramentos rochosos deverão ser removidos (derrocação) para permitirem a livre passagem da água e conseqüentemente das embarcações. A remoção desses afloramentos será feita por detonação de explosivos e os efeitos dessa ação sobre a fauna ictiológica são os seguintes:
 - a) a ação da detonação matará as comunidades de peixes cujo habitat são estes locais de pedrais. A mortandade afetará, por exemplo, o jaú, o mandi-moela, o fidalgo, o abotoado e os vários tipos de cascudos;
 - b) a ação de detonação provocará o deslocamento da água e criará ondas de choque que provocarão o aumento da mortandade dos peixes e de outros organismos aquáticos, como por exemplo os botos;

- c) a mortalidade de peixes poderá ser maior dependendo da área de influência da onda de choque e da sucessão de barreiras que serão detonadas no momento;
- d) o desaparecimento dos pedrais, travessões ou barreiras afetará a médio e longo prazo a sobrevivência das espécies deste habitat e de toda a cadeia alimentar a ela relacionada.
- **Dragagem** - Os processos de dragagem dos sedimentos, como objetivo de aumentar o canal de navegação dos rios, afetará a ictiofauna encontrada no rio Araguaia, das Mortes e Garças.
 - a) O maior problema é a elevação da turbidez da água que afetará não somente os peixes mas o fitoplâncton e bentos. Este efeito provocará instabilidade nas relações ecológicas da ictiofauna, favorecendo algumas populações de peixes de águas turvas (pintados e tuviras) na relação predador-presa e, assim, afetando as populações de piranhas, cachorra e piabanha que tenderão a diminuir;
 - b) A ação de dragagem no período da seca, conforme previsto no Projeto Executivo, aumentará o sedimento em suspensão no rio, numa época de águas limpas, afetando assim a ictiofauna;
 - c) O aumento do material em suspensão reduzirá a absorção do oxigênio pelo peixes, levando a morte muitos indivíduos;
 - d) A turbidez da água provocará a reflexão e dispersão dos raios luminosos que são fontes de obtenção de energia por seres clorofilados, no caso, o fitoplâncton, diminuindo a produtividade primária dos rios.
 - **Tráfego fluvial** - Com relação a ictiofauna, o tráfego de grande embarcações provocará a morte de peixes pelas hélices das embarcações, a fragmentação dos cardumes provocando redução na reprodução, o aumento da erosão das margens dos rios agravando o problema da turbidez das águas, a poluição inorgânica do rio pelo vazamento de combustível e óleos dos motores das embarcações e, por último, a qualidade do ambiente aquático.
 - **Portos** - A construção dos portos provocará impactos nas comunidades de peixes e na mastofauna devido os desmatamentos da mata ciliar. Além do mais induzirá a concentração humana pelas atividades ali desenvolvidas e provocará uma outra série de influências no meio ambiente (poluição orgânica e inorgânica)
 - **Urbanização**- O desenvolvimento econômico esperado, implicará num fluxo migratório para os pólos de desenvolvimento, propiciando o crescimento das cidades e acarretando outros problemas ambientais : a) pressão sobre as fontes de proteínas disponíveis (peixes); b) aumento das

descargas orgânicas (esgotos) e inorgânicas (lixo) sobre os rios; c) surgimento de novos focos de doenças; d) novos problemas sociais (favelas, violência, prostituição).

- **Pesca Esportiva e Comercial**- os efeitos provocados pelo empreendimento virá potencializar as atividades de pesca já desenvolvidas na região acarretando a superexploração desse recurso protéico pelo aumento da população urbana, bem como contribuirá para o esgotamento, a longo prazo, dos estoques pesqueiros.

II) AVALIAÇÃO E ANÁLISE DOS IMPACTOS

Fase de construção

1) Impacto : Interferências nas fontes de alimentação dos Bororo

Considerando- se

- o padrão de exploração do meio ambiente pelos Bororo, baseado nas atividades de caça, pesca, coleta e cultivo;
- o desequilíbrio ambiental registrado na região e suas influências observadas na base alimentar Bororo;
- os impactos ambientais provocados pelas atividades antrópicas decorrentes da construção da hidrovía: derrocamento, dragagem e desmatamentos;
- a potencialização dos impactos ambientais pelas atividades dos Xavante na Área Indígena Meruri;

Prevêm-se interferências nas suas fontes de alimentação que se rebatem nas suas condições de vida.

Medidas Prévias

- Implementação pela FUNAI, de medidas visando a criação de uma área Bororo para o grupo da “Morada Bororo” de Sangradouro;
- Planejamento e implementação pela FUNAI de projetos agrícolas, para melhoria da alimentação dos Bororo;
- Planejamento e implementação pelo IBAMA de programa de fiscalização e monitoramento da atividade de pesca regional, visando garantir o uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Medidas Mitigadoras

- Planejamento e implementação pela parceria FUNAI-IBAMA-FEMA/MT de um programa de recuperação ambiental das áreas degradadas da A.I.Meruri;
- Planejamento e implantação de uma APA (área de proteção ambiental), na bacia do rio das Garças, prevendo a criação de uma Zona de Vida Silvestre (ZVS) nas cabeceiras e ao longo do rio das Garças, compreendendo também as lagoas e as áreas de inundação;
- Planejamento e implantação de Corredores de Fauna, na região que compreende as Terras Bororo e as Terras Xavante;
- Planejamento e implantação de uma APA (área de proteção ambiental), na bacia do Rio das Mortes, visando garantir o modo de vida Xavante, a partir do zoneamento de áreas de exploração indígena controlada pelos próprios Xavante;

Avaliação

*Esse impacto é **negativo** para os Bororo, principalmente dadas a vulnerabilidade e as atuais condições de vida das suas comunidades, afetadas pela degradação ambiental das suas área de exploração. Por outro lado, as medidas mitigadoras propostas tem um longo prazo de maturação, assim acredita-se que durante as atividades de construção da Hidrovia, os efeitos deste impacto será marcante para a população Bororo, havendo necessidade de se garantir outras formas de obtenção de alimentos.*

Quanto aos demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de **ocorrência certa**, uma vez que as atividades de derrocamento, dragagem e desmatamentos são extremamente prejudiciais aos rios e, principalmente, a ictiofauna e, conseqüentemente, aos Bororo que dependem da exploração desses recursos naturais para a satisfação de suas necessidades de alimento;
- com manifestação a **curto prazo**, a partir do início da obras de derrocamento e dragagem;
- **local**, em toda a bacia do rio das Garças;
- de ocorrência **permanente**, pois as atividades de dragagem serão desenvolvidas permanentemente a partir da fase de construção do empreendimento;
- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que seja um impacto de **muito alta magnitude**, que ocorrerá permanentemente, considerando-se que a dragagem iniciada nesta fase do empreendimento provocará desequilíbrio na vida do rio e que serão intensificados pela fase de operação do empreendimento;
- com essas características e considerando-se que sua minimização depende de soluções técnicas desenvolvidas para as atividades de derrocamento e dragagem, acredita-se que seja um impacto **pouco mitigável** e levando-se em conta a avaliação interdisciplinar de seus efeitos sobre os meios biótico e sócioeconômico, pode ser avaliado como de **muito alta relevância** para os Bororo e para as outras comunidades indígenas da Bacia do Rio Araguaia.

Fase de Operação

1) Impacto : Interferência nas fontes de alimentação dos Bororo

Considerando-se

- o padrão de exploração do meio ambiente pelos Bororo, baseado nas atividades de caça, pesca, coleta e cultivo;
- as condições atuais de vida dos Bororo e as influências do desequilíbrio ambiental na base alimentar do grupo;
- os impactos ambientais provocados pelas atividades de operação da hidrovia, que afetarão drástica e diretamente os recursos da pesca, da caça e da coleta, dados os efeitos das seguintes atividades: dragagem, tráfego fluvial, poluição orgânica e inorgânica, pesca esportiva e comercial, urbanização, desmatamentos e assoreamento dos rios, etc...

- a potencialização da ação Xavante na A.I.Meruri, agora mais constante, dadas as pressões sobre os recursos de exploração das terras Xavante;

Prevêem-se interferências nas fontes de alimentação Bororo, principalmente nos recursos pesqueiros, que se rebatem na suas condições de vida.

Medidas Prévias

- Planejamento e implementação pela FUNAI de programas para a melhoria da alimentação dos Bororo;
- Planejamento e implementação pelo IBAMA de programa de fiscalização e monitoramento das atividades de pesca e de exploração de recursos naturais, visando garantir o desenvolvimento sustentável regional;
- Implantação pela FUNAI da Terra Bororo de Sangradouro, garantindo as condições necessárias para a sobrevivência desta comunidade;

Medidas Mitigadoras

- Planejamento e Implementação pela parceria FUNAI-IBAMA-FEMA/MT de um programa de recuperação ambiental das áreas degradadas da A.I.Meruri;
- Planejamento e Implantação das APA's ("Bacia do rio das Garças" e "Bacia do Rio das Mortes") e o necessário planejamento e zoneamento ambiental, visando garantir as condições básicas do modo de vida Bororo e Xavante;
- Planejamento e Implantação de "Corredores de Fauna" na região entre os rios das Garças e das Mortes, visando garantir as condições necessárias à reprodução da fauna regional;
- Planejamento e Implantação de Unidades de Conservação na região entre os rios das Garças e das Mortes, visando garantir a sobrevivência dos estoques genéticos da flora regional;
- Desenvolvimento de estudos técnicos e econômicos visando mitigar os efeitos do tráfego fluvial : a) diminuição do tráfego na época da seca; b) estudos detalhados sobre as rotas de migração dos cardumes; c) preservação e conservação das matas ciliares, dos barrancos dos rios e das áreas de inundação; d) controle permanente da qualidade das águas fluviais; e) rigoroso controle dos possíveis acidentes ambientais.

Avaliação

*Esse impacto é **negativo** para os Bororo, principalmente dadas a vulnerabilidade e as atuais condições de vida das suas comunidades, profundamente afetadas pelos processos de ocupação regional que, tem provocado a degradação ambiental dos recursos naturais explorados pelos Bororo. Se implementadas as medidas prévias e mitigadoras a intensidade do impacto poderá ser amenizada. Entretanto, a **não mitigabilidade** dos efeitos danosos da dragagem, sobre a ictiofauna, acentua a característica negativa do impacto.*

Quanto aos demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de **ocorrência certa**, uma vez que as atividades de dragagem, desmatamentos, construção de portos, urbanização, assoreamento dos rios, etc. são prejudiciais aos rios, a ictiofauna, a mastofauna, a flora regional e, conseqüentemente para os povos indígenas da região- Bororo e Xavante- que dependem do recursos naturais para a sua sobrevivência física e cultural;
- com manifestação a **curto, médio e longo prazos**, a partir do início da operação da hidrovia e intensamente ao longo do processo de consolidação do empreendimento;
- a área de influência do efeito é **local**, se se tratar da atividade de dragagem, mas se caracteriza em **zonal**, uma vez que os efeitos são cumulativos numa área maior de influência;
- de **ocorrência permanente**, pois as atividades de dragagem serão desenvolvidas anualmente e as outras interferências terão desenvolvimento cumulativos e permanentes;
- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que seja um impacto de **muito alta magnitude**, que ocorrerá permanente e cumulativamente, considerando-se , por um lado, os efeitos não mitigáveis da dragagem e a potencialização das outras formas de interferências pelo processo de operação da Hidrovia;
- Com essas características e considerando-se que a sua minimização depende de soluções técnicas exequíveis, acredita-se que seja um impacto **não mitigável** e levando-se em conta a avaliação interdisciplinar de seus efeitos sobre o meio biótico e sócio econômico, pode ser avaliado como um impacto de **muito alta relevância** para a sobrevivência dos Bororo e de outras comunidades indígenas regionais.

2)Impacto : Pressão sobre as terras Indígenas

Considerando-se

- o processo de valorização das terras na região pela influência da Hidrovia,
- o processo de migração de população para a região sob a influência da Hidrovia;
- a expulsão de posseiros e de pequenos proprietários de suas terras valorizadas pela dinamização econômica regional com a operação da Hidrovia;
- a mudança de uso do solo, que passará da pecuária extensiva para a agricultura mecanizada;
- a possível expansão dos Xavante em busca de novas áreas para o desenvolvimento de suas atividades de caça/pesca e coleta.

Preveem-se uma forte pressão sobre as terras indígenas, por um lado pelo interesse dos empresários rurais para o desenvolvimento das agricultura mecanizada, por outro pelos posseiros ou pequenos proprietários expulsos de suas terras pelos grandes conglomerados rurais que dominarão a região.

Medidas Prévias

- Implementação pela FUNAI, de medidas visando solucionar problemas fundiários da A.I.Teresa Cristina, da A.I. Jarudori e da A.I. Sangradouro (“Morada Bororo”);
- Planejamento e implementação de programa de fiscalização dos limites da áreas indígenas;
- Planejamento e implementação de programas visando o uso sustentável das terras indígenas.

Medidas Mitigadoras

- Planejamento e implantação do zoneamento agro-ecológico em toda a região de influência da Hidrovia;
- Implantação das APA’s “Bacia do rio Garças” e “Bacia do rio das Mortes”;
- Implantação dos “Corredores de fauna”;

- Implantação de Unidades de Conservação para a proteção dos estoques genéticos da flora regional;

Avaliação

*Este impacto é **negativo** para os Bororo tendo em vista a sua vulnerabilidade frente ao processo histórico de ocupação regional e a falta de uma política exequível para a solução dos problemas fundiários de suas terras.*

Quanto aos demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de **ocorrência certa**, uma vez que a valorização das terras para o cultivo já se faz sentir na região e que será potencializada a medida em que a Hidrovia entre em funcionamento;
- com manifestação de **médio e longo prazos**, a partir da finalização das obras de construção da Hidrovia;
- a área de influência do efeito é **regional** tendo em vista os estudos sobre o território de ocupação Bororo;
- de **ocorrência permanente**, tendo em vista o fato de que o desenvolvimento regional advindo com o funcionamento da hidrovia necessitará cada vez mais de novas área de cultivo mecanizado;
- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que seja um impacto de **muito alta magnitude**, considerando o problema fundiários ainda não resolvidos e falta de vontade política para sua solução;
- com essas características e considerando-se que sua minimização depende de soluções políticas exequíveis, acredita-se que seja um impacto **medianamente mitigável** e levando-se em conta a avaliação interdisciplinar de seus efeitos sobre as populações indígenas regionais, principalmente, dos Bororo, pode ser avaliado como de **muito alta relevância** para a sobrevivência dos Bororo que, tal como as outras populações indígenas regionais, apresentam um alto grau de vulnerabilidade frente aos efeitos deletérios do processo histórico de ocupação regional.

3)Impacto : Interferência na saúde dos Bororo

Considerando-se

- a vulnerabilidade da população Bororo frente aos efeitos deletérios do contato interétnico;
- as precárias condições de infra-estrutura e assistência de saúde das comunidades Bororo;
- a ausência de saneamento básico nas aldeias e os aspectos culturais dos Bororo, quanto à higiene pessoal e coletiva;
- as relações intra-tribais permanentes e intensificadas a época dos funerais;
- o aumento da poluição dos rios pela ação dos agrotóxicos usados na agricultura mecanizada de soja e outros grãos;
- o aumento da poluição dos rios pela ação dos efluentes orgânicos originários das novas áreas de ocupação humana e pela dinamização da urbanização regional;
- o aumento do desmatamento e o surgimento de vetores e de novas doenças como, por exemplo, a malária;
- o aumento de população regional dado o possível processo de migração;
- a intensificação da pesca comercial e esportiva, bem como a intensificação do turismo sem planejamento;
- a interferência da Hidrovia nas fontes de alimentação dos Bororo;

Com essas características e condições regionais pode-se prever o aumento dos casos de doenças já registradas entre os Bororo, bem como a incidência de novas doenças. Evidentemente este quadro pode ser tanto pior, se aliado ao aumento do alcoolismo e da prostituição.

Medidas Prévias

- Planejamento e implementação de uma política de saúde para a população Bororo, visando a melhoria da assistência, da infra-estrutura de saúde, de transporte e de comunicação;
- Planejamento e implementação pela FUNAI de projetos agrícolas, para melhoria da alimentação dos Bororo;

Medidas Mitigadoras

- Planejamento e implantação de sistema de saneamento básico em todas as cidades da região, bem como nos portos construídos pela hidrovia;
- Planejamento e implantação de saneamento básico em todas as aldeias Bororo;
- Estabelecimento de convênio FUNAI / CIA.DOCAS DO PARÁ, visando o monitoramento e controle da qualidade das águas dos rios sob a influência da Hidrovia;
- Planejamento e implementação de programa de controle do uso de agrotóxicos na região.

Avaliação

*Esse impacto é **negativo** para os Bororo, dado o grau de vulnerabilidade às doenças e às condições de assistência e de vida das comunidades.*

Em termos do demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de **ocorrência moderada**, desde que as medidas prévias sugeridas sejam implantadas antes da operação da Hidrovia;
- com manifestação de **médio e longo prazos** a partir da operação da hidrovia;
- a área de influência do efeito é **regional**, considerando-se os estudos do território de ocupação Bororo e a intensa mobilidade dos Bororo entre as aldeias;
- de ocorrência **permanente**, se não forem implantadas as medidas prévias e mitigadoras sugeridas;
- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que seja um impacto de **muito alta magnitude**.
- Com essas características e considerando que sua minimização depende de uma política de saúde e de saneamento básico, acredita-se que seja um impacto **pouco mitigável** e levando-se em conta a avaliação interdisciplinar de seus efeitos sobre a população Bororo, pode ser avaliado como de **muito alta relevância** para essa população indígena, dada a vulnerabilidade dos Bororo às doenças.

PARTE 3 - PROGRAMA BORORO : PROPOSIÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

PROGRAMA BORORO

Justificativas

Levando-se em consideração a relevância dos impactos negativos, principalmente, nas fases de construção e operação da Hidrovia Araguaia - Tocantins, o Programa Bororo se justifica por :

- Atender as orientações sobre os procedimentos e critérios para elaboração do EIA/RIMA estabelecidas pelo Termo de Referência para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, para a Hidrovia Araguaia- Tocantins (IBAMA/FUNAI/OEMA's / jan/97).
- Responder adequadamente a mitigação/compensação dos impactos nas comunidades Bororo afetadas diretamente pelo empreendimento.

Ressalte-se que as ações do Programa Bororo, detalhadas abaixo, procuram conciliar a necessária atuação da CIA. DOCAS DO PARÁ/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, tendo em vista a mitigação/compensação dos impactos decorrentes da construção e operação da Hidrovia, com a efetiva atuação prévia da FUNAI.

O Programa Bororo pressupõe dois tipos de ações, prévias e mitigadoras, estruturadas nos seguintes sub-programas:

1- Programa de Controle Territorial

2- Programa Ambiental

3- Programa de Qualidade de Vida

Objetivos

- Organizar e implementar ações prévias e de mitigação dos efeitos deletérios do empreendimento nas Terras Bororo e nas suas comunidades, por meio de compromissos específicos a serem assumidos de um lado pela COMPANHIA DOCAS DO PARÁ/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, e de outro pela FUNAI e seus conveniados.
- Estabelecer uma atuação integrada entre a FUNAI e a CIA. DOCAS DO PARÁ/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES para minimizar os impactos nas comunidades Bororo a serem afetadas negativamente pelo empreendimento.

Público Alvo

- Comunidades Bororo da Bacia do Araguaia (Sangradouro, Meruri e Garças)
- Comunidades Bororo da Bacia do Rio São Lourenço (Tadarimana, Praião, Paulista, Jurigue, Córrego Grande, Piebaga e Perigara)

Sub-Programa 1 : PROGRAMA DE CONTROLE TERRITORIAL

Justificativas

Tendo em vista os problemas identificados e suas conseqüências que vem desestruturando o modo de vida Bororo, torna-se necessário a implementação de programas e medidas urgentes e indispensáveis, **previamente** a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Ressalte-se que os programas e medidas sugeridos à FUNAI e a outros órgãos, vêm procurar equacionar questões emergentes identificadas no Diagnóstico Ambiental e que se não tratadas a tempo, podem vir a comprometer a efetividade das medidas mitigadoras.

Objetivos

- Garantir as condições de reprodução física e cultural dos Bororo, conforme reza o Artigo 231 da Constituição Federal;
- Garantir a eficácia e exequibilidade dos outros sub-programas.

Ações Prévias

- a) Planejamento e implantação de uma área Bororo para o grupo da “Morada Bororo” da A.I.Sangradouro;
- b) Regularização Fundiária definitiva da Área Indígena de Tereza Cristina;
- c) Regularização Fundiária definitiva da Área Indígena Jarudori;
- d) Planejamento e implementação pela FUNAI de projetos agrícolas, para a melhoria da alimentação Bororo;
- e) Planejamento e Implementação pela parceria IBAMA/FEMA-MT de programa de fiscalização e monitoramento das atividades de exploração de recursos naturais na região;

Ações Previstas

- a) Planejamento e implementação pela parceria FUNAI/IBAMA/FEMA-MT de um programa de fiscalização e monitoramento de todas as Terras Bororo, principalmente com relação as atividades predatórias desenvolvidas por intrusos na áreas indígenas e nas suas imediações;
- b) Planejamento de dotações necessárias para a implementação de infraestrutura de transporte, comunicação e instalações necessárias para a efetiva implantação do programa de fiscalização territorial;
- c) Desenvolvimento de estudos sobre ampliação das Terras Bororo visando

garantir o desenvolvimento das atividades de exploração econômica desenvolvidas pelos Bororo em áreas ainda não definidas legalmente;

d) Desenvolvimento de estudos para a efetiva proteção de sítios arqueológicos e de outros patrimônios culturais e paisagísticos que são referências básica de sustentação da cosmovisão Bororo;

Matriz Institucional

Ações		Responsável	
1- Prévias	a	Funai	
	b	Funai	
	c	Funai	
	d	Funai	
	e	Ibama/Fema-MT	
2- Previstas	a	Funai/Ibama/Fema-MT	
	b	Funai/Cia.Docas	do
		Pará/M.Transp	
	c	Funai/Ibama/Fema-MT	
	e	Funai/Ibama/Ministério	da
		Cultura	

Sub-Programa 2 : PROGRAMA AMBIENTAL

Justificativas

Este sub-programa tem por justificativa a necessidade de uma ação de proteção ambiental rigorosa junto às Terras Bororo e junto a região de abrangência das Bacias dos rios Araguaia, das Mortes, das Garças, Vermelho, Tadarimana e São Lourenço, tendo em vista a mitigação dos impactos já presentes, devido o uso desordenando dos recursos naturais, e a potencialização dessa situação pela dinamização regional resultante da operação da Hidrovia.

Objetivos

- Garantir as condições materiais e naturais para a sobrevivência física e cultural dos Bororo.
- Controlar e proteger efetivamente os recursos naturais regionais.

Ações Prévias

- a) Planejamento e Implantação pela IBAMA/FEMA-MT de um programa de fiscalização e monitoramento das atividades de exploração de recursos naturais, visando garantir o desenvolvimento sustentável regional;
- b) Planejamento e Implementação pela parceria FUNAI/IBAMA/FEMA-MT de um programa de recuperação ambiental das áreas degradadas das Terras Bororo de Tereza Cristina e Meruri;
- c) Planejamento e implantação das APA's : “Bacia do Rio das Mortes” , “Bacia do rio das Garças”, “Bacia do Rio Tadarimana”, “Bacia do Rio São Lourenço” e do necessário planejamento e zoneamento ambiental.
- d) Planejamento e Implantação de outras Unidade de Conservação nas áreas de maior vulnerabilidade ambiental , por exemplo as cabeceiras de rios, as lagoas e as áreas de inundação;

Ações Previstas

- a) Planejamento e Implantação de “Corredores de Fauna” nas regiões abrangidas pelas bacia dos rios das Mortes, das Garças, Tadarimana, Vermelho e São Lourenço.
- b) Desenvolvimento de estudos técnicos visando a adequação das diretrizes do PRODEAGRO tendo em vista a área de influência da Hidrovia Araguaia-Tocantis e seus efeitos sobre as Terras Bororo;
- c) Desenvolvimento de estudos técnicos e econômicos visando mitigar os efeitos das atividades de construção e operação da Hidrovia : derrocamentos, dragagem, tráfego fluvial, urbanização, etc;
- d) Planejamento de dotações necessárias para a efetiva implantação das medidas mitigadoras e do monitoramento permanente das ações de proteção ambiental;

Matriz Institucional

Ações	Responsável
1-Prévias	Ibama/Fema-MT
a	Funai/Ibama/Fema-MT
b	Ibama/Fema-MT
c	Ibama/Fema-MT
d	Ibama/Fema-MT
2- Previstas	Ibama/Fema-MT
a	Ibama/Funai/Cia.Docas do Pará/M.Trans.
b	Cia. Docas do Pará/Min.Transporte
c	Cia. Docas do Pará/Min.Transporte
d	Cia. Docas do Pará/Min.Transporte

Sub-Programa 3 - PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA

Justificativas

Este sub-programa tem por justificativa a necessidade de ações médico-sanitárias rigorosas, de ações de desenvolvimento econômico para a produção de alimentos e de ações educacionais junto às comunidades Bororo das bacias dos rios Araguaia e São Lourenço, tendo em vista a precária situação da assistência de saúde, educação e apoio às atividades de subsistência bem como, dos níveis de qualidade de vida da população Bororo. A urgência e importância destas ações se justificam também tendo em vista a potencialização dos problemas diagnosticados pela influência da Hidrovia.

Objetivos

- Garantir a melhoria da qualidade de vida das comunidades Bororo;
- Controlar efetivamente a saúde dos Bororo evitando-se a disseminação de doenças e de epidemias;

- Garantir a produção de uma base alimentar rica em proteínas e vitaminas;
- garantir a melhoria das habitações, do saneamento das aldeias e do fornecimento de energia para a iluminação, refrigeração e comunicação;

Ações prévias

- a) Planejamento e implantação de um programa de saúde Bororo visando a melhoria da qualidade do atendimento médico, da infra-estrutura de saúde (instalações, medicamentos, transporte, comunicação) e dos recursos humanos a partir da formação e reciclagem dos pessoal de saúde.
- b) Previsão de dotações necessárias para a efetiva implantação do programa de saúde.
- c) Planejamento e implantação de saneamento básico em todas as aldeias Bororo.

Ações Previstas

- a) Planejamento e implantação de saneamento básico em todas as cidades e portos da área de influência da Hidrovia.
- b) Avaliação e monitoramento permanente da qualidade das águas dos rios sob influência da Hidrovia.
- c) Planejamento e implantação de projetos para a produção e melhoria da alimentação dos Bororo tendo como foco as atividades de roças, caça, coleta e pesca.
- d) Planejamento e implantação de programas de controle do uso de agrotóxicos na região.
- e) Planejamento e implantação de programa de eletrificação de residências Bororo através de tecnologias não convencionais de energia, bem como de um programa de adequação e conservação de energia na aldeia do Meruri.
- f) Planejamento e Implementação de Programa de Combate ao Alcoolismo.

g) Planejamento e implementação de programa educacional de nível técnico.

Matriz Institucional

Ações	Responsável
1- Prévias	Funai/Cia.Docas do Pará/Min.Transportes
a	Cia.Docas do Pará/Min. dos Transportes
b	Funai/FNS/Secr.Estadual de Saúde-MT
c	
2- Previstas	Fema/Secr.SaúdeMT/Cia Docas do
a	Pará/MT
b	Fema-MT/Cia.Docas do Pará/Min.Transp.
c	Funai
d	Fema-MT/ Secr.Saúde-MT/Ibama/FNS
e	Funai/Cia.Docas do Pará/Min.Transportes
f	Funai/FNS/Secr. Estadual de Saúde
g	Funai/Secr.Estadual de Educação/MEC

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Sub-programas	Fase
1- Controle territorial	<ul style="list-style-type: none"> • anterior ao início das obras e continuidade nas fases seguintes
2- Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • anterior as obras, durante a construção e ao longo da operação da Hidrovia
3- Qualidade de Vida	<ul style="list-style-type: none"> • durante a construção e ao longo da operação da Hidrovia

BIBLIOGRAFIA

ALBISSETTI, C., & VENTURELLI, A.J.- Enciclopédia Bororo. Vol I, Museu regional Dom Bosco. Campo Grande , MS, 1962.

BALDUS, H.- Ensaio de Etnologia Brasileira. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Vol 101. São Paulo,1932.

BORDIGNON, M.- Os Bororo na História do Centro Oeste Brasileiro- 1716-1986. Missão Salesiana de Mato Grosso,Campo Grande,MS. 1986.

CAIUBY NOVAES, S.- “ As casas na organização social do espaço Bororo”, In Habitações Indígenas -Caiuby Novaes, S (org.). Nobel & Edusp , São Paulo. 1983.

- Jogo de Espelhos-Imagens da representação de si através dos outros. Edusp, São Paulo. 1993.

CEDI/MUSEU NACIONAL. - Terras Indígenas no Brasil. CEDI, São Paulo.1987.

COLBACCHINI, A. & ALBISSETTI, C. - Os Bororo Orientais - Orarimogodogue do Planalto Oriental do Mato Grosso. Brazilianam Série Grande Formato IV São Paulo, 1942.

CROCKER, J. - “ Reciprocity and Hierarchy among the Eastern Bororo”. In Man 4, nº1. London, 1969.

FUNAI- Fundação Nacional do Índio - Relatório Anual de Saúde - 1995 e 1996. ADR Barra do Garças,MT.

RIBEIRO, D. - Os Índios e a Civilização. Editora Vozes Ltda.,Petrópolis, RJ. 1977.

RICARDO, C.A.(Ed.) - Povos Indígenas no Brasil - 1991/1995 . Instituto SócioAmbienta, São Paulo. 1996.

SERPA, P. - Boé Épa- O Cultivo de Roça entre os Bororo do Mato Grosso. Dissertação inédita de Mestrado, Universidade de São Paulo. 1988.

- Os Índios Bororo- Estudo de Impacto Ambiental da FERRONORTE no Estado do Mato Grosso
Tetraplan, Consultores, São Paulo. 1995.

STEINEM, K.V.D. - ‘Entre os Aborígenes do Brasil Central’ In Separata da Revista do Arquivo Municipal. nº XXXIV e LVIII, Departamento de Cultura, São Paulo. 1940.

STEWART, J.H. (org.)- Handbook of South American Indians The Tropical Forest Tribes, v.3. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology . Bulletin 143, WashingtonDC. USA. 1959.

VIERTLER, R.B. - As Aldeias Bororo: Alguns Aspectos de sua Organização Social. Col. Museu Paulista. Série Etnologia, V.2. São Paulo. 1976.

- AROE J'ARO- Implicações adaptativas das crenças e práticas funerárias dos Bororo do Brasil Central. Tese inédita de Livre Docência. FFLCH/USP, São Paulo. 1982.

WÜST, I. & VIERTLER, R.B. - Projeto Etnoarqueológico e Arqueológico da Bacia do Rio São Lourenço, MT. FAPESP, São Paulo . 1982.

HIDROVIA ARAGUAIA - TOCANTINS

BORORO

RESUMO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

BORORO

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DA HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

- RESUMO -

INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Ambiental sobre a influência da Hidrovia Araguaia-Tocantins nas Terras Bororo está orientado pelo conceito de **Território de Ocupação Tradicional**, reconhecido pela Constituição Federal no seu Artigo 231. Neste sentido, o diagnóstico propõe analisar a área de influência do empreendimento não somente na Bacia do Rio Araguaia, mas também na Bacia do Rio São Lourenço. No entanto, tendo como indicadores a construção e a operação da hidrovia, a área de influência direta vem abranger as Áreas Indígenas Bororo da Bacia do Rio Araguaia. Por outro lado, tendo como indicador o conseqüente processo de dinamização econômica e social regional, a análise da influência da hidrovia abrangerá todas as áreas Bororo remanescentes, isto é, todas as áreas Bororo localizadas nas Bacias dos rios Araguaia e São Lourenço.

1- NOME DO GRUPO

Na vasta documentação histórica, que confirma a ocupação Bororo em pelo menos trezentos anos nas bacias dos rios Araguaia e São Lourenço, os Bororo receberam várias denominações, muitas delas originárias da própria classificação indígena. Dentre elas destacam-se as denominações vinculadas às classificações etnoecológicas da ocupação territorial : **Bóku Mógorége**, ‘habitantes do cerrado’, correspondem aos Bororo das aldeias de Meruri, Sangradouro e Garças; **Itúra Mogorége**, ‘habitantes das matas’, correspondem aos Bororo das aldeias de Jarudori, Pobore e Tadarimana; **Orari Mogo Dóge**, ‘habitantes das plagas do peixe pintado’, correspondem aos Bororo das aldeias de Córrego Grande e Piebaga; **Tóri ókua Mogorége**, ‘habitantes dos sopés da Serra de São Jerônimo’, grupo atualmente sem aldeia remanescente; **Útugo Kúri Dóge** ou **Kado Mogorége**, ‘os que usam longas flechas’ ou ‘habitantes dos taquarais’, correspondem aos Bororo do Pantanal, da aldeia de Perigara. Outras denominações usadas para identificar os membros da tribo são : Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororos Arivá, Bororos da Campanha, Cabaçais, Orientais e Ocidentais. O termo Bororo, ‘pátio da aldeia’, é a denominação oficial atual e a autodenominação é Boe.

2- LOCALIZAÇÃO

O território tradicional de ocupação corresponde , segundo Ribeiro (1970:77), a uma área delimitada pela latitude Sul 14° - 19° e pela longitude Oeste 51°- 59°, que se estendia a oeste até a Bolívia; a leste até o centro sul de Goiás; ao norte até as margens da região dos formadores do rio Xingu; e, ao sul, até próximo do rio Miranda.

3- TERRITÓRIO

3.1- Aspectos da Ocupação Tradicional

Os resultados preliminares do Projeto Arqueológico e Etnoarqueológico da Bacia do Rio São Lourenço, desenvolvido pela parceria Universidade Federal de Goiás e Universidade de São Paulo, atestam a imemorialidade da ocupação Bororo na região e indica que a ocupação humana na região central da ocupação imemorial Bororo pode ser datada de pelo menos 7.000 anos.

3.2- Histórico do Contato

As fontes históricas disponíveis informam que o contato inicial dos Bororo com a sociedade nacional remonta ao século XVII, quando as ‘bandeiras jesuítas’, vindas de Belém adentraram a região da Bacia do rio Araguaia e seguiram pelos rios Taquari e São Lourenço em direção ao rio Paraguai. O contato intensifica-se com as Bandeiras Paulistas e com a descoberta do ouro na região de Cuiabá, em meados do século XVIII. A exploração aurífera vem cindir a tribo em Bororo Ocidentais e Bororo Orientais .

Os Bororo Ocidentais, também denominados de ‘Bororo da Campanha’ e ‘Bororo Cabaçais’, entram em contato com os colonizadores de Cáceres e Vila Bela e sofrem várias expedições punitivas a ponto de que, em meados do século XX , já são considerados exterminados.

Os Bororo Orientais, comumente denominados de ‘Coroados’ permanecem isolados até que em meados do século XIX são protagonistas das páginas mais violentas da história de ocupação do Mato Grosso. A abertura de uma estrada visando a ligação com São Paulo e Minas Gerais, cruzando o Vale do Rio São Lourenço fez eclodir uma guerra que durou mais de cinquenta anos culminando com a rendição total dos Bororo Orientais.

A ‘pacificação’ pressupôs a criação das Colônias Militares de Teresa Cristina e Isabel em 1887. Logo após a proclamação da República, a Colônia Teresa Cristina é demarcada por Rondon, em 1896, visando garantir uma parte substancial do território tradicional Bororo. No período entre 1896 a 1930, Rondon reserva outras áreas aos Bororo da Bacia do rio São Lourenço, dentre elas os lote de terras denominados “ São João do Jarudore”, “ Colônia Isabel” e “Pobore” que passaram ao controle do SPI desde 1910.

Na Bacia do Araguaia, os grupos Bororo arredios que habitavam as regiões dos rios das Mortes, Garças e as margens direita e esquerda do Araguaia são afetados pela ocupação dos fazendeiros goianos e dos garimpos de diamantes. Nesta época são registrados violentos conflitos e o Governo da Província destina aos Salesianos afastados da Colônia Teresa Cristina a tarefa de pacificação. Em 1902 os Salesianos fundam a Colônia do Sagrado Coração e iniciam a catequese dos Bororo. Em 1906 criam a Colônia do Sangradouro que mais tarde acolherá os Xavante expulsos da área de Parabubure.

Em síntese, pode-se afirmar que, o processo de contato levou à extinção dos Bororo Ocidentais e à submissão dos Bororo Orientais sob a forma de três situações: a) os Bororo do médio São Lourenço agrupados nas Colônias Teresa Cristina e Isabel foram assistidos inicialmente pelo destacamento militar e posteriormente pelo SPI e nos últimos 30 anos pela FUNAI de quem dependem até hoje; b) os Bororo do Alto São Lourenço, agrupados na área do “Lote Jarudori” foram precariamente assistidos pelo SPI e FUNAI a ponto de serem expulsos , em 1980, de suas terras remanescentes pelo habitantes da cidade de Jarudori; c) os Bororo da Bacia do Rio Araguaia e de seus tributários (Rios das Mortes e Garças), encontraram os Salesianos e deles dependem até hoje.

3.3- Situação Atual do Território

O resultado do processo de contato com a sociedade nacional se resume não só na perda da maior parte do território tradicional como também na drástica redução populacional.

Atualmente, os Bororo detêm seis áreas indígenas demarcadas, num território descontínuo e descaracterizado, representando uma área 300 vezes menor do que o território tradicional. Acrescente-se ainda que as áreas de Teresa Cristina e Jarudori não estão isentas de invasões e o grupo Bororo de Sangradouro não possui nenhuma área demarcada. Essas três situações apontadas apresentam, portanto, sérios problemas fundiários que tem afetado drasticamente a vida dos Bororo remanescentes.

3.4- O Movimento Bororo para a recuperação e preservação do território

Desde a década de 70, os pesquisadores tem registrado o surgimento de um movimento reivindicatório Bororo, que reflete o alto grau de insatisfação do grupo e que procura garantir sua sobrevivência lutando para recuperação de suas terras tradicionais bem como para a melhoria da assistência de saúde e educação.

O movimento concretizou-se na luta pela terra do Meruri que culminou no famoso massacre perpetrado pelos fazendeiros de General Carneiro. Atualmente o movimento congrega todas as aldeias Bororo e busca solucionar as questões fundiárias das áreas de Teresa Cristina, Jarudori e Sangradouro, bem como garantir a inclusão dos Bororo no EIA/RIMA da Hidrovia Paraguai-Paraná e alteração do traçado de FERRONORTE, nas imediações da área Teresa Cristina.

4 - POPULAÇÃO

4.1- Aspectos Históricos

Outro resultado do processo de contato foi a drástica redução de população sofrida pelos Bororo. As informações históricas disponíveis indicam que nas últimas década do século XIX havia uma população de aproximadamente 10.000 indivíduos Bororo que em poucas décadas sucumbiram aos efeitos letais do processo de contato (guerras, epidemias e fome) a ponto de Darcy Ribeiro (1970:293) ao analisar o censo de 1932, afirmar que o alto grau de vulnerabilidade dos Bororo indicava as últimas etapas do processo de extinção. Entretanto, tem-se observado a partir da década de 70 uma situação de crescimento de população, de 626 indivíduos registrados pelo Padre Uchoa, em 1979, tem-se hoje um montante de aproximadamente 1.024 indivíduos.

4.2 - Distribuição da População

Os dados demográficos atuais registram a seguinte situação da distribuição da população Bororo por área e por bacia hidrográfica :

ÁREA INDÍGENA	ALDEIA	POPULAÇÃO (1997)
A.I. MERURI	Meruri Garças	328 61
A.I. SANGRADOURO (Xavante)	‘Morada Bororo’	63
Bacia do Rio Araguaia		452
A.I. JARUDORI	-----	-----
A.I. TADARIMANA	Tadariamana , Pobore, Paulista, Piraíto, Jurigue.	173
A.I. TERESA CRISTINA	Córrego Grande Piebaga	254 66
A.I. PERIGARA	Perigara	79
Bacia do Rio São Lourenço		572
POPULAÇÃO TOTAL		1.024

Fonte : Missão Salesiana, 1997 e Saúde/Funai/ADR Rondonópolis, 1997.

4.3 - Composição da População

O comportamento das estruturas demográficas da população Bororo e principalmente dos Bororo da Bacia do Rio Araguaia revelam uma alta taxa de natalidade e uma baixa taxa de mortalidade. Os dados demográficos disponíveis permitiram determinar alguns indicadores demográficos gerais dessa população, que são apresentados no quadro abaixo :

Local	Ano	Pop. Abs (nº hab)	Taxa Mort. (%)	Cresc.Demog. (%)	Taxa Nat. (%)
Bororo da Bacia do Rio Araguaia	1996	406	0,74	1,23	1,97
Bororo da Bacia do Rio São Lourenço	1994	548	0,91	2,55	3,46

Tomando como base os indicadores demográficos gerais dos Bororo da Bacia do Rio Araguaia (1996) e a projeção para os Bororo da Bacia do Rio São Lourenço (1996) segundo o EIA/RIMA da FERRONORTE, pode-se estimar que a população Bororo apresentará as seguintes projeções :

População	Anos				
	1997	2.000	2.005	2.010	2.015
Bororo Bacia do Araguaia	452	469	498	529	562
Bororo Bacia do Rio São Lourenço	572	616	695	784	884
Bororo Total	1.024	1.085	1.193	1.313	1.446

4.4 - Deslocamentos e Fluxos Migratórios

O processo de contato e a conseqüente perda dos nichos de exploração vieram contribuir para o desaparecimento das atividades nômade do grupo. As viagens empreendidas na estação da seca - os Maguru- foram barradas pela criação das reservas e pelas proibições impostas pelos fazendeiros. Atualmente, os deslocamentos são esporádicos e não envolvem um montante expressivo da população, limitando-se às áreas internas das reservas. Os fluxos migratórios observados recentemente são motivados por questões religiosas e/ou políticas. Os funerais tem criado fluxos para as aldeias mais tradicionais e os movimentos migratórios expressivos, motivados por questões políticas, ocorreram na região do Rio São Lourenço.

4.5 - Situação de Saúde da População Bororo

O quadro nosológico da população Bororo indica que o padrão de morbidade é relativamente constante e reflete, principalmente a precariedade das condições de vida da população. Os principais agravos são as doenças infectoparasitárias e doenças ligadas ao saneamento e aos hábitos higiênicos. Entretanto, se o alcoolismo fosse classificado como doença, seria o maior problema de saúde da população Bororo. Apesar da precariedade dos dados sobre as causas de mortalidade entre os Bororo, as principais razões de mortalidade estão relacionadas as doenças do grupo IRA e GECA para a faixa de idade entre zero e quatro anos e doenças cardiovasculares e outras para a faixa de 50 anos e mais. O índice de mortalidade é baixo e segundo o indicador Swaroop e Uemura, vem denotar uma condição regular de saúde. Em síntese, pode -se concluir que, se comparada a situação de saúde da população regional, a situação de saúde Bororo é precária, já que a maior parte dos problemas de saúde encontra-se no grupo de doenças evitáveis com medidas de atenção primária.

5 - MODO DE VIDA E USO DOS RECURSOS NATURAIS

5.1 - Organização Social e Meio Ambiente

Os Bororo são classificados na tipologia de populações sul americanas (Steward,1946/50) como uma das sociedades “marginais” que habitam o cerrado brasileiro. Esta classificação inclui também outras sociedades tribais do grupo lingüístico Macro-Gê (Xavante, Xerente, Suyá, Kayapó,Krahó, etc...) e que preenchem as seguintes características culturais: a) ciclo anual caracterizado pela sazonalidade; b) forma circular da aldeia; c) grupos domésticos baseados em famílias extensas uxoriocais; d) metades e intrincada vida cerimonial ; e) grupos baseados na idade e na transmissão de nomes e f) aldeias populosas se comparadas as das sociedades da “floresta tropical”.

5.1.2 - Aspectos Básicos

A unidade política é a aldeia (Boe Ewa), formada por um conjunto de casas dispostas em circulo tendo no centro a casa dos homens (Baito). Ao lado oeste do Baito encontra-se a

praça cerimonial denominada de “Bororo”, local das mais importantes cerimônias desta sociedade. A complexa organização social é caracterizada pela divisão da aldeia em duas metades exógamas - Exerae e Tugarége- cada uma subdividida em quatro clãs principais .

5.1.3 - Prestígio e poder

Há uma hierarquia de prestígio entre os clãs, que se expressa, por exemplo, na tendência tradicional de recrutar os chefes entre os membros dos dois clãs considerados superiores : Baadojeba Cobugiwu e Baadojeba Cebugiwu. Na estrutura tradicional identificam-se três poderes : o **Boe eimejera**, chefe da guerra, da aldeia e do cerimonial, o **Bári**, xamã dos espíritos da natureza, e o **Aroe Etawarare**, xamã das almas dos mortos. Atualmente registra-se a figura do **Brae eimejera**, o chefe dos brancos, isto é, o chefe que negocia com os brancos.

5.1.4 - Ritos e cerimônias

Os Bororo têm uma intensa vida cerimonial. As principais cerimônias são o funeral , a imposição dos nome às crianças, a perfuração das orelhas e do lábio inferior, a festa do milho novo, a preparação de caçadas e pescarias e as festas do couro da onça , do gavião real e do matador da onça. Dentre as cerimônias Bororo, o funeral é a que merece destaque, pois neste ritual catártico a sociedade reorganiza a sociedade dos vivos através de novos contratos de prestação de alimentos, como recria o próprio sentido da vida. O funeral Bororo é um momento de socialização dos jovens e de estabelecimento de novas alianças entre as parentelas, garantindo a produção e reprodução da vida social.

5.1.5 - Organização política e Territorialidade

Atualmente as aldeias Bororo mantém sua autonomia e apresentam situações políticas próprias como resultados das diferentes soluções derivadas ao longo do processo de contato. A aldeia do Meruri apresenta o aspecto político mais relevante , uma vez que a escolha do Boe eimejera , o “cacique” é feita pela eleição direta e não segue as orientações tradicionais, uma vez que há uma clara separação entre a chefia política e a chefia cerimonial. Nas outras aldeias a organização política ainda está orientada pela tradição. As relações entre as aldeias Bororo estão orientadas pelas relações sociais, políticas e, principalmente, religiosas, onde o funeral tradicional é o fator determinante. Merece destaque a relação estratégica entre as aldeias de Meruri e Garças frente a Missão Salesiana e o reconhecimento da “morada” Bororo de Sangradouro como uma aldeia constituída.

5.2 - Exploração do Meio Ambiente

5.2.1 - As Atividades dos Bororo

Apesar das transformações acarretadas pelo processo de contato, o sistema econômico Bororo caracteriza-se pela combinação das atividades de coleta, caça, pesca e agricultura. Algumas alterações já podem ser observadas na atualidade, tendo em vista o trabalho assalariado, a venda de mercadorias (“artesanato”) e a aposentadoria, situações que têm criado novas formas de relações sociais e econômicas. Em síntese, o sistema econômico

Bororo pode ser definido como um Modo de Produção Doméstico, onde a produção está organizada pelas famílias e para as famílias, mesmo que não seja sempre realizada como uma atividade doméstica.

5.2.2 - O conhecimento da natureza

As atividades que os Bororo desenvolvem em seu território ainda estão profundamente marcadas pelo conhecimento da natureza, suas potencialidades e restrições. Por esta razão, a análise dos impactos ambientais provocados pelo empreendimento deve prescindir da compreensão da relação do grupo com o meio ambiente e, principalmente, do elaborado conhecimento empírico desenvolvido ao longo de milhares de anos.

Os Bororo reconhecem um ampla série de “zonas e sub zonas ecológicas” no seu ambiente de exploração. As principais zonas são : Bokú (cerrados), Boe Éna Jaka (transição), Itúra (mata) e cada zona apresenta subdivisões menores. O zoneamento ambiental Bororo associa cada zona ecológica com plantas, solos e animais específicos , onde cada zona ecológica se apresenta como um sistema integrado de interações entre plantas, animais, a terra e o Homem.

5.2.3 - Definição do Ciclo Anual de Atividades

Duas espécies de fenômenos naturais vêm definir o ciclo anual de atividades Bororo. A ausência ou frequência das chuvas vem dividir o ciclo anual em duas estações : Joru Butu (seca) e Butao Butu (chuvas) e a presença ou ausência da constelação das Plêiades (“Akiridoge”) vem definir, coincidentemente, o ciclo cerimonial anual : cerimônias da seca (“Akiridoge Èwure Kowudu”) e das chuvas (“Kuiada Paru”).

Na atualidade, o sistema de orientação permanece inalterado. Entretanto, a alterações ambientais provocadas pelo processo de contato vieram mudar o ritmo e a importância de muitas atividades de exploração do meio ambiente. A mudança mais visível ocorreu com relação as atividades nômades- Maguru- desenvolvidas na época da seca, quando um parte substancial da aldeia se deslocava em longas viagens de exploração territorial. Por outro lado, observa-se a intensificação da atividade agrícola e a introdução de novas técnicas e de novos cultivos.

A caça e a pesca são atividades que ainda entusiasma os Bororo, destes caçadores e pescadores, apesar da escassez provocada pelos desequilíbrios ambientais advindos com a exploração agropecuária da região. Tanto a caça quanto a pesca são desenvolvidas individualmente ou coletivamente e ainda apresentam papel importante na alimentação diária e cerimonial e nas relações sociais, dado o prestígio que o bom caçador/pescador adquire. Em síntese, a caça/pesca ainda caracteriza o ‘ethos’ da cultura e sociedade Bororo.

A agricultura é desenvolvida pelas famílias através das técnicas de ‘corte e queima’, numa área média de 0,5 hectares , que é usada por 3 anos consecutivos e deixada em pousio por mais de 6 anos. A série típica de cultivos são o milho, o arroz, a mandioca, o feijão, a abóbora e outros. O cultivo do milho segue orientações da chefia e algumas sanções sobrenaturais, principalmente quanto ao consumo do milho novo, que necessita da cerimônia de purificação (“Kuiada Paru”). Atualmente, algumas comunidades já são dependente de tecnologias para a produção de roças, no caso de Meruri, por exemplo, há uma profunda dependência do trator para a derrubada e preparo da terra.

A pecuária é ainda uma atividade pouco desenvolvida e absorvida pelos Bororo, mas já representa um papel importante na alimentação, principalmente na aldeia do Meruri.

6 - A RELAÇÃO DO GRUPO COM A SOCIEDADE REGIONAL

6.1 - Aspectos da Mudança Cultural

A vasta literatura sobre os Bororo ainda não esgotou a análise de sua complexa organização social e, principalmente, da especificidade cultural dos Bororo frente o contato interétnico. A reação contra aculturativa Bororo desenvolvida ao longo do processo de contato interétnico tem chamado a atenção dos pesquisadores pela sua especificidade e originalidade. A persistência da prática do funeral Bororo é para alguns autores uma forma de resistência à assimilação e um exemplo de elaboração de um ‘modus vivendi’, de uma estratégia de adaptação ao ambiente que inclui o dominador branco e face ao qual é preciso organizar-se como unidade distinta, como Bororo.

6.2 - Produção e Prestação de Serviços

Na atualidade, e, principalmente, na área de influência direta da Hidrovia, a economia Bororo apresenta-se como uma coexistência de três setores principais . O setor de subsistência é o principal e agrupa as atividades de caça,coleta, pesca e agricultura. O setor de prestação de serviços é o mais recente e dinâmico proporcionando algumas mudanças internas, principalmente, pelo papel que a renda do trabalho assalariado vem assumindo nas aldeias. Por último, o setor de troca, muitas vezes incipiente e estratégico, dado o caráter da produção e venda do artesanato.

Outro aspecto relevante observado nas áreas Bororo é o da estratégia de sobrevivência que vem sendo desenvolvida a partir das aposentadoria destinadas aos mais velhos. Esta renda tem criado situações de acomodação da população mais jovem e implicado na própria reprodução das condições objetivas da produção Bororo.

6.3 - Intercâmbio Social e Representação Política

A inserção do Bororo na vida regional está mais desenvolvida em termos sociais e políticos do que econômico. As relações de compadrio são cada vez mais freqüentes, bem como os casamentos com regionais. Esta situação tem criado alguns conflitos relativos a questão fundiária e a própria participação dos “mestiços” na vida comunitária.

Em termos de representação política a estratégia Bororo é exemplar. A eleição de um vereador para a Câmara Municipal de General Carneiro e garantia da eleição do atual Prefeito, veio conferir um papel importante aos Bororo da A.I.Meruri. Este papel se reforça dado o fato de que os Bororo representam 50% dos consumidores no comércio desta cidade e, ao contrário dos numerosos Xavante, são diligentes no pagamento de dívidas de forma tão presente que se poderia pensar numa nova forma de marcar sua identidade frente ao Branco.

6.4 - Projetos governamentais e não governamentais em curso na região

O único projeto governamental na região é o PRODEAGRO, desenvolvido pelo Estado de Mato Grosso com apoio financeiro do Banco Mundial. Este projeto tem garantido alguns recursos para os setores de saúde e educação destinados as comunidades indígenas regionais. Em termos do território tradicional Bororo, os projetos da FERRONORTE e da Hidrovia

Paraguai-Paraná incidem sobre as comunidades Bororo e poderão apresentar importantes impactos ambientais para o grupo Bororo.

As ações de agências não governamentais são aquelas desenvolvidas pelo CIMI, pela Missão Salesiana e por outras entidades de assistência à saúde (Médicos sem fronteiras, Dentistas alemães, etc...)

7 - CONDIÇÕES DE VIDA

7.1 - Alimentação

A base alimentar Bororo consiste de uma grande variedade de vegetais e frutas obtidos através da coleta e, principalmente, da produção agrícola. A produção de caça e pesca é cada vez mais escassa devido a perda dos nichos ecológicos e o desequilíbrio ambiental que tem afetado essa região do Mato Grosso. Por outro lado, a produção das roças tem apresentado vários problemas como a falta de terras agricultáveis, a carência de sementes e insumos para as roças anuais e acomodamento dos produtores decorrente da renda das aposentadorias. Em termos gerais, a dieta Bororo é muito pobre em qualidade e quantidade, baseando-se no arroz, feijão, mandioca e, quando possível, na carne de vaca ou de caça/pesca. A deficiência da dieta vem caracterizar o precário quadro de saúde da população, contribuindo para a formação do quadro de morbidade e, sem dúvida do próprio indicador de mortalidade. Alguns programas de reforço alimentar tem sido desenvolvidos pela parceria Missão Salesiana e Governo Estadual - Projeto PROSOL- que atende a população infantil (0 a 4 anos), mulheres amamentando e grávidas. Os bons resultados desse projeto não tem, entretanto, garantido melhorias na qualidade da dieta da população total.

7.2 - Habitação, Saneamento e energia

As condições de habitação são regulares, principalmente, nas aldeias em que a ação dos agentes levaram os Bororo a trocarem suas choupanas pelas casas de alvenaria. Nas aldeias onde as casas são tradicionais, construídas de palha, as condições de habitação são mais razoáveis, dado a adequação da moradia aos padrões e costumes Bororo. A grande vulnerabilidade dos assentamentos Bororo, principalmente, dos assentamentos mais populosos, por exemplo, a aldeia do Meruri, é a questão do saneamento básico. Neste caso, observa-se situações problemática para a saúde da população, com destaque para as questões de contaminação do solo pelos dejetos humanos, a qualidade da água e o acúmulo de lixo. Outra questão que tem afetado a aldeia de Meruri é a questão da demanda energética que encontra-se no limite, uma vez que a renda de aposentadorias e do trabalho assalariado tem criado condições para o aumento do consumo de bens duráveis como televisores, rádios, geladeiras, etc. Por outro lado, em outras aldeias o uso de lamparina à diesel ou à querosene tem contribuído para o agravamento do quadro das doenças respiratórias que tem afetado duramente essa população indígena.

7.3 - Serviços de Saúde

Os agentes responsáveis pela assistência de saúde aos Bororo são a Fundação Nacional de Saúde, a FUNAI, a Missão Salesiana e as secretarias municipais. Apesar desse grande número de entidades as condições dos serviços de saúde continuam precárias. Essas instituições estão desarticuladas e atuam de forma fragmentada, onde cada instituição tem

seu próprio modo de atuação e vê a saúde do grupo sob ótica própria e particular. Outros problemas que afetam os serviços de saúde são as condições das instalações e da infraestrutura das enfermarias das aldeias, a falta de uma política de recursos humanos para a saúde indígena, a falta de formação e dos atendentes de enfermagem e a falta de dotações para compra de remédios e de outros produtos de enfermagem

7.4 - Serviços de Educação

Na área da Bacia do Rio Araguaia toda ação educacional encontra-se sob cuidados e orientação da Missão Salesiana. O nível da assistência é razoável e a infra estrutura das instalações é muito boa, mas há necessidade de algumas melhorias para o melhor atendimento. A principal demanda dos Bororo quanto ao serviços de educação é a criação do curso de 2º grau e de cursos profissionalizantes, além de um programa para a formação e capacitação dos professores indígenas.